

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	80
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	146
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	149
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	150
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	152
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	153
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	592.975.802
Preferenciais	601.851.675
Total	1.194.827.477
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	6.161.832	5.556.532	5.015.791
1.01	Ativo Circulante	1.110.754	1.050.772	917.694
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.786	351.382	46.907
1.01.02	Aplicações Financeiras	552.827	100.815	408.875
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	552.827	100.815	408.875
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	552.827	100.815	408.875
1.01.03	Contas a Receber	364.980	345.614	289.714
1.01.03.01	Clientes	358.143	339.393	283.815
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.837	6.221	5.899
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	6.837	6.221	5.899
1.01.04	Estoques	131.438	116.404	130.523
1.01.06	Tributos a Recuperar	45.645	125.054	28.269
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	45.645	125.054	28.269
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.078	11.503	13.406
1.01.08.03	Outros	11.078	11.503	13.406
1.02	Ativo Não Circulante	5.051.078	4.505.760	4.098.097
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.272.975	1.133.589	1.065.924
1.02.01.04	Contas a Receber	16.265	18.712	22.416
1.02.01.04.01	Clientes	14.037	15.765	22.416
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.228	2.947	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	60.873	56.696	53.326
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.873	56.696	53.326
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.195.837	1.058.181	990.182
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	96.780	100.348	108.598
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Municipalizado	121.771	20.904	5.193
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro de Contrato	948.694	895.534	830.929
1.02.01.10.06	Direito de Uso de Bens	28.592	41.395	45.462
1.02.02	Investimentos	32	32	34

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.02.01	Participações Societárias	32	32	34
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	32	32	34
1.02.03	Imobilizado	49.719	53.546	60.935
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	49.719	53.546	60.935
1.02.04	Intangível	3.728.352	3.318.593	2.971.204
1.02.04.01	Intangíveis	3.728.352	3.318.593	2.971.204
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.849.120	1.703.528	1.672.527
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	1.879.232	1.615.065	1.298.677

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	6.161.832	5.556.532	5.015.791
2.01	Passivo Circulante	924.146	953.579	733.898
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	91.092	83.460	81.878
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.459	19.337	20.806
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	71.633	64.123	61.072
2.01.02	Fornecedores	162.898	164.093	102.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	162.898	164.093	102.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.113	153.188	77.873
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	52.857	152.070	77.170
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	104.906	24.422
2.01.03.01.02	REFIS	714	149	4.367
2.01.03.01.03	COFINS	11.705	12.332	20.050
2.01.03.01.04	COFINS Parcelamento	27.482	24.615	17.573
2.01.03.01.05	Outros	12.956	10.068	10.758
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.256	1.118	703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	485.729	400.833	366.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	225.871	167.549	163.064
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	117.981	65.011	73.567
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	107.890	102.538	89.497
2.01.04.02	Debêntures	219.960	203.433	175.686
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	39.898	29.851	28.112
2.01.05	Outras Obrigações	96.515	62.068	14.843
2.01.05.02	Outros	96.515	62.068	14.843
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	91.159	56.951	12.053
2.01.05.02.07	Outros	5.356	5.117	2.790
2.01.06	Provisões	32.799	89.937	89.523
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.799	89.937	89.523
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	32.799	89.937	89.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02	Passivo Não Circulante	2.636.843	2.344.544	2.278.315
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.350.297	2.031.497	1.825.549
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.047.026	1.170.592	787.114
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	417.272	360.553	320.869
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	629.754	810.039	466.245
2.02.01.02	Debêntures	1.296.425	836.614	1.016.905
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	6.846	24.291	21.530
2.02.02	Outras Obrigações	133.484	140.123	139.649
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	56.912	41.084	41.038
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	56.912	41.084	41.038
2.02.02.02	Outros	76.572	99.039	98.611
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	58.306	80.773	77.169
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.266	18.266	18.266
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	0	0	3.176
2.02.03	Tributos Diferidos	50.465	55.639	60.901
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50.465	55.639	60.901
2.02.04	Provisões	102.597	117.285	252.216
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	102.597	117.285	252.216
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.547	6.487	12.002
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	30.434	115.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	75.867	76.072	65.307
2.02.04.01.05	Plano Previdenciário - Déficit Atuarial	20.183	4.292	59.011
2.03	Patrimônio Líquido	2.600.843	2.258.409	2.003.578
2.03.01	Capital Social Realizado	1.407.315	1.355.289	1.224.547
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	120.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	120.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	74.302	76.325	78.424
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	74.302	76.325	78.424

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.04	Reservas de Lucros	1.041.719	736.576	541.051
2.03.04.01	Reserva Legal	78.940	49.576	37.425
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	962.779	687.000	503.626
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	57.081	65.069	73.186
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	20.426	25.150	-33.630

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.168.120	1.950.410	1.634.101
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.044.376	-970.892	-951.076
3.03	Resultado Bruto	1.123.744	979.518	683.025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-467.903	-425.470	-424.023
3.04.01	Despesas com Vendas	-127.117	-122.928	-108.378
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-350.518	-313.459	-321.356
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-350.518	-313.459	-321.356
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.072	32.889	8.993
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.340	-21.972	-3.282
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	655.841	554.048	259.002
3.06	Resultado Financeiro	-122.605	-214.747	-181.838
3.06.01	Receitas Financeiras	86.442	59.584	36.854
3.06.01.02	Variações monetárias e cambiais (Líquidas)	86.442	59.584	36.854
3.06.02	Despesas Financeiras	-209.047	-274.331	-218.692
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-250.589	-239.958	-233.795
3.06.02.02	Variações monetárias e cambiais (Líquidas)	41.542	-34.373	15.103
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	533.236	339.301	77.164
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-146.177	-96.273	-26.421
3.08.01	Corrente	-155.527	-104.906	-24.422
3.08.02	Diferido	9.350	8.633	-1.999
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	387.059	243.028	50.743
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	387.059	243.028	50.743
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,30841	0,20109	0,0467
3.99.01.02	PN	0,33925	0,22121	0,05089

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	387.059	243.028	50.743
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-14.735	48.566	-45.605
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-15.177	-15.476	-15.551
4.02.02	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-3.132
4.02.04	Realização dos Tributos Sobre a Reserva de Reavaliação	5.174	5.262	5.286
4.02.05	Outros Resultados Abrangentes	-4.724	58.780	-32.208
4.02.06	Baixa de Investimentos	-8	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	372.324	291.594	5.138

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	485.364	351.176	278.043
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	570.145	426.934	235.170
6.01.01.01	Outros Ajustes	719	-2.947	0
6.01.01.02	Lucro/Prejuízo	387.059	243.028	50.743
6.01.01.03	IR e CSLL Diferidos	-9.351	-8.632	1.999
6.01.01.04	Provisão para Contingências	-145	5.250	-2.582
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	173.561	170.241	172.495
6.01.01.06	Depreciação - Crédito de Tributos	11.555	10.931	9.668
6.01.01.07	Alienação do Imobilizado	1.342	496	317
6.01.01.10	AVP de Direito de Uso de Bem	5.405	8.567	2.530
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-85.302	-79.692	44.205
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-17.022	-48.927	-6.679
6.01.02.02	Estoques	-15.034	14.119	438
6.01.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	-120.542	78.920	75.968
6.01.02.04	Salários e Encargos	7.632	-1.594	22.787
6.01.02.05	Contas a Pagar de Fornecedores	-1.195	61.174	-38.994
6.01.02.06	Ativos Financeiros	0	0	3.132
6.01.02.07	Depósitos dados em garantia	3.568	8.250	7.953
6.01.02.08	Partes Relacionadas	15.212	-276	13.256
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recuperar	79.409	-96.785	26.529
6.01.02.10	Convênios com Prefeituras	143	296	3.908
6.01.02.11	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	-87.572	-85.048	-76.131
6.01.02.12	Plano Previdenciário	15.891	-54.719	33.886
6.01.02.17	Pagamento de Dividendos	34.208	44.898	-21.848
6.01.03	Outros	521	3.934	-1.332
6.01.03.01	Outros	521	3.934	-1.332
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-746.416	-601.983	-462.053
6.02.01	Adições do Imobilizado	-746.416	-601.985	-462.053

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02.04	Outros Ajustes	0	2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	366.468	247.222	587.452
6.03.01	Financiamentos Obtidos	895.596	544.950	1.072.214
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-484.503	-309.531	-588.738
6.03.03	Créditos para Aumento de Capital	0	0	120.000
6.03.04	Aumento de Capital	0	7	19.243
6.03.05	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-3.059
6.03.07	Conversão de dividendos em AFAC e em espécie	52.022	10.735	0
6.03.08	Conversão de dividendos e recebimento em especie para AFAC - Minoritários	4	0	0
6.03.10	Juros Sobre Capital Próprio - JCP	-91.927	-57.719	0
6.03.14	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	-4.724	58.780	-32.208
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	105.416	-3.585	403.442
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	452.197	455.782	52.340
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	557.613	452.197	455.782

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.355.289	687.000	49.576	0	166.544	2.258.409
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.355.289	687.000	49.576	0	166.544	2.258.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.026	0	0	0	0	52.026
5.04.10	Conversão de dividendos e recebimento em especie para AFAC	52.022	0	0	0	0	52.022
5.04.13	Minoritarios	4	0	0	0	0	4
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	387.067	-8	387.059
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	387.059	0	387.059
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	8	-8	0
5.05.02.09	Outros Ajustes	0	0	0	8	-8	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	275.779	29.364	-387.067	-14.727	-96.651
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.177	-15.177	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-5.174	5.174	0
5.06.06	Reserva Legal	0	0	29.364	-29.364	0	0
5.06.07	Reserva para Fundo de Investimentos	0	275.779	0	-275.779	0	0
5.06.08	Dividendos propostos	0	0	0	-91.927	0	-91.927
5.06.09	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.724	-4.724
5.07	Saldos Finais	1.407.315	962.779	78.940	0	151.809	2.600.843

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.224.547	623.626	37.425	0	117.980	2.003.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.224.547	623.626	37.425	0	117.980	2.003.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	130.742	-120.000	0	0	0	10.742
5.04.09	Conversão de Dividendos em AFAC e em Espécie	130.735	-130.735	0	0	0	0
5.04.10	Minoritários	7	0	0	0	0	7
5.04.13	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	10.735	0	0	0	10.735
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	243.028	0	243.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	243.028	0	243.028
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	183.374	12.151	-243.028	48.564	1.061
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.476	-15.476	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-5.262	5.262	0
5.06.06	Reserva Legal	0	0	12.151	-12.151	0	0
5.06.07	Reserva para Fundo de Investimentos	0	183.374	0	-183.374	0	0
5.06.08	Baixas de Investimentos	0	0	0	2	-2	0
5.06.09	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	58.780	58.780
5.06.10	Dividendos	0	0	0	-57.719	0	-57.719
5.07	Saldos Finais	1.355.289	687.000	49.576	0	166.544	2.258.409

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.118.641	543.798	34.887	0	163.585	1.860.911
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.118.641	543.798	34.887	0	163.585	1.860.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	105.906	33.337	0	0	0	139.243
5.04.01	Aumentos de Capital	105.906	-86.663	0	0	0	19.243
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	120.000	0	0	0	120.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.851	-32.211	18.640
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.743	0	50.743
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-32.208	-32.208
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes - ORA	0	0	0	0	-32.208	-32.208
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	108	-3	105
5.05.03.02	Outros Ajustes	0	0	0	3	-3	0
5.05.03.03	IRPJ Prov. a maior 2022 - FIA	0	0	0	105	0	105
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	46.491	2.538	-50.851	-13.394	-15.216
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.548	-15.548	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-5.286	5.286	0
5.06.04	Realização do Ajuste da Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-3.132	-3.132
5.06.05	Baixa de Ativos	0	0	0	-33	0	-33
5.06.06	Reserva Legal	0	0	2.538	-2.538	0	0
5.06.07	Reserva para Fundo de Investimentos	0	46.491	0	-46.491	0	0
5.06.08	Dividendos	0	0	0	-12.051	0	-12.051
5.07	Saldos Finais	1.224.547	623.626	37.425	0	117.980	2.003.578

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	2.349.946	2.110.210	1.768.003
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.393.495	2.150.932	1.803.376
7.01.02	Outras Receitas	9.732	10.917	5.711
7.01.02.01	Outras Receitas(Despesas) Operacionais	9.732	10.917	5.711
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-53.281	-51.639	-41.084
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-672.487	-616.181	-642.062
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-376.300	-351.809	-348.531
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-282.506	-250.446	-279.692
7.02.04	Outros	-13.681	-13.926	-13.839
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.677.459	1.494.029	1.125.941
7.04	Retenções	-214.834	-211.303	-207.281
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-214.834	-211.303	-207.281
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.462.625	1.282.726	918.660
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	86.442	59.584	36.854
7.06.02	Receitas Financeiras	86.442	59.584	36.854
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.549.067	1.342.310	955.514
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.549.067	1.342.310	955.514
7.08.01	Pessoal	495.858	448.621	411.109
7.08.01.01	Remuneração Direta	342.257	317.404	295.459
7.08.01.02	Benefícios	123.877	101.726	81.130
7.08.01.03	F.G.T.S.	25.713	23.872	22.416
7.08.01.04	Outros	4.011	5.619	12.104
7.08.01.04.01	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	4.011	5.619	12.104
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	457.103	376.330	274.970
7.08.02.01	Federais	456.753	375.965	274.624
7.08.02.02	Estaduais	293	311	280
7.08.02.03	Municipais	57	54	66
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	209.047	274.331	218.692

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.01	Juros	236.137	220.322	203.587
7.08.03.03	Outras	-27.090	54.009	15.105
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	-41.542	34.373	-15.103
7.08.03.03.02	Multas e Acréscimos Moratórios	11.919	17.964	21.534
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	2.533	1.672	8.674
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	387.059	243.028	50.743
7.08.04.02	Dividendos	91.927	57.719	12.051
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	295.132	185.309	38.692

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025



Conselho de Administração

Alfeu Luiz Abreu

Presidente do Conselho de Administração

Cíntia de Castro Cardoso

Edson Moritz Martins da Silva

Gerson Antonio Basso

Haneron Victor Marcos

Ivan Gabriel Coutinho

Jucélio João da Silva

Karla Celina Ghisi da Luz

Marlon Testoni Batisti

Diretoria Executiva

Edson Moritz Martins da Silva

Diretor-Presidente e Diretor de Inovação e Negócios

Pedro Joel Horstmann

Diretor de Operação e Expansão

Carlos Ivan Sturzbecher

Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva

Diretor Comercial

Rosane Vettori

Diretora Administrativa

CONTEÚDO

01. Mensagem da Administração

02. Perfil da Companhia

03. Mercado de Atuação

04. Planejamento Estratégico

05. Principais Acontecimentos

06. Conjuntura Econômica

07. Desempenho Econômico-Financeiro

08. Política Tarifária

09. Investimentos Executados

10. Desempenho Operacional

11. Pesquisa e Desenvolvimento

12. Universidade Corporativa

13. Capital Humano

14. Responsabilidade Social e Ambiental

15. Governança Corporativa

16. Transformação Contínua

01. Mensagem da Administração

Em 2025, ao completar 54 anos de atuação, a CASAN encerra um dos ciclos mais relevantes de sua história. Em apenas três anos, a Companhia passou por um profundo processo de reorganização institucional, financeira e operacional, conduzido a partir de uma gestão com método e orientado por uma agenda consistente de transformação que devolveu credibilidade, capacidade de investimento e clareza estratégica a uma empresa essencial para Santa Catarina.

Somente em 2025, foram investidos R\$ 745 milhões, volume superior à média dos últimos cinco anos e parte de um esforço contínuo que reposicionou a CASAN como agente central do desenvolvimento, da saúde pública e da segurança hídrica do Estado. Esses recursos se traduziram em obras concretas, entregas distribuídas por todas as regiões e ganhos estruturais que projetam a Companhia para o futuro.

No abastecimento de água, a CASAN atingiu 96% da população urbana, ampliou de forma expressiva sua infraestrutura e fortaleceu a segurança hídrica com a entrega de 42 novos reservatórios, 4 novas estações de tratamento, adutoras estratégicas e reforço de sistemas integrados. Esses investimentos não apenas acompanharam o crescimento das cidades, como reduziram vulnerabilidades históricas e elevaram o padrão do serviço prestado a 3,02 milhões de catarinenses.

No esgotamento sanitário, avançamos em uma das agendas mais desafiadoras do saneamento brasileiro. Duas novas estações de tratamento entraram em operação, grandes obras estruturantes avançaram e soluções inovadoras, como o Programa

Esgotamento Sobre Rodas, ampliaram o acesso ao tratamento em municípios de pequeno porte. Trata-se de uma estratégia inovadora e concreta para o cumprimento do Marco Legal do Saneamento, com resultados ambientais, sociais e de saúde pública mensuráveis.

Esse conjunto de entregas só foi possível porque a CASAN recuperou sua sustentabilidade econômico-financeira, reorganizou dívidas, aprimorou a governança e voltou a ser reconhecida por seus diversos públicos. A Companhia encerra este ciclo mais sólida, previsível e preparada para novos desafios, combinando governança contemporânea, responsabilidade fiscal, compromisso ambiental e visão de longo prazo.

Registramos, de forma especial, o reconhecimento ao governador Jorginho Mello, que orientou e tomou decisões firmes para fortalecer a CASAN como empresa pública estratégica. Ao Conselho de Administração, agradecemos pela confiança, pelo rigor e pelo equilíbrio institucional que sustentaram essa transformação. Aos municípios parceiros, aos consumidores, às instituições financiadoras e aos demais públicos, fica o registro de uma relação baseada em responsabilidade, transparência e cooperação.

Edson Moritz
Diretor-Presidente

02. Perfil da Companhia

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa de economia mista, criada em 31 de dezembro de 1970, através da Lei Estadual nº 4.547, constituída pelo Decreto nº SSP-30.04.71/58, de 02 de julho de 1971, que atua como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cujo capital social pertence majoritariamente ao Governo do Estado de Santa Catarina.

A CASAN atua na execução das políticas de saneamento básico do Governo, corroborando com a área de saúde pública do Estado de Santa Catarina, através de 2 macroprocessos finalísticos envolvendo o Fornecimento de Água Tratada e a Coleta e Tratamento de Esgoto.

Macroprocesso	Descrição
Fornecimento de Água Tratada	Composto pelas atividades de captação de água bruta, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável.
Coleta e Tratamento de Esgoto	Composto pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final do efluente tratado.

Tabela 1 - Macroprocessos finalísticos da CASAN

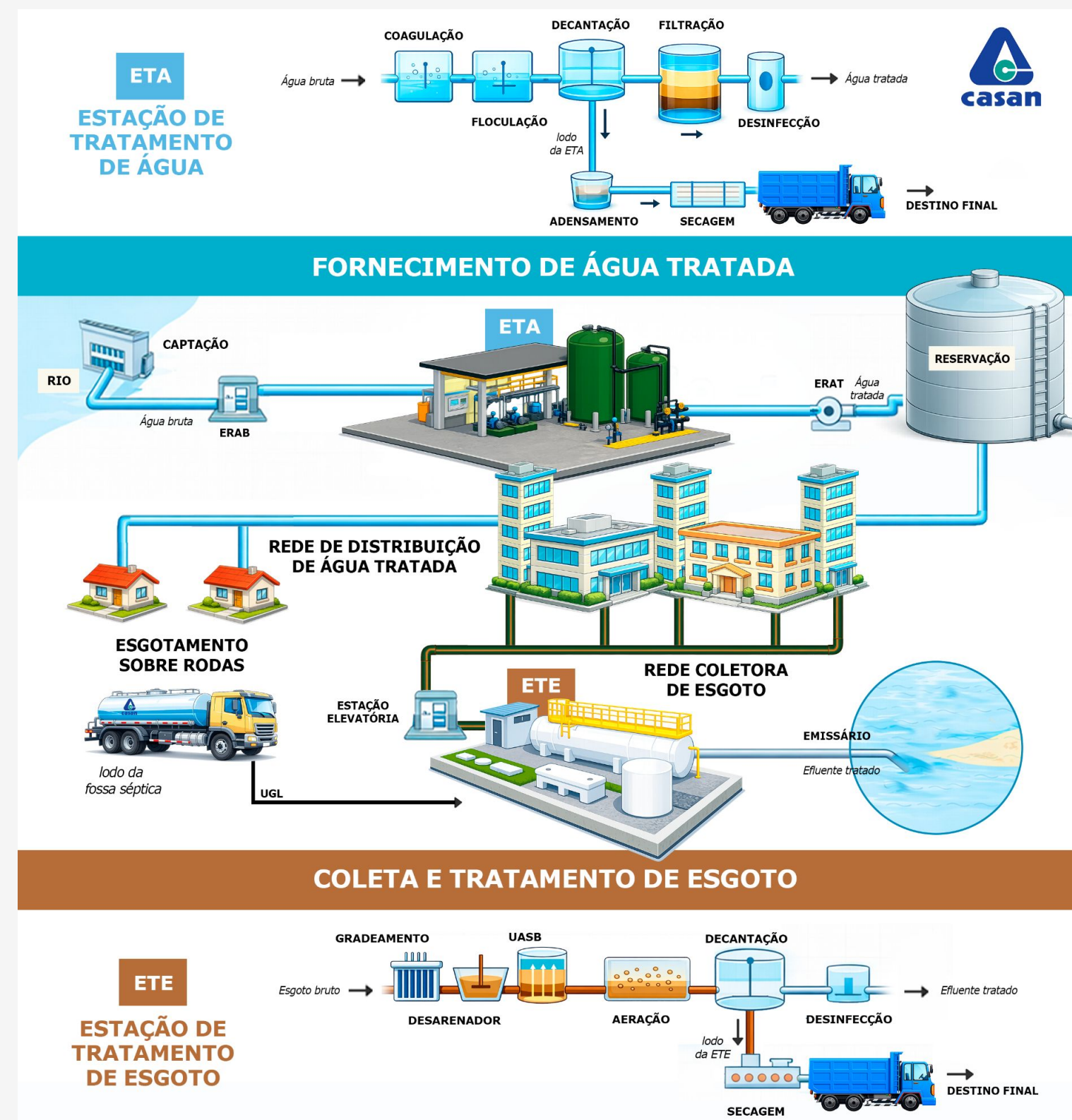


Figura 1 - Infográfico do fornecimento de água tratada e da coleta e tratamento de esgoto

A Companhia pode ainda, na forma da Lei e instrumentos próprios, promover a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos, inclusive os domésticos, os industriais e os hospitalares; e realizar, como atividade meio, o aproveitamento do potencial hidráulico de mananciais, com o fim de gerar energia elétrica, de acordo com o que estabelece o art. 85º da Lei Estadual Complementar de Santa Catarina nº 741, de 12/06/2019.

IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS

A atuação da CASAN gera uma série de impactos diretos e indiretos na sociedade, no meio ambiente e na economia em diversas áreas. A seguir, destacam-se os principais impactos positivos em:

SAÚDE: atuamos na redução das Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), ao ampliar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário. Estudos econômicos estimam uma queda de 4% nas internações entre bebês nos municípios atendidos com saneamento. Essa expansão diminui as internações e altera drasticamente os indicadores de morbidade e mortalidade catarinense. Estimativas da OMS calcularam que cada R\$ 1,00 investido em saneamento resulta em R\$ 4,30 de economia nos cofres públicos, gerando avanços na saúde pública e consolidando um ciclo virtuoso de desenvolvimento humano e sustentabilidade fiscal.

EMPREGO E RENDA: a expansão da infraestrutura de água e esgoto funciona como um motor de desenvolvimento regional ao impulsionar a criação de empregos e renda. A universalização do saneamento em Santa Catarina possui o potencial de gerar R\$ 32 bilhões para a economia estadual, com a construção civil absorvendo 68% da demanda de investimentos e gerando postos para engenheiros, operadores e técnicos especializados. No Brasil, estima-se que a universalização possa sustentar 1,5 milhão de novos postos de trabalho e adicionar R\$ 1,4 trilhão ao PIB, beneficiando desde a indústria de máquinas e equipamentos — com incremento previsto de R\$ 42 bilhões — até o comércio local por meio da circulação de renda induzida em toda a cadeia produtiva.

PRODUTIVIDADE, MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO: com a universalização em Santa Catarina é projetado um aumento de R\$ 3,2 bilhões na renda do trabalho e uma economia de R\$ 775,6 milhões em custos com horas pagas e não trabalhadas até 2055. No âmbito educacional, a precariedade sanitária compromete a frequência escolar de 6 milhões de crianças no Brasil, sendo que 4 em cada 10 alunos de até 6 anos afastam-se de creches e escolas por falta de esgoto, o que prejudica o desempenho e resulta em notas inferiores. A disparidade educacional é acentuada pelo acesso ao serviço: estudantes com saneamento em casa possuem uma escolaridade média de 8,49 anos, enquanto aqueles sem acesso permanecem apenas 5,31 anos na vida escolar.

TURISMO: projeta-se um ganho de R\$ 5,4 bilhões no setor de turismo até 2055 com a universalização do saneamento catarinense, o que representa um fluxo médio anual de R\$ 154 milhões em benefícios econômicos. Esse retorno está diretamente atrelado à valorização ambiental e à garantia da balneabilidade das praias. Dessa forma, impacta diretamente a competitividade regional, pois o gerenciamento sanitário em zonas litorâneas influencia a viabilidade econômica de temporadas inteiras, consolidando Santa Catarina como um destino de referência e estimulando a ocupação hoteleira por meio de uma infraestrutura urbana resiliente.

MEIO AMBIENTE: promovemos impactos ambientais positivos significativos ao impedir o lançamento direto de carga poluidora em rios, mares e lençóis freáticos. Programas como "Trato pelo Saneamento" evitam o descarte indevido de milhões de litros de esgoto no ambiente, enquanto o "Projeto Mata Ciliar" protege centenas de hectares de vegetação em áreas de preservação permanente. Com isso, preservamos a biodiversidade, pois a poluição hídrica por efluentes domésticos e resíduos sólidos aumenta em até 89% a probabilidade de doenças em recifes de corais e afeta centenas de espécies marinhas. Nossa gestão sanitária eficiente protege o equilíbrio ecológico e garante a sustentabilidade de atividades econômicas como a pesca, preservando recursos naturais essenciais.

SETOR IMOBILIÁRIO: atuamos como um vetor determinante na valorização imobiliária, uma vez que o acesso ao esgotamento sanitário pode elevar o valor de mercado de imóveis em até 14%. Em Santa Catarina, estima-se que o ganho anual para proprietários que alugam ou residem em moradia própria alcance R\$ 101,2 milhões, acumulando um benefício a valor presente de R\$ 3,5 bilhões entre 2021 e 2055 decorrente da infraestrutura instalada. Além de tornar áreas antes preteridas mais atrativas para investidores, esse movimento impulsiona o desenvolvimento urbano e fortalece a arrecadação de tributos municipais — como o IPTU e o ITBI —, permitindo que os municípios reinvestam esses recursos na melhoria contínua dos serviços públicos locais.

Os impactos positivos da atuação da CASAN demonstram que o saneamento básico é um investimento de elevado retorno social e econômico, capaz de impulsionar um ciclo virtuoso que articula saúde, educação, emprego, renda, turismo, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Assim, a contínua ampliação dos sistemas da CASAN não apenas promove qualidade de vida, mas consolida o saneamento como um dos pilares mais estratégicos para o crescimento sustentável e a prosperidade coletiva de Santa Catarina.

03. Mercado de Atuação

A CASAN presta serviços principalmente no Estado de Santa Catarina, com 193 municípios atendidos pela companhia, mais 1 município no Estado do Paraná. Em 2025, foram 3,02 milhões de pessoas atendidas nos dois estados, enquanto a população total desses 194 municípios é de 3,64 milhões de pessoas. Em proporção, estamos em 65% dos municípios do Estado de Santa Catarina, que equivale a 44% da população catarinense.

A Companhia atua nos municípios por meio de contratos firmados com as prefeituras municipais, as quais concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de implantação, operação, gestão e manutenção do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário.

A situação dos contratos é de vigência em 182 municípios, dos quais estão compostos por 68 contratos de gestão associada, 59 contratos de concessão, 49 contratos de programa, 4 contratos de prestação de serviço, 1 de gestão compartilhada e 1 contrato emergencial. Atualmente, dos 194 municípios atendidos pela CASAN, 174 possuem contratos em observância à nova legislação federal. Nos demais municípios em que a CASAN presta serviços sem contrato vigente, a Companhia aguarda a implantação da Prestação Regionalizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina para restabelecer as tratativas com os municípios visando a regularização contratual.

No decorrer de 2025, a CASAN firmou contrato de emergência com Imaruí e deixou de atender Concórdia.

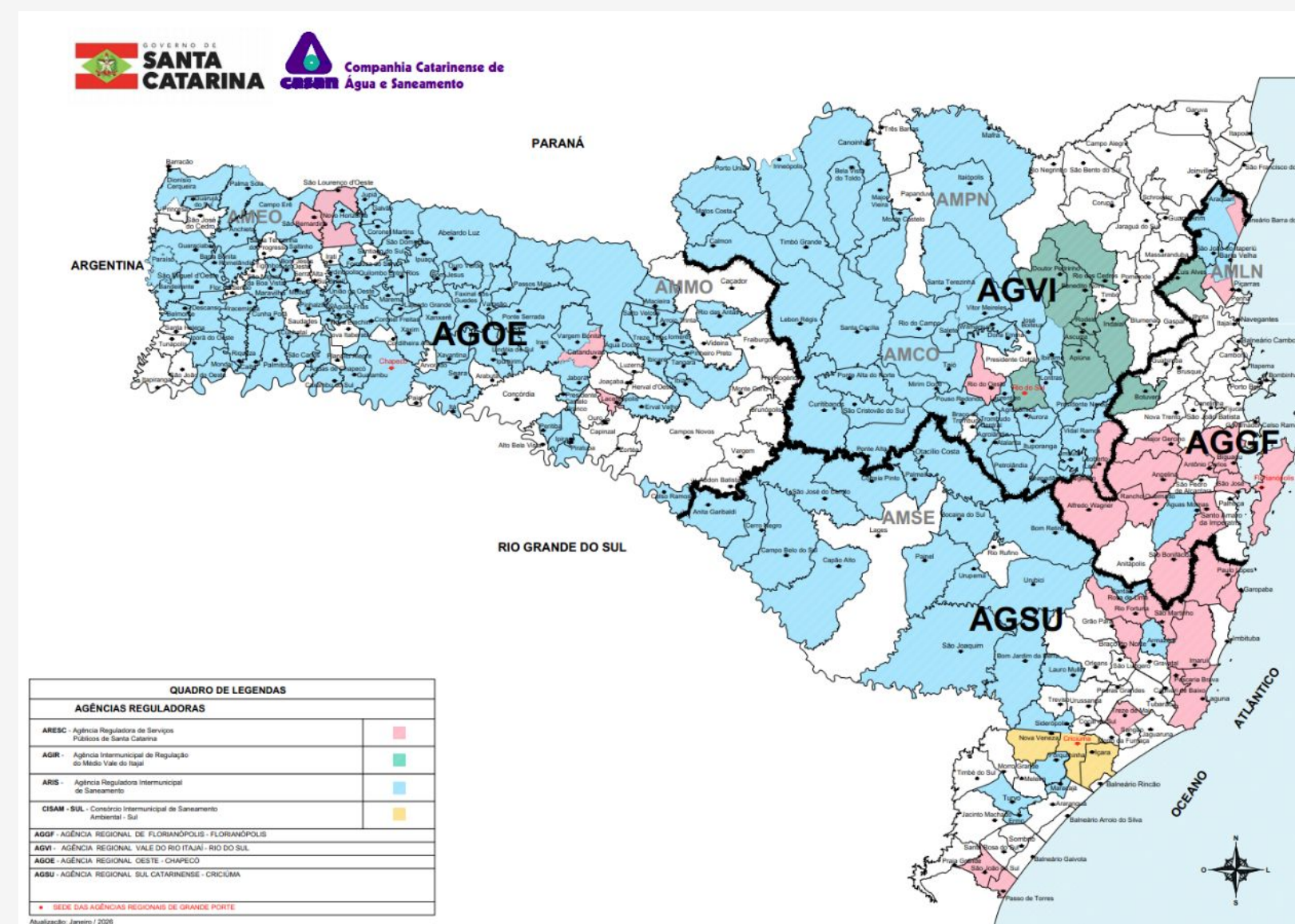


Figura 2 - Mapa dos municípios atendidos pela CASAN. Fonte: <https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/AGENCIAS%20REGULADORAS%20REGIONAIS%202007-2025.pdf>

O mercado de atuação da CASAN atualmente é fiscalizado e regulado por 4 Entidades Reguladoras Infranacionais. São elas:

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS

<https://www.aris.sc.gov.br/>

Abrangência: 152 municípios com equivalência de 48,46% da população.

Agência de Regulação de Serviços Público de Santa Catarina - ARESC

<https://www.aresc.sc.gov.br/>

Abrangência: 28 municípios com equivalência de 36,44% da população.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM-SUL

<https://cisam-sul.sc.gov.br/>

Abrangência: 03 municípios com equivalência de 8,86% da população.

Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí - AGIR

<https://www.agir.sc.gov.br/>

Abrangência: 10 municípios com equivalência de 6,25% da população.

Ressalta-se que a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualizou o Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 11.445/2007) alterou as competências da Agência Nacional de Águas, incluindo também o Saneamento Básico em suas atividades e passando a nomeá-la para Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) (<https://www.gov.br/ana/pt-br>). Essa Agência Reguladora Nacional atualmente elabora Normas de Referências para o setor.

04. Planejamento Estratégico

Nossa estratégia é orientada pelos direcionadores estratégicos, que comunicam nossa razão de existir (missão), o futuro desejado (visão) e os princípios que norteiam nossas ações e decisões (valores). Os objetivos estratégicos são alinhados a esses direcionadores e expressam os rumos que desejamos seguir nos próximos anos. Esse alinhamento é essencial para promover uma cultura coesa, delinear as prioridades da gestão e inspirar os colaboradores em todos os níveis organizacionais.

Na execução da estratégia, o desempenho da CASAN é monitorado e periodicamente reportado à alta administração, possibilitando o direcionamento de ajustes para a maximização dos resultados. Esse modelo possibilita uma gestão eficiente, alinhada aos interesses públicos e às demandas das principais partes interessadas, promovendo a prestação de serviços que beneficiam a sociedade catarinense e o meio ambiente.

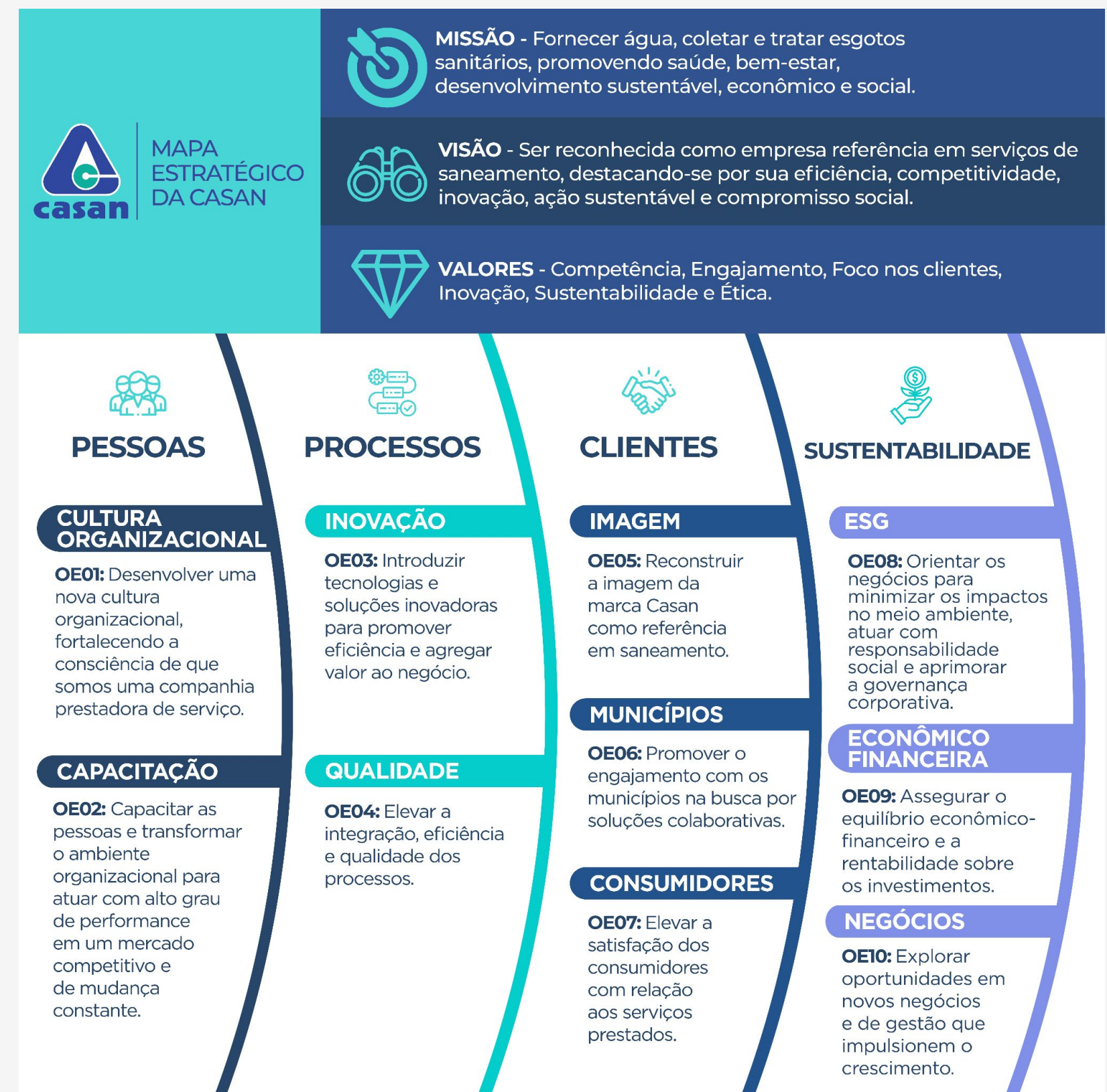


Figura 3 - Mapa Estratégico da CASAN

05. Principais Acontecimentos

Com investimento de R\$ 745 milhões em 2025, a CASAN registrou um volume de aportes acima da média anual dos últimos 5 anos, de R\$ 518 milhões, consolidando um ciclo de crescimento sustentado e de maior capacidade de execução. O resultado reflete ganhos de eficiência financeira, planejamento de longo prazo e maturidade institucional.

Esse patamar de investimentos permitiu à Companhia ampliar e modernizar sua infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, beneficiando 44% da população de Santa Catarina, em 194 municípios, e reforçando seu papel como empresa pública essencial à saúde, à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável do Estado.

Ao garantir água tratada de forma contínua e ampliar a correta coleta e destinação do esgoto, a CASAN atua diretamente na prevenção de doenças, na proteção ambiental e na promoção da dignidade da população, pilares que orientam sua estratégia institucional.

Grande parte dessas entregas foi apresentada à sociedade por meio dos encontros do Programa Santa Catarina Levada a Sério – Prestando Contas, fortalecendo a transparência e o diálogo com os catarinenses. Este relatório reúne os principais marcos de um ano que se destaca não apenas pelo volume de investimentos, mas também pela qualidade, impacto e alcance social das ações executadas.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No campo do abastecimento, a CASAN manteve, em 2025, um índice de atendimento urbano de 95,9%, direcionando investimentos para acompanhar o crescimento das cidades e reforçar os sistemas de captação, tratamento, reserva e distribuição de água.

Ampliação da Reserva de Água

Foram colocados 42 novos reservatórios em 2025, evidenciando a priorização da segurança hídrica como eixo estratégico da Companhia.

Entre as principais obras, destaca-se o Reservatório EFAPI, em Chapecó, com capacidade para 5 milhões de litros de água, construído com tecnologia de aço vitrificado. Ao longo de 2025, o município recebeu 6 novos reservatórios, consolidando Chapecó como um dos principais pólos de investimento em reserva hídrica no Estado.

Na Região Oeste, os municípios de Piratuba, Ipira, Descanso, Catanduvas, Pinhalzinho, Xaxim, Xanxerê, Novo Horizonte, Tangará, Guatambu e Ponte Serrada receberam 21 reservatórios, desempenho acima da média histórica regional. No Vale do Itajaí, foram colocados em operação um reservatório em Ituporanga e outro em Lontras.

Na Região Sul e Serra Catarinense, 11 reservatórios entraram em operação para atender Garopaba, Passo de Torres, Criciúma, São Joaquim, Nova Veneza, Urubici, Laguna, Maracajá e São Martinho.

Na Grande Florianópolis, 2 novos reservatórios entraram em operação, um em Alfredo Wagner e um na Praia Brava (Florianópolis).

Esses resultados demonstram uma aceleração consistente na ampliação da reserva de água, em ritmo superior ao observado nos últimos 5 anos, fortalecendo a resiliência dos sistemas frente a eventos climáticos e ao crescimento da demanda.

Novas Estações de Tratamento de Água

Em 2025, 4 novas Estações de Tratamento de Água tiveram sua operação iniciada, ampliando a capacidade produtiva dos sistemas de água da CASAN.

A maior unidade inaugurada foi a ETA de Araquari, voltada ao atendimento de uma das cidades com maior crescimento populacional do Estado. O município de Botuverá também foi beneficiado com uma nova ETA, reforçando o abastecimento no Vale do Itajaí.

Em Braço do Norte, entrou em operação uma nova Estação de Tratamento de Água associada a uma nova adutora de água bruta, com capacidade projetada para atender ao crescimento do município pelos próximos 20 anos.

Destaque Estratégico – ETA Biguaçu

Na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, a CASAN avançou em uma de suas obras mais estratégicas: a nova Estação de Tratamento de Água de Biguaçu, com início de sua operação de forma parcial em dezembro de 2025.

Com investimento de R\$ 86 milhões, a ETA Biguaçu foi projetada para tratar 60 milhões de litros de água por dia. A implantação da nova unidade estabelece, pela primeira vez, a autonomia operacional do sistema de abastecimento de Biguaçu, que historicamente dependia do fornecimento de municípios vizinhos, reduzindo vulnerabilidades e aliviando a demanda sobre os sistemas regionais existentes.

A elevada eficiência do empreendimento permitirá, além do atendimento integral ao município de Biguaçu, o reforço do abastecimento de Antônio Carlos, ampliando a segurança hídrica regional de forma integrada e sustentável.

Com a utilização de estruturas pré-fabricadas em aço inoxidável se obteve uma maior eficiência construtiva e uma capacidade operacional de produção de 60 milhões de litros por dia, posicionando a obra como referência técnica e benchmark para futuros empreendimentos da Companhia.

A conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2026, representando um marco para a segurança hídrica da região metropolitana, especialmente nos períodos de maior consumo.

Ampliação de Adutoras e Redes

Outro destaque de 2025 foi a ampliação da malha de adutoras e redes de distribuição, foram implantadas mais 399 km de redes em todo Estado.

No Sul Catarinense, demandas históricas foram atendidas com obras de interligação de sistemas de abastecimento de água e ampliação de adutoras para maior disponibilidade de água em regiões afastadas. Destacam-se as interligações realizadas em Laguna — do sistema do Farol com Campos Verdes e do sistema do Gi (principal da cidade) com Praia do Sol e Itapirubá, as novas adutoras de Garopaba, e as ampliações de rede em Turvo para o atendimento de novas comunidades, somente nesses 3 municípios foram investidos R\$ 4,5 milhões com essas obras.

Na Região Oeste, Planalto Norte e Serra Catarinense muitas obras foram realizadas para instalação de redes de água nos passeios em conjunto às obras de pavimentação das Prefeituras, eliminando assim o risco de vazamento sob a pista de rolamento e facilitando assim os serviços de manutenção e a execução de novas ligações de água, assim foi em Palmitos, Mafra e Otacílio Costa.

No Vale do Itajaí, a ampliação das redes de água em Indaial contou com investimento de R\$ 1,5 milhões, com destaque para uma nova adutora com 5 km de extensão na Rua Dr. Blumenau.

Na capital, a Companhia avançou em obras estruturantes cruciais, com destaque para a instalação da nova adutora de 700 mm sob a Ponte Pedro Ivo. Adicionalmente, as implantações das adutoras do Rio Vermelho e de um trecho estratégico na SC-401 (400 mm) foram fundamentais para garantir a resiliência do sistema e a estabilidade do abastecimento do Norte da Ilha durante a temporada de verão.

Prioridade à Região Oeste

Ainda no campo do abastecimento, 2 grandes projetos avançaram e merecem destaque na Região Oeste. Para aumentar a reserva e captação de água bruta em Chapecó, cidade que periodicamente é afetada por estiagens, a CASAN avançou na dragagem do Lajeado São José. Até o fim de 2025, quase 330 mil m³ de lodo foram retirados, o que representa 94% do total contratado para dragagem no principal manancial de abastecimento do município. A obra que recebe investimento de R\$ 30 milhões é estratégica para a segurança do abastecimento na Capital do Oeste.

A CASAN também avança no Projeto Chapecozinho. O conjunto de obras projeta beneficiar 525 mil pessoas nos municípios de Xanxerê, Xaxim, Cordilheira Alta e Chapecó. Em 2025, a obra da adutora de água de 58 km chegou a 73% e o reservatório de Xanxerê estava com 74% dos serviços executados.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

No campo do esgotamento sanitário, a CASAN avançou em 2025 com investimentos robustos e soluções inovadoras, reforçando seu compromisso com a saúde pública, a preservação ambiental e a melhoria das condições de vida da população.

Foram inauguradas 3 novas estruturas: a ETE João Paulo, em Florianópolis; a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Xaxim; e a Unidade de Gerenciamento de Lodo, em Descanso.

Em Florianópolis, a ETE João Paulo recebeu investimento de R\$ 196 milhões, que irá beneficiar os bairros João Paulo, Monte Verde, Saco Grande, Cacupé, Santo Antônio e Sambaqui, alcançando 33 mil moradores.

Em Xaxim, a ampliação do sistema incluiu 23 km de novas redes coletoras e quase 3 km de emissários, projetando beneficiar cinco mil moradores.

Em Descanso, a Unidade de Gerenciamento de Lodo consolidou-se como referência estadual ao utilizar tecnologia de *wetlands*, sustentando a expansão do Programa Esgotamento Sobre Rodas, que em 2025 alcançou 59 municípios.

Foram realizadas 9.106 vistorias em 2025, volume superior às 1.252 vistorias registradas no ano anterior. Com 60% dos imóveis vistoriados considerados aptos, a iniciativa deverá alcançar 150 municípios com população inferior a 15 mil habitantes no geral, ampliando significativamente o acesso ao saneamento básico em pequenas cidades catarinenses.

A CASAN também iniciou a operação de novas áreas atendidas com coleta e tratamento de esgoto em Curitibaanos e Balneário Piçarras, beneficiando 17.500 moradores.

PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

Em 2025, a CASAN teve suas práticas reconhecidas por instituições relevantes, reforçando sua credibilidade institucional e seu compromisso com a sustentabilidade, inovação, governança e responsabilidade social.

Entre os reconhecimentos recebidos estão o selo de signatária do Movimento ODS Santa Catarina, o Selo Prata do Programa Brasileiro GHG Protocol, além de certificações e premiações ligadas à gestão de pessoas, inovação e responsabilidade social, incluindo reconhecimentos da Alesc e do Prêmio Inovação Catarinense.

Esses reconhecimentos validam uma gestão orientada por planejamento, responsabilidade pública e foco em impacto social, consolidando 2025 como um ano de resultados consistentes para a Companhia.

06. Conjuntura Econômica

Santa Catarina manteve um desempenho econômico acima da média nacional em 2025, com crescimento real consistente da atividade econômica. Segundo estimativas do governo estadual e dados do IBCR (Índice de Atividade Econômica Regional), o PIB catarinense cresceu 4,9% nos 12 meses encerrados em novembro de 2025. No mercado de trabalho, a redução da taxa de desemprego atingiu 2,3% de desocupação, uma das menores do Brasil. O ambiente de negócios continuou aquecido com a geração de 59.184 empregos com carteira assinada e a abertura de 140.279 novas empresas, refletindo resiliência econômica regional apesar da política monetária contracionista.

No plano nacional, o ambiente econômico mostrou um crescimento moderado de 2,3%, inferior ao ritmo observado ano passado de 3,4%. O Brasil confirmou tendência de crescimento no emprego formal em 2025, com 1,27 milhão de vagas geradas em todo o país. A inflação oficial (IPCA) respeitou a meta, embora tenha variado regionalmente, apontando uma inflação acumulada em 12 meses de 4,26% ao longo do ano.

Em resposta a pressões inflacionárias reiteradas, o Banco Central do Brasil manteve a taxa básica de juros (Selic) em níveis historicamente elevados de 15% ao ano, refletindo um regime de política monetária ainda contracionista no esforço de ancorar expectativas inflacionárias. A trajetória cambial mostrou menor volatilidade do que em 2024, com o real brasileiro tendo períodos de valorização frente ao dólar,

reduzindo a cotação de R\$ 6,18 para R\$ 5,63, o que contribuiu para reduzir, em parte, o impacto dos preços de bens importados.

O crédito ampliado às empresas continuou expressivo em 2025, impulsionado pelos esforços de financiamento para infraestrutura e expansão operacional, inclusive nos setores regulados como água e saneamento. Apesar da política monetária restritiva, o crédito comercial e de longo prazo manteve níveis elevados, espelhando uma composição entre recursos domésticos e financiamento externo. O crédito ampliado às empresas situou-se em R\$ 7 trilhões em dezembro (55,1% do PIB), avanço de 4,6% no ano, ressaltando-se as elevações de 8,3% nos empréstimos do SFN e de 12,9% em títulos de dívida privados, parcialmente compensadas pela queda de 5,2% no saldo da dívida externa.

Os entes reguladores do saneamento em Santa Catarina iniciaram suas publicações para se adaptarem às Normas de Referência da ANA e estabeleceram os critérios que permitem o início da prestação do serviço de soluções individuais para o esgotamento sanitário, concluindo projetos pilotos como o observado em Descanso e com início efetivo previsto para 2026.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

No exercício de 2025 a CASAN auferiu receita de R\$ 2,39 bilhões em decorrência da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 11% superior ao apurado no exercício anterior e decorre do reajuste tarifário ordinário aprovado em 2025 (5,56%); do reajuste tarifário extraordinário aprovado em 2024 (16,08%), cuja parcela compensatória (4,21%) foi retirada no final de 2025; e também da entrada em operação de sistemas de esgotamento sanitário, os quais geraram incremento de receita.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 76% da receita obtida em 2025, somando R\$ 1,8 bilhão. Outros R\$ 539 milhões foram auferidos com tarifas nas operações de esgotamento sanitário, o que representa 23% da receita apurada no ano. Além disso, a CASAN auferiu R\$ 26 milhões (1%) com a prestação de outros serviços, como a execução de ligações, acréscimos por impontualidade, consertos de hidrômetros, entre outros serviços.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 1,7 bilhão em 2025, o que corresponde a um aumento de 9% em relação ao exercício anterior. Contribuíram para essa elevação dos custos o crescimento da receita, que gerou mais tributos diretos. A inflação também ocasionou, de modo geral, a elevação dos gastos com serviços contratados e com a despesa de pessoal, como a folha de pagamento e os encargos trabalhistas.

Em contrapartida, observou-se a redução de 43% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em R\$ 122,6 milhões no ano de 2025. Contribuíram para isso a variação cambial favorável observada no ano e o crescimento da receita financeira, decorrente da aplicação dos recursos captados em 2025.

Esses fatores conduziram à elevação de 59% no resultado líquido do exercício, que passou de R\$ 243 milhões em 2024 para R\$ 387 milhões em 2025.

Indicadores	2025	2024	Variação
Receita Operacional	2.393.494	2.150.932	11%
Custos / Despesas	(1.737.653)	(1.596.885)	9%
Resultado Financeiro	(122.605)	(214.747)	-43%
Resultado antes do IR e da CSLL	533.236	339.300	57%
Resultado Líquido do Exercício	387.059	243.028	59%

Tabela 2 - Comparativo resultado CASAN (R\$ mil)

A análise da Tabela 3 ratifica o excelente momento da Companhia, com a maioria dos indicadores superando os patamares de 2024. O exercício de 2025 foi marcado pelo seguimento na trajetória de crescimento, destacando-se:

- **Aumento na Lucratividade:** O Lucro Líquido saltou de R\$ 243 milhões para R\$ 387 milhões, um crescimento expressivo de 59%.
- **Eficiência Operacional:** O EBITDA atingiu R\$ 870,6 milhões, acompanhado por uma melhora em todas as margens sobre a receita operacional líquida, com ênfase na Margem Operacional, que subiu de 17,37% para 24,40%.
- **Fortalecimento Patrimonial:** A Rentabilidade Patrimonial avançou para 14,78%, refletindo a eficiência na gestão dos recursos.
- **Liquidez:** O índice de Liquidez Corrente (1,20) apresentou evolução, demonstrando maior capacidade financeira a curto prazo;
- **Endividamento:** A relação Dívida Líquida/EBITDA manteve-se controlada, preservando o mesmo nível apurado no período anterior.

Os resultados econômico-financeiros de 2025 consolidam a CASAN como referência de recuperação estratégica no setor de saneamento básico. Com controle rigoroso de custos, aumento expressivo do lucro e investimentos consistentes, ficam evidentes os esforços da gestão em entregar resultados robustos para Santa Catarina.

Indicadores	2025	2024	Variação
Ativo Total (AT)	6.161.832	5.556.532	11%
Patrimônio Líquido (PL)	2.600.843	2.258.409	15%
Receita Operacional Líquida (ROL)	2.168.120	1.950.410	11%
Lucro Líquido (LL)	387.059	243.028	59%
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,57	0,59	-3%
EBITDA	870.675	765.352	14%
EBIT	655.841	554.048	18%
Geração de Caixa	655.603	718.126	-9%
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,46	0,44	5%
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,17	0,16	6%
Margem Bruta (LB/ROL)	51,83%	50,22%	3%
Margem Operacional (LO/ROL)	24,40%	17,37%	40%
Margem Líquida (LL/ROL)	17,85%	12,46%	43%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	40,16%	39,24%	2%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	14,78%	10,67%	39%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,67	0,67	0%
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,20	1,10	9%
Dívida Líquida / EBITDA	2,6	2,6	0%
Impostos/Receita Bruta (*)	15,91%	14,20%	12%

(*) Impostos: Pasep + Cofins + IR + CSLL

Obs.1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido;

Obs.2: Em 2023, o Ativo Financeiro de Contrato foi desmembrado do Ativo Intangível, o que impactou no resultado da Liquidez Geral. Ajustamos toda a série histórica em razão dessa alteração.

Obs.3: Os indicadores Dívida Líquida/Ebitda, Endividamento Financeiro e Endividamento de Curto Prazo foram ajustados pela inclusão da rubrica arrendamento mercantil em toda a série histórica.

Tabela 3 - Resultado dos indicadores CASAN (R\$ mil)

Observa-se que receita, lucro líquido e EBITDA seguem em tendência de crescimento, conforme mostra a Figura a seguir.

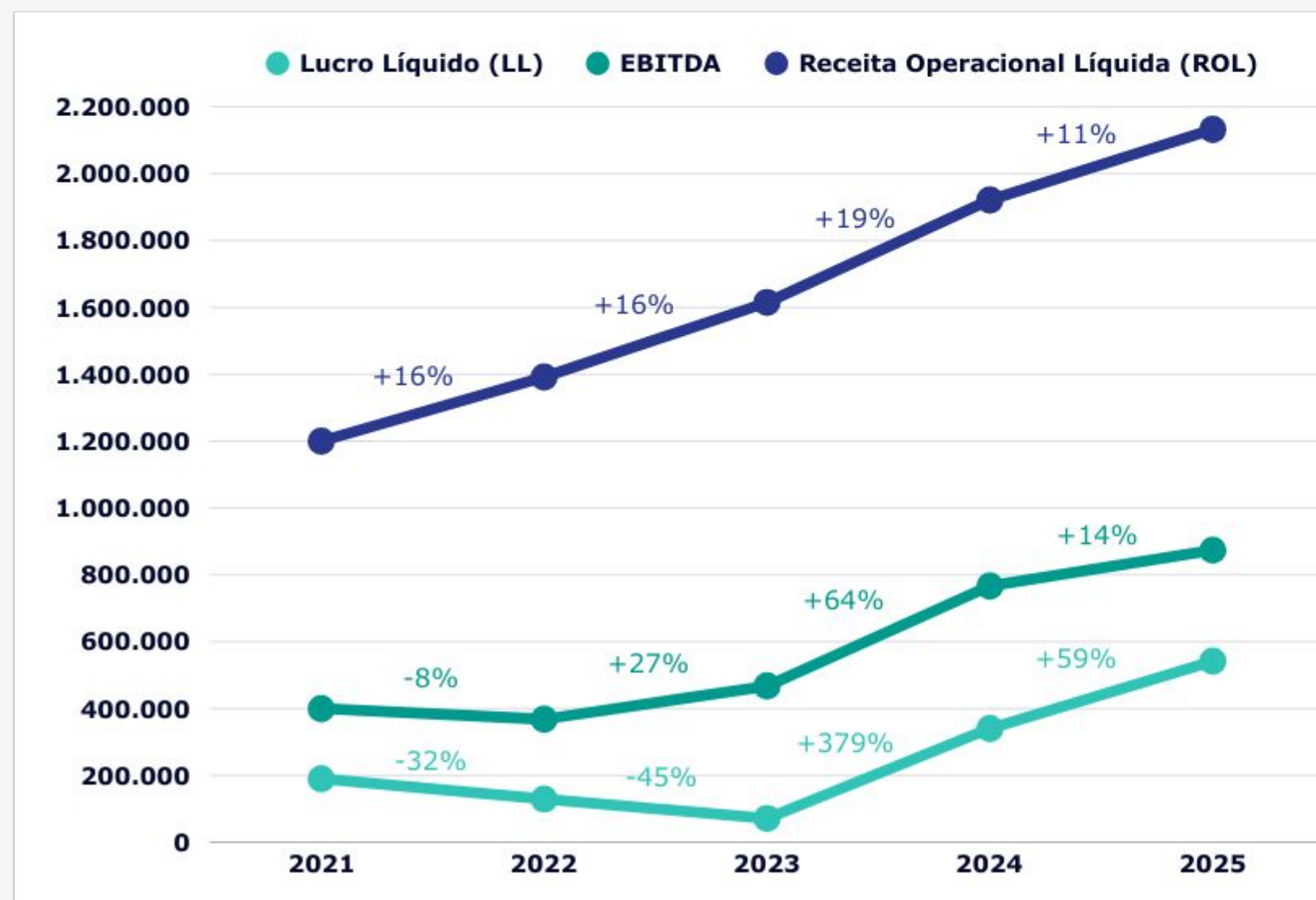


Figura 4 - Evolução da Receita, Resultado Líquido e EBITDA (R\$ mil) e suas variações percentuais

Da mesma forma, como vemos na Figura 5, as margens sobre a receita operacional líquida seguem em crescimento no período, com destaque para a Margem Operacional.

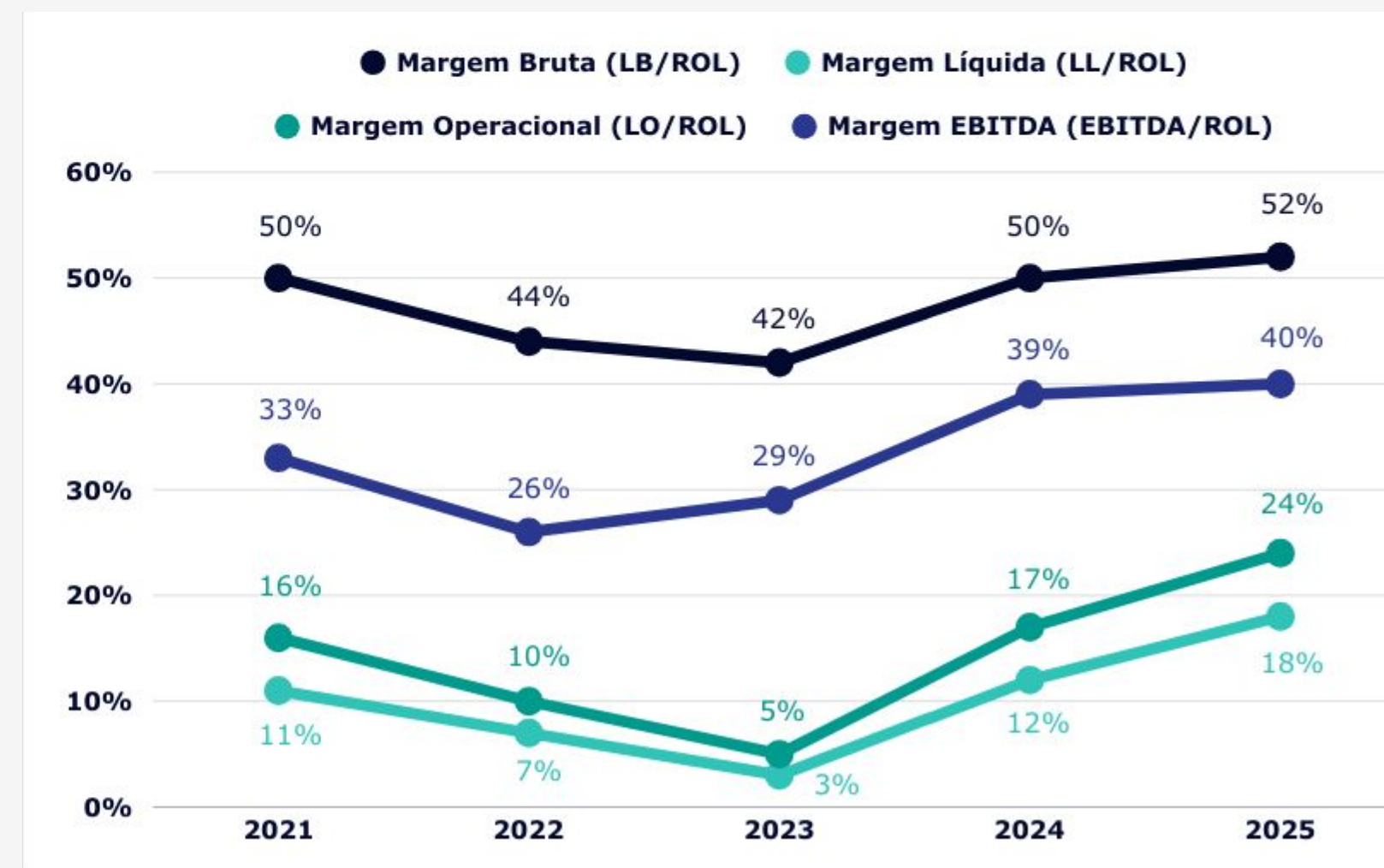


Figura 5 - Evolução das Margens

Esse desempenho teve poucos reflexos nos indicadores de endividamento, sendo verificada leve elevação nos endividamentos financeiro e de curto prazo e redução do endividamento geral, como pode ser observado na Figura 6.

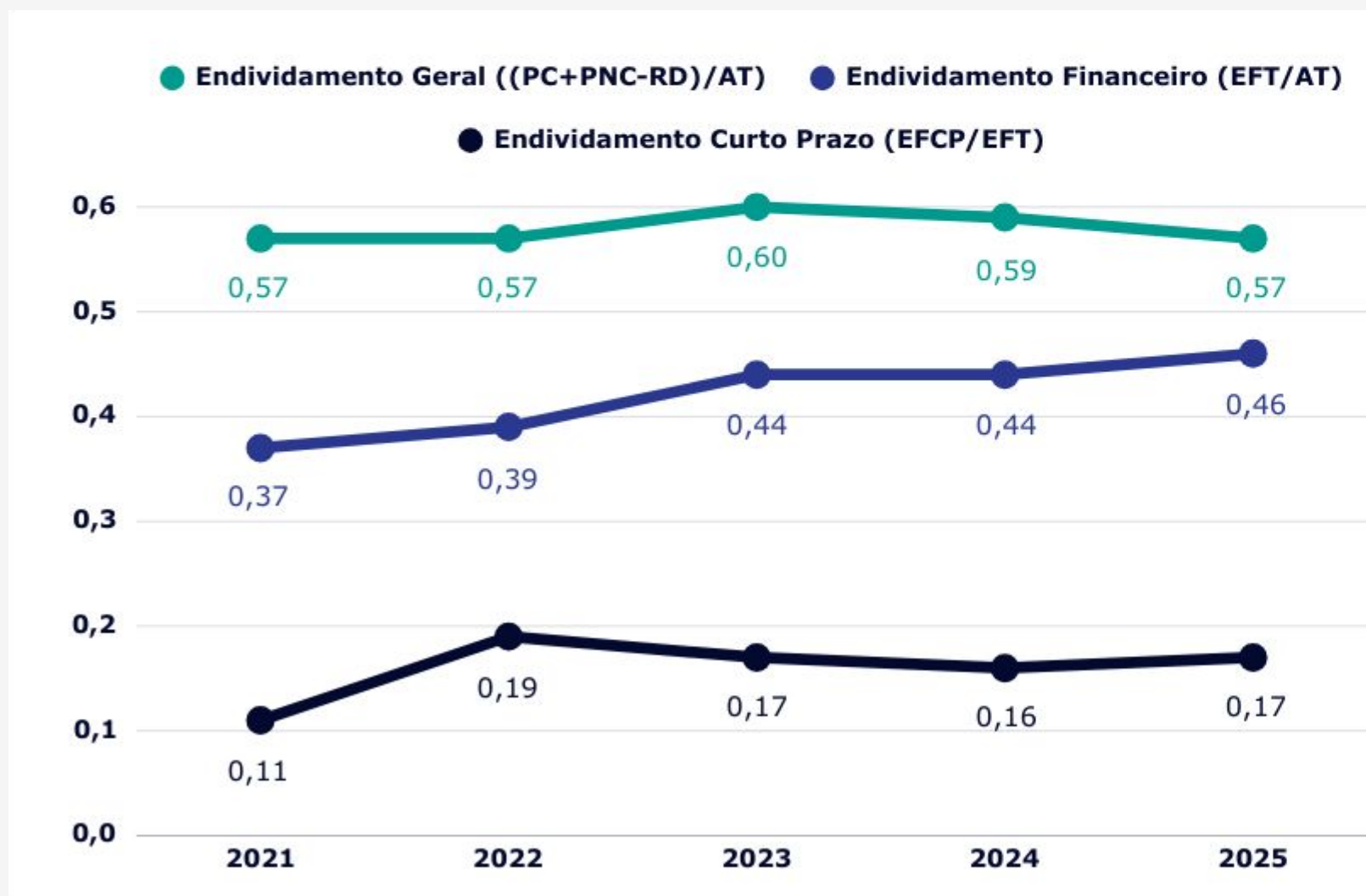


Figura 6 - Evolução dos Indicadores de Endividamento

08. Política Tarifária

A política tarifária da CASAN desempenha um papel fundamental na sustentabilidade financeira da Companhia, ao estabelecer mecanismos que garantam a geração de receitas suficientes para atender às demandas operacionais e, sobretudo, viabilizar investimentos estratégicos na expansão e modernização dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. Uma estrutura tarifária bem definida e equilibrada permite a formação de um montante adequado de recursos próprios, essenciais para a contrapartida em operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais. Esses recursos internos, além de demonstrar solidez financeira e comprometimento com o setor, são indispensáveis para alavancar vultuosos investimentos externos, que impulsionam a melhoria contínua da infraestrutura da Companhia, o atendimento às exigências regulatórias e a prestação de serviços de qualidade à população.

Além de gerar recursos para investimentos a fim de atingir a universalização dos serviços de saneamento (conforme a Lei nº 14.026/2020, que atualiza a Lei nº 11.445/2007 e que são regulamentadas pelo Decreto nº 7.217/2010), a política tarifária também é de grande relevância para a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Visa também buscar um ponto de equilíbrio, que nos permita oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela CASAN, ao mesmo tempo que tem o intuito de inibir o consumo supérfluo, evitando o desperdício de recursos hídricos, promovendo o seu uso consciente.

A CASAN tem o direito assegurado de solicitar às Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses. Em 2025, foram aprovados 2 reajustes tarifários no âmbito regulatório. O primeiro corresponde a um reajuste de 5,56%, aplicado a partir de 01/03/2025, destinado à recomposição inflacionária ordinária das tarifas. Posteriormente, foi autorizada a aplicação de uma redução tarifária de 4,21%, com vigência a partir das leituras realizadas em dezembro de 2025, com vencimento das faturas em janeiro de 2026. Portanto, ao longo de 2025 o reajuste acumulado foi de 1,12%.

A redução decorre do processo de reestruturação administrativa e do reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia, após o período de suspensão dos reajustes tarifários durante a pandemia, e foi devidamente autorizada pelas Agências Reguladoras competentes, incluindo ARESC, ARIS, AGIR e CISAM-SUL. A medida contribui para a modicidade tarifária, ao mesmo tempo em que preserva a sustentabilidade econômico-financeira da CASAN e a continuidade dos investimentos necessários ao cumprimento das metas de universalização dos serviços de saneamento.

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Percentual (%)	11,94	10,81	6,08	4,39	2,61	-	2,55	16,01	6,35	16,08	1,12

Tabela 4 - Reajuste e revisão tarifária - 2015 a 2025

A Companhia adota na sua política tarifária, como referência, uma tabela tarifária única, separada por categorias de usuários e com escalas por faixas/quantidades crescentes de volume fornecido, vigente para todos os municípios que detêm a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Intervalo R\$/m ³	Residencial	Residencial Social **	Comercial	Micro e Pequeno Comércio	Industrial	Pública Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais	Pública Especial Entidades Beneficentes/Filantrópicas
TFDI* R\$/mês	43,80	8,16	43,80	43,80	43,80	43,80	13,13
0 a 10	2,91	0,55	6,44	4,54	6,44	6,44	1,93
11 a 25	13,53	3,88	18,09	18,09	18,09	18,09	5,42
26 a 50	18,09	18,09					
Acima de 50	22,76	22,76	22,76				

Tarifa de esgoto = 100% do valor da Tarifa de água
 1 metro cúbico (m³) = 1 mil litros de água
 * TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade e Infraestrutura
 ** Válida para solicitações recebidas até 10/12/2024

Tabela 5 - Tabela tarifária

TARIFA SOCIAL

A CASAN opera um programa de Tarifa Social destinado a mitigar o impacto tarifário para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, alinhado ao princípio do acesso universal a serviços de saneamento. O benefício é financiado de forma cruzada pelas demais categorias de consumo. Em dezembro de 2025, os imóveis beneficiados eram 27.741 ligações ativas.

A tarifa social é subsidiada, representando aproximadamente 20% do valor da tarifa residencial padrão, dos quais: 18,63% na Tarifa Fixa de Disponibilidade e Infraestrutura (TFDI); 18,90% na Faixa de Consumo de 0 a 10 m³ e 28,68% na Faixa de Consumo de 11 a 25 m³.

Em Santa Catarina, a nova tabela da Tarifa Social foi autorizada pelas seguintes agências reguladoras:

- **ARESC (Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina)** por meio da Resolução nº 313/2024, de 30/12/2024.
- **ARIS (Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento)** por meio da Deliberação nº 042/2024, de 06/12/2024.
- **AGIR (Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí)** através do Processo Administrativo nº 3858/2024, de 10/12/2024.
- **CISAM-SUL (Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental)** por meio da Resolução nº 177/2024, de 09/12/2024.

Em 10 de dezembro de 2024, entrou em vigor a Lei Federal 14.898/2024, estabelecendo diretrizes nacionais unificadas para a Tarifa Social de Água e Esgoto. A nova lei visa padronizar os critérios de elegibilidade e assegurar maior abrangência

do benefício em âmbito nacional. Nesse caso, a estrutura de descontos é distinta: a TFDI e a primeira faixa de consumo correspondem a 50% do valor residencial, com a diferença de que a primeira faixa de consumo abrange de 0 a 15 m³. As famílias já cadastradas até essa data terão o benefício mantido conforme as regras antigas, respeitando o prazo de validade de 24 meses. Os novos cadastros serão realizados exclusivamente sob as regras estabelecidas pela Lei 14.898/2024, conforme a Tabela.

Intervalo R\$/m ³	Residencial Social - Lei Federal 14.898/2024
TFDI* R\$/mês	21,90
0 a 15	1,46
16 a 25	13,53
26 a 50	18,09
Acima de 50	22,76

Tarifa de esgoto = 100% do valor da Tarifa de água
 * **TFDI** = Tarifa Fixa de Disponibilidade e Infraestrutura

Tabela 6 - Tarifa social conforme Lei Federal 14.898/2024

A Tarifa Social representa um compromisso com a cidadania e o desenvolvimento social, garantindo que o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário seja uma realidade para todos, independentemente das condições socioeconômicas. A CASAN reforça seu papel na construção de uma sociedade mais justa e saudável, onde o saneamento básico é um direito acessível a todos os catarinenses.

ESGOTAMENTO SOBRE RODAS

Além da Tarifa Social, a CASAN dispõe de tarifa específica para Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário, aplicável aos municípios que participam do Programa Esgotamento Sobre Rodas, devidamente aprovado pelas Agências Reguladoras. Em Santa Catarina, a tabela foi autorizada pela ARIS, AGIR e CISAM-SUL através da Deliberação nº 021/2025, de 10 de junho de 2025.

O programa de Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário consiste na prestação obrigatória e programada do serviço de coleta e tratamento do lodo de fossas sépticas por meio de caminhões limpa-fossa, com posterior destinação ambientalmente adequada em Unidades de Gerenciamento de Lodo ou Estações de Tratamento de Esgoto, sendo aplicado em localidades onde a implantação de rede coletora convencional é técnica ou economicamente inviável, contribuindo para a universalização do saneamento básico, a proteção ambiental e a saúde pública.

Categoria	Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário (R\$)
Residencial	31,84
Social	15,92
Comercial	35,02
Industrial	35,02
Pública	35,02

Tabela 7 - Tarifa para soluções individuais de esgotamento sanitário

09. Investimentos Executados

No ano de 2025 a CASAN investiu R\$ 745 milhões em seus sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A ampliação do esgotamento sanitário recebeu 43% desses recursos, 54% dos investimentos foram direcionados ao abastecimento de água e 3% dos investimentos foram aplicados em ações administrativas, comerciais e operacionais que atendem tanto água quanto esgoto.

O valor investido em 2025 foi histórico, como pode ser observado na Tabela 8. Representa o maior valor já investido pela companhia em um único ano e reflete um crescimento de 24% em relação ao valor investido em 2024.

Distribuição dos Investimentos	2021	2022	2023	2024	2025	Total no Período	%
Água	129.353	301.606	224.556	287.227	399.989	1.342.731	51,8
Esgoto	110.102	196.250	230.823	311.635	319.380	1.168.190	45,0
Outros	12.806	35.167	6.674	3.124	25.869	83.640	3,2
Total	252.261	533.023	462.053	601.986	745.238	2.594.561	100

Tabela 8 - Evolução dos investimentos (R\$ mil)

Os principais investimentos realizados ao longo de 2025 (em termos de montantes aplicados), para a implantação, melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram executados nos municípios apresentados na Tabela 9.

Município(s)	Sistema	Obra	Investimento em 2025 <i>(R\$ milhões)</i>	Investimento total realizado <i>(R\$ milhões)</i>
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas	160	277
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)	71	267
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água (Nova ETA Biguaçu)	49	73
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande	40	183
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Insular	27	229
Chapecó	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Chapecó (São Pedro, Unochapecó e Vila Mantelli)	16	16
Florianópolis	Esgoto	Unidade reserva da Estação de Tratamento de Esgoto de Canasvieiras	9	9
Araquari e Barra do Sul	Água	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (ETA Araquari)	7	36

Tabela 9 - Principais investimentos no ano (em termos de recursos aplicados)

Em linha com a estratégia de universalização dos serviços, a CASAN mantém um ritmo acelerado de investimentos em infraestrutura de água e esgoto, com entregas relevantes concluídas em 2025 e um robusto *pipeline* de obras para os próximos exercícios. Além das grandes obras citadas, foram realizados investimentos em ampliações, melhorias e manutenções de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitários, perfuração de novos poços, aquisição de hidrômetros, compra e instalação de equipamentos eletromecânicos, equipamentos leves e pesados.

No que tange ao esgotamento sanitário, destacam-se as ampliações dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Curitibaanos, Itá e Santo Amaro da Imperatriz, cujas etapas entraram em operação em 2025. Além dessas intervenções estruturantes, a CASAN também executou ampliações de redes coletoras em diversos municípios atendidos, contribuindo para a expansão gradativa da cobertura de esgotamento sanitário no Estado. Essas entregas adicionaram 8.671 novas unidades autônomas à base da Companhia, representando um acréscimo de 2,15% no total de unidades do segmento.

Paralelamente, a CASAN avança na execução de projetos estruturantes para elevar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto no Estado. Destacam-se as obras em andamento na Grande Florianópolis (ampliação do Sistema Insular, Sistemas Ingleses/Santinho e implantação do Saco Grande/Monte Verde, além da interligação dos bairros Cacupé, Sambaqui e Santo Antônio). No interior, as frentes de obra ativas incluem o avanço de obras nas cidades de Barra Velha (Itajuba), São Joaquim, São Lourenço do Oeste, Xaxim, e Chapecó (São Pedro, Unochapecó e Vila Mantelli).

Em fase licitatória para início das obras, encontram-se os projetos de esgoto de Rio do Sul, Florianópolis (melhorias no Interceptor G), Urubici, Canoinhas e Pinhalzinho. Adicionalmente, em destaque encontram-se em desenvolvimento os projetos executivos para implantação de infraestrutura de esgoto em Chapecó, Passo de Torres, Palmeira, Antônio Carlos, Florianópolis, Nova Veneza, Braço do Norte, Ibirama, Ituporanga, Mafra, Balneário Piçarras, Barra Velha, Piçarras, Laguna, Garopaba, Forquilha e Anita Garibaldi.

Cabe destaque para o maior projeto de esgotamento sanitário em curso em Santa Catarina: a desativação das lagoas de estabilização de Potecas, em São José, e a construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) moderna no local, que substituirá a estrutura atual.

No abastecimento de água, 2025 foi marcado pela conclusão de obras críticas para a segurança hídrica e ampliação da oferta. Os destaques incluem a ampliação da captação e adução no Rio Cubatão (beneficiando Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz), a ampliação da ETA em Braço do Norte, a ampliação da adução de água bruta em São Miguel do Oeste e a construção do maior reservatório em aço vitrificado do estado em Chapecó.


Para 2026, a agenda de investimentos em água segue intensa, com destaque para:

- **Grande Florianópolis:** Reservatório Serrinha, travessia da adutora na Ponte Pedro Ivo Campos, ampliação do sistema em São José (bairros Bela Vista, Real Parque, Serraria, entre outros) e obras na ETA Biguaçu e reservatório Jardim Janaína.

- **Serra e Meio-Oeste:** Novas ETAs em Urubici e Otacílio Costa.
- **Oeste:** Ampliação da ETA em São Lourenço do Oeste, e prosseguimento das obras do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIA) Chapecó (captação no Rio Chapecozinho), que beneficiará Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta.

Com isso, a CASAN demonstra gestão ativa do portfólio de investimentos, com entregas recentes que já impactam a base de ativos e clientes e um funil de projetos que garante visibilidade de crescimento para os próximos anos. A alocação de capital está pulverizada em investimentos que visam a eficiência (substituição de lagoas por ETE moderna), o crescimento orgânico (novos sistemas em municípios) e a segurança hídrica (SIA Chapecó e ampliação do Sistema Cubatão).

10. Desempenho Operacional



Quase
61 mil
Novas Unidades Consumidoras



Ampliação de
437km
da Rede Pública Instalada



+19
Municípios com Novo Serviço de Esgotamento Sanitário



Figura 7 - Destaques do Ano de 2025

Código	Indicadores Operacionais	ESG	Unidade	2025	2024	Variação
G05A	Quantidade total de municípios atendidos com abastecimento de água	S	Municípios	194	194	0,0%
G05B	Quantidade total de municípios atendidos com esgotamento sanitário	S	Municípios	57	38	+50,0%
DFE0002	População urbana residente	S	Pessoas	3.079.081	2.807.682	+9,7%
GTA0001	População urbana atendida com rede de abastecimento de água	S	Pessoas	2.949.782	2.741.803	+7,6%
GTE0001	População urbana atendida com rede de esgotamento sanitário	S	Pessoas	917.196	880.843	+4,1%
GTA0003	Quantidade de ligações ativas de água	EG	Ligações	861.140	862.525	-0,2%
GTA0008	Quantidade de economias ativas de água	EG	Economias	1.317.757	1.302.211	+1,2%
GTE0003	Quantidade de ligações ativas de esgotos	EG	Ligações	166.026	165.131	+0,5%
GTE0006	Quantidade de economias ativas de esgotos	EG	Economias	412.748	404.077	+2,1%
GTA1102	Extensão de rede de distribuição de água	SG	Km de rede	15.711	15.671	+0,3%
GTE1001	Extensão da rede pública de esgotamento sanitário	SG	Km de rede	2.201	2.224	-1,0%
GTA1001	Volume de água produzido	ES	1.000 m3	293.671	293.511	+0,1%
GTA1211	Volume de água consumido	ES	1.000 m3	160.323	180.407	-11,1%
GTA1301	Consumo total de energia elétrica nos sistemas de abastecimento água	EG	1.000 Kw	191.022	193.763	-1,4%
GTE1002	Volume total de esgoto coletado	ES	1.000 m3	52.878	52.360	+1,0%
GTE1014	Volume total de esgoto tratado	ES	1.000 m3	52.878	52.359	+1,0%
GTE1016	Consumo total de energia elétrica no sistema de esgotamento sanitário	EG	1.000 Kw	29.800	29.495	+1,0%
IAG1002	Densidade de economias de água por ligação	SG	Econ./Ligação	1,53	1,51	+1,4%
IAG0002	Atendimento da população urbana com rede de abastecimento de água	SG	Percentual	95,98%	97,65%	-1,67
IES0002	Atendimento da população urbana com rede coletora de esgoto	SG	Percentual	29,83%	31,37%	-1,54
IAG2013	Perdas totais de água na distribuição	EG	Percentual	35,45%	37,30%	-1,85

Tabela 10 - Indicadores do desempenho operacional

FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA

Em 2025, foram transportados 269 milhões de metros cúbicos de água tratada para atender uma base de clientes de 1,3 milhão de unidades autônomas com abastecimento de água. A Tabela 11 apresenta os principais indicadores operacionais da Companhia referentes às operações dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA):

Itens	Unidades	2025
Sistemas operados	Número	235
Municípios com contratos vigentes	Número	182
Municípios com operação	Número	194
Clientes municipais (atacado)	Número	6
População total atendida	Habitantes	3.020.092
Ligações faturadas	Número	861.140
Unidades autônomas	Número	1.317.757
Extensão de rede	Km	15.711
Volume de água faturado	1.000 m ³	186.954

Tabela 11 - Atendimento com abastecimento de água - dados consolidados

A Tabela 12 detalha a quantidade de unidades autônomas por categoria de consumidor. A partir deste relatório, passamos a apresentar os clientes municipais como uma categoria segregada — composta por municípios que adquirem água tratada da CASAN. Em 2025, essa categoria contempla 6 localidades: Alto Bela Vista, Imbituba, Morro da Fumaça, Palhoça, Penha e Três Barras. Anteriormente, o consumo desses clientes era consolidado na categoria Pública. Para assegurar a comparabilidade dos dados, os anos anteriores foram recalculados e agora refletem essa nova segmentação.

Em 2025, o serviço de água passou a atender mais 15 mil unidades e 10 mil são residenciais. Excluindo a saída de Concórdia, o crescimento foi de 37 mil novas unidades consumidoras. O maior crescimento foi observado entre as unidades comerciais, com um aumento de 4,1% em comparação ao ano anterior.

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	1.072.512	1.104.749	1.132.894	1.165.002	1.175.504
Comercial	104.443	107.309	110.394	113.658	118.321
Industrial	6.828	7.104	7.493	7.850	8.141
Pública	15.228	15.417	15.648	15.687	15.777
Municipal	11	12	14	14	14
Total	1.199.022	1.234.591	1.266.443	1.302.211	1.317.757

Tabela 12 - Número de unidades autônomas ativas com abastecimento de água

Os municípios com mais consumidores novos atendidos pelo serviço de água foram Florianópolis (5.526), Chapecó (3.399), São José (2.686), Criciúma (2.215) e Balneário Piçarras (2.108). Proporcionalmente, os municípios com maior crescimento percentual foram Aurora (46,4%), Ponte Serrada (14%), Santa Terezinha do Progresso (12,3%), Ermo (11,5%) e Passo de Torres (11,1%).

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	121.341	124.192	130.824	134.271	135.592
Comercial	11.815	12.860	13.705	14.087	14.342
Industrial	2.991	2.933	3.124	3.496	3.523
Pública	5.028	5.970	6.566	6.720	6.850
Municipal	19.460	21.600	24.879	27.310	26.647
Total	160.634	167.554	179.099	185.883	186.954

Tabela 13 - Volume faturado de água fornecida a consumidores (em 1.000 m³)

O volume faturado evoluiu 0,6% no período, consolidando uma base estável e previsível de receita que acompanha o crescimento da base de clientes. Analisando por segmento, identificamos um maior dinamismo no consumo comercial que cresceu 1,8%, indicando aquecimento do setor de serviços. Já a base residencial, que representa 72,5% do volume total faturado, também apresentou crescimento sólido de quase 1%, reforçando a resiliência do nosso negócio perante variações econômicas.

Extensão	2021	2022	2023	2024	2025
Rede de Água	15.131	15.379	15.126	15.671	15.711

Tabela 14 - Extensão de rede de abastecimento de água (em km)

A estratégia de expansão da cobertura gerou um crescimento bruto de 399,1 km na rede de água em 2025. Após o ajuste da saída de Concórdia, consolidamos uma expansão líquida de 40,2 km. Os municípios com maior crescimento da rede foram Criciúma (25 km), Lajeado Grande (23,5 km), Içara (22,8 km), Treze de Maio (20,4 km) e Balneário Piçarras (19,5 km).

Indicadores Operacionais	2021	2022	2023	2024	2025
Volume Produzido (1.000 m³)	263.959	272.184	279.637	293.511	293.671
Ligações (un.)	808.110	827.229	843.982	862.525	861.140
População total atendida pela CASAN (%)	88,5	89,1	90,5	82,9	83,0
População urbana atendida pela CASAN (%)	100	100	100	97,7	96,0
Índice de Hidrometração (%)	99,6	99,6	99,6	99,7	99,6
Índice de Macromedição Distribuído (%)	71,9	76,8	78,7	78,0	85,5
Índice de Perdas Totais (%)	39,4	35,7	33,6	37,3	35,5
Índice de Perdas Totais (IPL) (L/Lig.Dia)	353	345	327	340	333

Tabela 15 - Indicadores operacionais do abastecimento de água

O volume de água produzido compreende a água bruta captada ou importada que foi tratada, sendo medido ou estimado nas saídas das Estações de Tratamento de Água (ETA) em condição de disponibilidade para o consumo. Esse volume teve um aumento de 159 mil metros cúbicos em 2025, um crescimento de 0,05% em relação ao ano anterior.

As ligações ativas de água são imóveis conectados a pontos na rede de distribuição que receberam água em dezembro de 2025. Cada ligação pode ter uma ou mais unidades consumidoras, como um prédio com apenas uma ligação e muitos apartamentos. No ano, houve uma redução em 1.385 ligações ou -0,2% em relação ao ano anterior, devido à saída de Concórdia.

O atendimento da população total é calculado pela divisão da população atendida com abastecimento de água pela rede pública sobre a população residente de cada município. A população atendida é estimada pela quantidade de unidades residenciais multiplicada pela taxa média de habitantes por domicílio do Censo de 2022. A população residente é estimada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Em 2025, houve um aumento de +0,1 ponto percentual (p.p.) devido ao crescimento de clientes residenciais superior à taxa de crescimento populacional.

Em 2025, observamos uma variação técnica de -1,7 p.p. no índice de atendimento urbano, impulsionada exclusivamente pela atualização do IBGE, que alterou a taxa de urbanização e elevou a base de cálculo da população urbana. É fundamental destacar que a base de clientes reais (unidades autônomas residenciais ativas) continuou a

crescer de forma estável. O indicador reflete, portanto, um ajuste na métrica, e não uma mudança na performance comercial ou operacional.

O índice de hidrometração é o cálculo entre a quantidade de ligações de águas micromedidas com hidrômetros instalados e o total de ligações de água cadastrados. Esse índice segue estável em torno de 99,6%, o que reflete a confiabilidade do faturamento e aprimora a apuração de perdas de água na distribuição.

O índice de macromedição considera que a unidade de tratamento está equipada com instrumentos de medição de volume cumulativo da água produzida que é disponibilizada para distribuição aos consumidores. O último ano foi marcado por um forte crescimento de +7,5 p.p., sendo a base para uma gestão eficiente dos volumes de água em um sistema de abastecimento, pois permite quantificar a água produzida, distribuída e consumida. A correta medição é essencial para identificar perdas e tomar decisões estratégicas. Ao comparar a água produzida com a consumida, por exemplo, é possível identificar discrepâncias que indicam vazamentos ou fraudes. A macromedição também auxilia no planejamento de investimentos e na avaliação de desempenho do sistema.

Em 2025, avançamos significativamente na eficiência operacional, reduzindo nossos Índices de Perdas na Distribuição em 1,8 p.p., para 35,45%. Na prática, isso representa uma economia de 6,56 litros e totalizando 333 litros por ligação por dia de perdas. Esse resultado demonstra a eficácia contínua do nosso programa de controle de perdas, convertendo ganhos de eficiência em preservação de recursos e melhoria do desempenho financeiro.

Conforme as Normas SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), a CASAN está inserida no setor industrial 39 de Concessionárias e Serviços de Água. Com base nos requisitos de divulgação do setor, as métricas de atividade apresentadas a seguir são indicadores quantitativos que ajudam a contextualizar a escala das operações associadas a riscos e oportunidades climáticos materialmente relevantes. Elas são essenciais para dar transparência e conectar nossa performance de sustentabilidade ao contexto financeiro do negócio.

Código	Métrica Operacional	Unidade *	2025	2024	Variação
	Métricas do Abastecimento de Água				
IF-WU-000.A	Número de clientes	Unidades Autônomas	1.317.757	1.302.211	+1,2%
	Residencial	Unidades Autônomas	1.175.504	1.165.002	+0,9%
	Comercial	Unidades Autônomas	118.321	113.658	+4,1%
	Industrial	Unidades Autônomas	8.141	7.850	+3,7%
	Pública	Unidades Autônomas	15.777	15.687	+0,6%
	Municipal	Unidades Autônomas	14	14	0,0%
IF-WU-000.B	Total de água fornecida	Mil metros cúbicos	269.374	287.759	-6,4%
	Águas subterrâneas	Porcentagem	13,32%	-	-
	Águas superficiais	Porcentagem	85,96%	-	-
	Águas adquiridas de terceiros	Porcentagem	0,71%	-	-
IF-WU-000.C	Total de água fornecida a clientes	Mil metros cúbicos	186.971	185.753	+0,7%
	Residencial	Mil metros cúbicos	138.770	137.177	+1,2%
	Comercial	Mil metros cúbicos	11.283	11.146	+1,2%
	Industrial	Mil metros cúbicos	3.440	3.405	+1,0%
	Pública	Mil metros cúbicos	6.830	6.714	+1,7%
	Municipal	Mil metros cúbicos	26.647	27.310	-2,4%
IF-WU-000.E	Extensão de rede de água	Quilômetros	15.711	15.671	+0,3%
	Gestão de Energia do Abastecimento de Água				
IF-WU-130a.1	Total de energia consumida	Gigajoules	687.678	710.078	-3,2%
	Porcentagem de eletricidade da rede	Porcentagem	100,0	100,0	0,0%
	Porcentagem de energia renovável	Porcentagem	25,0	10,4	+140,4%

Código	Métrica Operacional	Unidade *	2025	2024	Variação
	Eficiência da Rede de Distribuição				
IF-WU-140a.1	Índice de substituição da rede de água	Porcentagem	1,50%	-	-
IF-WU-140a.2	Volume de perdas reais de água não faturada	Mil metros cúbicos	62.882	64.411	-2,4%
	Eficiência no Uso Final				
IF-WU-420a.1	Porcentagem das receitas de concessionárias de água provenientes de estruturas tarifárias destinadas a promover a conservação e a resiliência das receitas (TFDI)	Porcentagem	29,06%	29,29%	-0,23
	Resiliência do Abastecimento de Água				
IF-WU-440a.1	Total de água proveniente de regiões com Estresse Hídrico de Base Alto ou Extremamente Alto	Mil metros cúbicos	35.353	33.862	+4,4%
	Porcentagem adquirida de terceiros	Porcentagem	0,23%	0,21%	+0,02
IF-WU-440a.2	Volume de água reciclada fornecida aos clientes	Mil metros cúbicos	0,00%	0,00%	
	Resiliência da Rede e Impactos das Mudanças Climáticas				
IF-WU-450a.3	Número de interrupções de serviço não planejadas (superior a 6 horas)	Ocorrências	81	-	-
	Clientes afetados	Unidades Autônomas	827.586	-	-

(* **Unidade:** "Unidades Autônomas" para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) se refere a "Economias" pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), "Usuários" pela Lei nº 11.445/2007 e "Clientes" pelo Conselho de Padrões Contábeis de Sustentabilidade.

Tabela 16 - Métricas operacionais do abastecimento de água conforme SASB

Discussão das estratégias para gestão de riscos associados à qualidade e disponibilidade de recursos hídricos (IF-WU-440a.3). A CASAN identifica como riscos significativos associados à qualidade, disponibilidade e acesso aos recursos hídricos aqueles decorrentes, principalmente, da variabilidade climática, da dependência de mananciais superficiais e das pressões antrópicas sobre as bacias hidrográficas utilizadas para abastecimento. Eventos extremos, como períodos prolongados de estiagem, reduzem a vazão dos mananciais e podem comprometer a continuidade do abastecimento, enquanto chuvas intensas concentradas provocam o carreamento de sedimentos e contaminantes, afetando a qualidade da água bruta e elevando a complexidade e os custos do tratamento. Somam-se a esses fatores os riscos associados à ocupação do solo em áreas de recarga, ao uso de agrotóxicos e à degradação de Áreas de Preservação Permanente, que ampliam a vulnerabilidade dos sistemas de captação e aumentam a exposição a fontes contaminadas.

Do ponto de vista regulatório e institucional, a Companhia também enfrenta riscos relacionados à manutenção de outorgas e direitos de uso da água, à necessidade de licenciamento ambiental contínuo e à dependência de infraestrutura essencial para garantir o acesso aos recursos hídricos. Em 2025, a CASAN avançou na consolidação de sua base regulatória, com a organização e atualização da documentação de mananciais e a obtenção de 42 outorgas, reduzindo riscos legais e fortalecendo o planejamento operacional e estratégico.

Como resposta a esses riscos, a CASAN vem estruturando uma estratégia integrada de gestão hídrica, baseada em monitoramento, planejamento de longo prazo e ações em nível de bacia hidrográfica. Destaca-se o projeto "Monitoramento e Previsão de Segurança Hídrica e Riscos Climáticos", que visa criar um sistema de análise de risco

climático e previsão de disponibilidade hídrica em horizontes de curto, médio e longo prazo, subsidiando decisões sobre novos mananciais e investimentos estruturais.

Complementarmente, programas como o Projeto Mata Ciliar e o Projeto Produtor de Água do Rio Cubatão atuam na proteção de nascentes, recuperação de APPs e Pagamento por Serviços Ambientais, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da água e para a resiliência dos sistemas de abastecimento.

No âmbito operacional, a CASAN também adota estratégias de eficiência e redução de perdas, com avanços na macromedição e no controle de perdas na distribuição, o que reduz a pressão sobre os mananciais existentes e fortalece a segurança hídrica de forma indireta.

Em conjunto, essas ações demonstram que a gestão dos riscos hídricos da Companhia está orientada tanto à mitigação de impactos imediatos quanto à construção de resiliência estrutural frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelo crescimento da demanda.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Em 2025, o volume tratado de esgoto pela companhia foi de 52,8 milhões de metros cúbicos, atendendo 412 mil unidades autônomas no estado de Santa Catarina. A Tabela 17 apresenta os principais indicadores operacionais da Companhia referentes às operações dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e Esgotamento Sobre Rodas (ESR):

Itens	Unidades	2025
Sistemas operados	número	38
Esgotamento Sobre Rodas	número	20
Municípios com contratos vigentes	número	182
Municípios com operação	número	57
População total atendida	habitantes	917.196
Ligações faturadas	número	166.026
Unidades autônomas	número	412.748
Extensão de rede	km	2.201
Volume de esgoto faturado	1.000 m ³	47.452

Tabela 17 - Atendimento com esgotamento sanitário - dados consolidados

A quantidade de unidades autônomas está detalhada na Tabela 18, segmentada por categoria ou tipo de consumidor. A partir deste relatório, passamos a apresentar os clientes municipais como uma categoria segregada — composta por municípios que adquirem água tratada da CASAN. Em 2025, essa categoria contempla 6 localidades: Alto Bela Vista, Imbituba, Morro da Fumaça, Palhoça, Penha e Três Barras. Anteriormente, o consumo desses clientes era consolidado na categoria Pública. Para assegurar a comparabilidade dos dados, os anos anteriores foram recalculados e agora refletem essa nova segmentação.

Em 2025, o serviço de esgoto passou a atender quase 9 mil novas unidades, representando um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior. Excluindo a saída de Concórdia, o crescimento foi de 17 mil novas unidades consumidoras. O número de unidades residenciais cresceu em quase 8 mil novos clientes e correspondem a quase 85% do total de unidades autônomas ativas em dezembro de 2025.

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	264.401	288.885	308.002	342.929	350.579
Comercial	45.075	48.352	50.641	55.746	56.794
Industrial	1.246	1.391	1.460	1.642	1.565
Pública	3.034	3.273	3.448	3.760	3.810
Municipal	0	0	0	0	0
Total	313.756	341.901	363.551	404.077	412.748

Tabela 18 - Número de unidades autônomas ativas com rede pública de esgotamento sanitário

Os municípios com mais consumidores novos atendidos pelo serviço de esgotamento sanitário foram Chapecó (3.170), Florianópolis (3.066), Criciúma (2.210), Xanxerê (1.275) e São José (1.156). Proporcionalmente, os municípios com maior crescimento percentual foram Itá (133,5%), Xanxerê (40,8%), Içara (19,3%), Balneário Piçarras (18,8%) e Biguaçu (17,4%).

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	27.695	30.916	33.563	35.883	38.063
Comercial	4.395	5.215	5.587	5.945	6.275
Industrial	323	391	471	481	500
Pública	1.800	2.134	2.306	2.394	2.614
Municipal	0	0	0	0	0
Total	34.214	38.657	41.928	44.703	47.452

Tabela 19 - Volume faturado de esgoto de consumidores (em 1.000 m³)

O crescimento de 6,2% no volume faturado consolida uma trajetória de expansão sólida e diversificada. A base residencial, responsável por 84% do volume faturado, cresceu 6,1%, garantindo previsibilidade e resiliência. Paralelamente, os segmentos Público (+9,2%) e Comercial (+5,6%) apresentaram performance destacada, demonstrando nossa capacidade de capturar crescimento tanto na esfera pública quanto no setor de serviços. Esse equilíbrio estratégico reforça a solidez do nosso modelo de negócios.

Extensão	2021	2022	2023	2024	2025
Tubulação de Esgoto	1.781	1.894	1.978	2.224	2.201

Tabela 20 - Extensão de rede de esgotamento sanitário (em km)

A gestão ativa da rede de esgotamento sanitário gerou um crescimento orgânico de 38,2 km em 2025. A expansão foi liderada por Chapecó (16,3 km), Curitibaanos (10,5 km), Piratuba (9,3 km), Biguaçu (3 km) e Içara (2,3 km), reforçando nosso compromisso de expansão da rede. O resultado líquido (-22,7 km) reflete o ajuste do perímetro operacional com a saída de Concórdia.

Indicadores Operacionais	2021	2022	2023	2024	2025
Volume Coletado (1.000 m³)	41.950	48.144	48.616	52.360	52.878
Ligações (un.)	119.269	135.588	143.895	165.131	166.026
Atendimento Total pela CASAN (%)	23,8	25,9	27,4	25,1	25,2
Índice de Tratamento (%)	100	100	100	100	100

Tabela 21 - Indicadores operacionais do esgotamento sanitário

O volume total de esgoto coletado é medido ou estimado nas entradas das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), incluindo possíveis variações como infiltrações de rede, volumes não autorizados, ligações clandestinas de água pluvial, infiltrações em elevatórias, entre outros. Em 2025, o volume aumentou em 517 mil metros cúbicos, um crescimento de quase 1% em relação ao ano anterior.

As ligações ativas de esgoto são imóveis conectados a pontos na rede de coleta que foram faturados em dezembro. Cada ligação pode ter uma ou mais unidades consumidoras, como um prédio com apenas uma ligação e muitos apartamentos. Em 2025, houve um aumento de 895 novas ligações nos sistemas de esgotamento sanitário, uma variação anual de +0,54%.

O atendimento da população total é calculado pela população atendida com a rede pública de esgotamento sanitário e com o Esgotamento Sobre Rodas dividido sobre a população residente de cada município. Em 2025, houve um aumento de 0,1 ponto percentual devido ao crescimento do número de unidades autônomas residenciais ativas acima da taxa de crescimento populacional.

Um ponto de destaque é o Índice de Tratamento. Ao longo dos últimos anos ele tem permanecido em 100%. As Estações de Tratamento de Efluentes utilizam tecnologias de Lagoas de Estabilização, Lodos Ativados (valos de oxidação, aeração prolongada) ou Filtros Biológicos. Elas promovem a depuração das águas servidas antes de encaminhar ao corpo receptor (rios e mares). É importante enfatizar que a elevação do volume tratado de esgoto proporciona, além da preservação do meio ambiente, efeitos benéficos para a saúde e a qualidade de vida da população, além dos ganhos econômicos gerados pela valorização dos imóveis.

A partir desse ano, os resultados do Programa Esgotamento Sobre Rodas passam a integrar as divulgações operacionais da Companhia. Voltado a pequenos municípios sem viabilidade econômica para sistemas coletivos, mas com características urbanas compatíveis com soluções individuais de tratamento, o Programa tem potencial para ampliar significativamente a cobertura de saneamento nessas localidades.

Na primeira fase, realizada em 20 municípios, foram concluídas 9.106 vistorias, com 6.061 unidades consumidoras consideradas aptas a receber o serviço. Para acelerar o processo, a CASAN contratou empresas especializadas, e atualmente 60 municípios já contam com atividades do Programa. Com a adoção de atas de registro de preço para viabilizar a limpeza periódica das fossas a partir de 2026, a operação deverá ganhar escala, contemplando 121 municípios no total. A implantação está prevista para ser concluída em 2027, quando o Programa entrará em fase de consolidação.

Conforme as Normas SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), a CASAN está inserida no setor industrial 39 de Concessionárias e Serviços de Água. Com base nos requisitos de divulgação do setor, as métricas de atividade apresentadas a seguir são indicadores quantitativos que ajudam a contextualizar a escala das operações associadas a riscos e oportunidades climáticos materialmente relevantes.

Elas são essenciais para dar transparência e conectar nossa performance de sustentabilidade ao contexto financeiro do negócio.

Código	Métrica Operacional	Unidade *	2025	2024	Variação
Métricas do Esgotamento Sanitário					
IF-WU-000.A	Número de clientes com esgotamento sanitário	Unidades Autônomas	412.748	404.077	+2,1%
	Residencial	Unidades Autônomas	350.579	342.929	+2,2%
	Comercial	Unidades Autônomas	56.794	55.746	+1,9%
	Industrial	Unidades Autônomas	1.565	1.642	-4,7%
	Pública	Unidades Autônomas	3.810	3.760	+1,3%
IF-WU-000.D	Volume médio de águas residuais tratadas por dia (**)	Metros cúbicos por dia	146.864	-	-
	Esgoto sanitário	Metros cúbicos por dia	144.870	143.058	+1,3%
	Esgoto combinado	Metros cúbicos por dia	1.994	-	-
IF-WU-000.E	Extensão de rede de água	Quilômetros	2.201	2.224	-1,0%
Gestão de Energia do Esgotamento Sanitário					
IF-WU-130a.1	Total de energia consumida	Gigajoules	107.278	107.614	-0,3%
	Porcentagem de eletricidade da rede	Porcentagem	100,0	100,0	0,0%
	Porcentagem de energia renovável	Porcentagem	35,0	9,3	+276,3%
Resiliência da Rede e Impactos das Mudanças Climáticas					
IF-WU-450a.2	Número de transbordamentos de esgoto sanitário (SSO)	Ocorrências	935		

(*) **Unidade:** "Unidades Autônomas" para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) se refere a "Economias" pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), "Usuários" pela Lei nº 11.445/2007 e "Clientes" pelo Conselho de Padrões Contábeis de Sustentabilidade.

(**) **IF-WU-000.D Volume médio de águas residuais tratadas por dia:** Dados restritos a unidades com controle de medição consolidado. Esgoto combinado considera apenas URA Beira-Mar Norte. A URA Rio do Brás permanece excluída por não possuir infraestrutura adequada para medição e controle dos efluentes captados. Unidades em fase de estruturação ou caráter experimental não foram contabilizadas, como UGL Canasvieiras e UGL Descanso.

Tabela 22 - Métricas operacionais do esgotamento sanitário conforme SASB

Descrição dos esforços para identificar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados com o impacto das mudanças climáticas na distribuição e na infraestrutura de águas residuais (IF-WU-450a.4). A CASAN vem estruturando um conjunto de esforços técnicos, institucionais e operacionais para identificar e gerenciar os riscos e oportunidades associados aos impactos das mudanças climáticas na distribuição e na infraestrutura de águas residuais. Nesse contexto, destaca-se a realização do Estudo de Vulnerabilidade Climática dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), que proporcionou à Companhia uma análise sistematizada dos riscos relacionados a variáveis hidrológicas e meteorológicas, como alterações nos regimes de chuvas e temperatura, bem como a ocorrência de eventos extremos, incluindo inundações, escassez hídrica, erosão e deslizamentos de terra. O estudo permitiu classificar as condições de risco das infraestruturas existentes, identificar pontos críticos e avaliar a exposição dos sistemas a cenários climáticos adversos atuais e futuros.

As informações produzidas a partir desse diagnóstico vêm sendo utilizadas como subsídio para a priorização de investimentos, a definição de medidas de adaptação e resiliência e a estruturação de projetos de modernização dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, especialmente em áreas sujeitas a alagamentos e sobrecargas hidráulicas. Esses resultados também apoiam a elaboração de pleitos de financiamento junto a instituições financeiras, fortalecendo a capacidade da CASAN de captar recursos destinados à ampliação e à proteção de infraestruturas mais vulneráveis.

Paralelamente, a Companhia adota uma abordagem integrada de gestão de riscos corporativos, na qual unidades especializadas atuam de forma coordenada para monitorar riscos operacionais e estratégicos, incluindo aqueles inerentes aos sistemas de esgotamento sanitário. Essa estrutura de governança permite maior visibilidade dos riscos climáticos, reforça os mecanismos de controle interno e favorece a incorporação de critérios de resiliência climática no planejamento e na tomada de decisão.

Como oportunidade, a CASAN também tem investido em inovação tecnológica e soluções adaptativas, como o fortalecimento do Programa Esgotamento Sobre Rodas e a implantação de unidades de gerenciamento de lodo com tecnologias baseadas em *wetlands*, que ampliam a capacidade de atendimento em municípios de pequeno porte e reduzem a vulnerabilidade dos sistemas convencionais frente a eventos extremos.

Em conjunto, essas iniciativas demonstram que a gestão dos impactos climáticos no esgotamento sanitário da CASAN está orientada não apenas à mitigação de riscos, mas também à exploração de oportunidades de modernização, eficiência operacional e aumento da resiliência das infraestruturas.

11. Pesquisa e Desenvolvimento

A CASAN mantém parcerias estratégicas com instituições de referência, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Em 2025, foram concluídos 26 projetos que totalizaram investimentos na ordem de R\$ 3,6 mi nos últimos 4 anos. Essas iniciativas abrangem áreas multidisciplinares, incluindo as Engenharias Sanitária, Ambiental e Civil, além de Biologia, Arquitetura, Direito e Zootecnia. Somado ao fomento acadêmico, a Companhia investe continuamente em inovação incremental para otimizar sistemas operacionais e elevar a eficiência dos serviços prestados. Paralelamente, a CASAN inicia uma transição rumo à inovação disruptiva, focando na valorização de subprodutos, como o lodo de ETAs e ETEs, para a máxima otimização de recursos.

A CASAN também procura inovar na busca por uma alternativa para prestação de serviço de Esgotamento Sanitário em pequenos municípios operados pela Companhia e, em conjunto com as agências reguladoras do Estado de Santa Catarina, implantou um piloto, no município de Descanso, para a implementação da coleta programada do lodo de sistemas de tratamento individuais de esgoto. Esta nova alternativa de serviço de esgotamento sanitário foi chamada de Esgotamento sobre Rodas.

Atualmente, 59 municípios conveniados com a CASAN já contam com o Programa Esgotamento sobre Rodas, em diferentes estágios de implantação/operação. Cerca de outros 60 municípios já demonstraram interesse no novo modal de atendimento e incorporaram em seus processos de adequação da concessão esta modalidade na sua trajetória de universalização. Destaca-se que, ainda em 2023, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina (ARIS-SC) apresentou a Resolução Normativa nº 39 que descreve o escopo regulatório do novo serviço a ser prestado. Deste modo, a Companhia busca realizar o tratamento do lodo com diferentes estratégias, dentre elas o uso de soluções baseadas na natureza (SBNs) que estão no seu rol de pesquisas aplicadas.

12. Universidade Corporativa

Desde 2019, a Universidade Corporativa CASAN alinha suas ações ao Planejamento Estratégico da Companhia, conectando os projetos desenvolvidos aos Objetivos Estratégicos e metas estabelecidas para o período. Sua atuação ocorre por meio de cursos ministrados por instrutores internos e externos, palestras, oficinas e *workshops*, promovendo a atualização, o treinamento e o desenvolvimento dos *stakeholders* internos e externos, além da disseminação da cultura empresarial. Assim como uma edificação se sustenta a partir de bases sólidas, o desenvolvimento das pessoas e de suas trajetórias profissionais constrói-se de forma contínua e estruturada. Nesse contexto, a UniCASAN exerce papel estratégico ao apoiar a formação e o aperfeiçoamento dos colaboradores, contribuindo para o fortalecimento da Companhia frente aos desafios do Novo Marco Legal do Saneamento e do processo de Regionalização, assegurando um corpo técnico qualificado, integrado e alinhado às diretrizes e aos objetivos organizacionais.

Em 2025 a estrutura da Companhia passou por mudanças significativas em sua estrutura, sendo necessário novo planejamento das ações da UniCASAN em virtude da aprovação da nova Estratégia de Longo Prazo, onde foram redefinidos missão, visão e valores, além da definição de novos objetivos estratégicos, indicadores de negócios e a atuação com base em projetos estratégicos. Foram priorizadas ofertas de ações de capacitação e desenvolvimento por meio de plataforma online própria, objetivando maior alcance e redução de custos indiretos com diárias, passagens e

transporte. Foram lançados 18 novos cursos, totalizando 130 cursos disponíveis aos empregados, estagiários, jovens aprendizes e terceiros.

A principal ação de capacitação contratada pela Universidade Corporativa CASAN em 2025 foi o 12º Encontro Técnico CASAN: Gestão Moderna, Serviço com Excelência. O evento reuniu 537 empregados participando concomitantemente de forma presencial e online, onde foram debatidos temas relacionados a 4 eixos norteadores principais, quais sejam: Operação de Esgoto, Operação de Água, Governança e Transparência e Inovação. A CASAN fortaleceu sua estratégia de valorização do capital intelectual ao adotar as categorias do Prêmio Nacional de Qualidade no Saneamento (PNQS) para premiação interna de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, visando reconhecer colaboradores que implementaram soluções práticas para desafios operacionais e regulatórios. A iniciativa, coordenada pela Universidade Corporativa, promove melhoria contínua e alinha a empresa às melhores práticas do setor:

- **PGA - Gestão de Ativos. Modernização ETA Canal do Gi.**

A CASAN de Laguna promoveu atualização tecnológica, readequação de processos e investimentos em infraestrutura para superar limitações estruturais e riscos ao abastecimento. O projeto resultou em maior confiabilidade, eficiência energética, redução de perdas, melhoria da qualidade da água e alinhamento às exigências regulatórias, gerando ganhos institucionais e estratégicos para a segurança hídrica e sustentabilidade do sistema.

- **IGS - Inovação da Gestão. Inovação Sustentável:**

A Adesão da CASAN à Lei do Bem. A CASAN implementou uma estratégia para utilizar os incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) visando estimular a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica (PD&I). Por meio de um grupo de trabalho multidisciplinar, a CASAN estruturou a identificação de projetos elegíveis, resultando na submissão de 10 projetos com dispêndios de R\$ 4,8 milhões e uma economia tributária de aproximadamente R\$ 675 mil em IRPJ e CSLL. Além do retorno financeiro, a iniciativa fortaleceu a cultura de inovação, a integração entre áreas e o alinhamento da empresa às práticas de sustentabilidade (ESG)

- **PEOS - Eficiência Operacional.**

Pesquisa de vazamentos não visíveis por imagem de satélite, pelo uso de Radar de Abertura Sintética (SAR) de banda L. A CASAN implementou uma tecnologia inovadora de sensoriamento remoto por satélite para detectar vazamentos não visíveis em redes de água, reduzindo perdas e aumentando a eficiência operacional. A pesquisa, iniciada em 2024, utiliza imagens de satélite para gerar pontos de interesse validados em campo, resultando na identificação de 103 vazamentos com índice de acerto de 24,5%, economia de 20,7 litros por segundo e recuperação financeira de R\$ 2,5 milhões anuais, além de benefícios ambientais e sociais.

A UniCASAN participou ainda da organização da participação da Companhia no Summit Cidades 2025, evento voltado ao debate de soluções inovadoras para os municípios. Neste evento a participação foi marcada pelo compartilhamento do conhecimento em estande próprio além da participação do Diretor Presidente como palestrante no palco principal. Uma oportunidade estratégica para reafirmar o protagonismo da CASAN nas áreas de saneamento e gestão hídrica. Outro evento organizado pela Universidade Corporativa foi a participação no Congresso de Municípios, Associações e Consórcios de Santa Catarina-COMAC 2025, oportunidade para reforçar a credibilidade da Companhia no mercado, estreitar relações com parceiros estratégicos, atrair novos clientes e investidores, e compartilhar conhecimento. Com estande próprio envolvendo atividades de educação ambiental, palestras e espaço de integração, a Companhia esteve presente nos palcos principais do evento com a participação de seu corpo técnico e Diretores.

Além das ações de capacitação e desenvolvimento realizadas nas modalidades presencial e a distância, a CASAN mantém o Programa de Auxílio Educação, destinado ao fomento da qualificação formal de seus empregados. No exercício de 2025, foram concedidos 68 novos benefícios, totalizando 142 empregados contemplados, com investimento global de R\$ 375.232,90. O programa viabiliza a realização de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, nos níveis *lato sensu e stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Com a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025, houve a ampliação da oferta de pós-graduação *stricto sensu* aos empregados dos níveis Operacional e Técnico-Administrativo, medida que resultou em incremento na demanda pelo benefício. Em 2025, registrou-se a concessão de 33 novos auxílios para cursos de mestrado e 3 para doutorado, evidenciando o fortalecimento da política institucional de desenvolvimento educacional e a consolidação de uma cultura organizacional orientada à qualificação contínua.

A CASAN integra ainda programas que possibilitam ao estudante – estagiários e jovens aprendizes – a vivência em diferentes áreas, permitindo que eles invistam naquela com a qual mais se identificam, tornando a experiência fundamental tanto para a sua concepção da profissão quanto para a percepção sobre a própria Companhia. Em 2025, o Programa de Estágio contou com uma média de 95 estudantes de nível médio, técnico ou superior, a um custo anual total de R\$ 1.103.343,29. Já o programa Jovem Aprendiz contou com uma média de 100 jovens, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e econômica, a um custo anual total de R\$ 2.422.204,42. A este público, além de poderem participar das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas ao corpo funcional, foi desenvolvida uma trilha de aprendizagem específica com título “Água Bruta”, onde o objetivo do projeto é possibilitar aos participantes aplicar na prática seus conhecimentos teóricos, de desenvolver seu potencial cognitivo através de capacitações on-line em plataforma própria, e de formar cidadãos com consciência ambiental.

Nossos estudantes são estimulados a participarem também de concursos e competições em nome da Companhia ou ainda na contribuição em projetos internos ou de pesquisa. Tal incentivo retorna como reconhecimento externo, como foi a 1ª colocação na categoria estadual pelo segundo ano consecutivo no Prêmio IEL de Talentos, promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi/Fiesc em 2024.

Escolaridade	2025		2024		Variação (qtde.)
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Médio incompleto	193	7,1%	202	7,3%	-4,5%
Médio	388	14,2%	443	15,9%	-12,4%
Curso Técnico	166	6,1%	176	6,3%	-5,7%
Superior	403	14,8%	615	22,1%	-34,5%
Especialização	1.432	52,5%	1.230	44,2%	+16,4%
Mestrado	131	4,8%	106	3,8%	+23,6%
Doutorado	17	0,6%	12	0,4%	+41,7%
Total	2.730	100%	2.784	100%	-1,9%

Tabela 23 - *Quantitativo de empregados por nível de escolaridade*

13. Capital Humano

QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal da CASAN se manteve sem variações consideráveis no número de demissões, o que se atribui ao fato de não haver, no momento, nenhum programa de demissão em aberto. Com relação às admissões, além de atenderem as vagas de reposição, visam ao atendimento das ampliações e de novos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Ressalta-se que no exercício de 2025 não houve contratações, por não haver concurso público vigente com candidatos aprovados aptos à contratação. Nesse período, houve apenas 2 reintegrações ao quadro ativo de pessoal.

Indicador	2025	2024	Variação
Admissões	2	91	-97,8%
Demissões	56	50	+12,0%
Número de empregados	2.730	2.784	-1,9%
Índice de Rotatividade*	2,03	1,81	+12,2%

* **Fórmula aplicada:** $\text{Demitidos} / ((\text{Quantitativo Anterior} + \text{Quantitativo Final do Ano}) / 2) * 100$

Tabela 24 - Admissões e demissões

A Tabela 25 demonstra a distribuição dos empregados da CASAN após a reestruturação ocorrida no ano de 2024, quando houve a distribuição dos empregados nas dez Agências Regionais, além da Matriz. Essa passou a contar com um quadro maior de pessoal, uma vez que atividades de atendimento ao público e de controle de qualidade (laboratórios de análises de água e efluentes) tiveram sua vinculação hierárquica alterada, respondendo diretamente aos respectivos Diretores.

Unidade organizacional	Número de empregados
Matriz	721
AGGF - Agência Regional Grande Florianópolis	464
AMLN - Agência Regional Litoral Norte	124
AGVI - Agência Regional Vale do Itajaí	249
AMCO - Agência Regional Contestado	92
AMPN - Agência Regional Planalto Norte	84
AGSU - Agência Regional Sul Catarinense	388
AMSE - Agência Regional Serra	100
AGOE - Agência Regional Oeste	266
AMMO - Agência Regional Meio Oeste	103
AMEO - Agência Regional Extremo Oeste	139
Total	2.730

Tabela 25 - Quantitativo de empregados por região

Com relação à distribuição por grupos ocupacionais, ilustrada na Tabela 26, o Plano de Cargos e Salários da CASAN divide os cargos existentes na Companhia em três grupos: operacional; apoio técnico e administrativo; e nível superior. Destaca-se o quantitativo do grupo operacional, composto pelos cargos que realizam diretamente a operação das estações de tratamento de água e de esgoto e que realizam as atividades de manutenção de redes, sendo que, deste quantitativo, 1.058 são ocupantes do cargo de Agente Administrativo Operacional.

Grupo ocupacional	Quantitativo
Operacional	1.902
Apoio Técnico e Administrativo	516
Nível Superior	312
Total	2.730

Tabela 26 - Quantitativo de empregados por grupos operacionais

INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

Indicador	2025	2024	Variação
Número de empregados no final do período	2.730	2.784	-1,9%
Número de admissões no período	2	91	-97,8%
Número de empregados maiores de 45 anos	1.441	1.347	+7,0%
Número de mulheres que trabalham na empresa	539	552	-2,4%
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26,8%	27,6%	-0,8%
Número de negros(as) que trabalham na empresa	54	50	+8,0%
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,3%	0,6%	-0,3%
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	101	88	+14,8%

Tabela 27 - Indicadores do corpo funcional

Nível Hierárquico	Gênero	2025		2024		Variação
		Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	Feminino	3	21,4%	3	23,1%	0,0%
	Masculino	11	78,6%	10	76,9%	+10,0%
	Total	14	100%	13	100%	+7,7%
Liderança	Feminino	97	26,8%	96	27,6%	+1,0%
	Masculino	265	73,2%	252	72,4%	+5,2%
	Total	362	100%	348	100%	+4,0%
Não liderança	Feminino	442	18,67%	456	18,72%	-3,1%
	Masculino	1.926	81,33%	1.980	81,28%	-2,7%
	Total	2.368	100%	2.436	100%	-2,8%
Total	Feminino	539	19,7%	552	19,8%	-2,4%
	Masculino	2.191	80,3%	2.232	80,2%	-1,8%
	Total	2.730	100%	2.784	100%	-1,9%

Tabela 28 - Indicadores do corpo funcional por declaração de gênero

Por ocasião da realização do primeiro Censo de Diversidade da CASAN não houve por parte dos respondentes, autodeclaração de não binários e/ou outros, razão pela qual a informação não está disposta no quadro acima. Para o ano de 2026 haverá a realização de mais uma edição do Censo de Diversidade da CASAN.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A política de remuneração da CASAN é estabelecida pelo Plano de Cargos e Salários (PCS), registrado na Superintendência Regional do Trabalho desde o ano de 1991, cuja finalidade é regulamentar os instrumentos e procedimentos que visam disciplinar o tratamento funcional/salarial a ser dispensado a todos os empregados da CASAN. A estrutura dos cargos e salários que define a gestão da política salarial da CASAN está basicamente apoiada nas descrições dos cargos, no sistema de avaliação que estabeleceu a hierarquia dos cargos, adotado quando da implantação do PCS e nas alterações decorrentes de Acordo Coletivo de Trabalho.

Os reajustes salariais e demais condições são todos definidos por ocasião das negociações junto aos Sindicatos representantes das categorias profissionais. Das negociações resulta o Acordo Coletivo de Trabalho, o qual contempla as condições de execução, com validade anual, tendo sua data base o mês de maio. O PCS prevê ainda a movimentação salarial de progressão vertical e horizontal, como mecanismo de reconhecimento e mérito, baseados em critérios de avaliação de desempenho dos empregados, que consideram aspectos relacionados a competências e resultados. Além desta modalidade de progressão, há ainda a progressão por tempo de serviço, contemplada no referido documento.

Atualmente, a CASAN possui uma estrutura de cargos agrupados por 3 grupos ocupacionais: atividades técnicas e operacionais, atividades de apoio técnico e administrativo; e atividades de nível universitário. O PCS traz também estratificação da escala salarial, matriz onde os salários estão hierarquizados por 58 referências com intervalos uniformes de 5%, que por sua vez estão subdivididas em intervalos

de 1,64%. Para cada um dos cargos integrantes da estrutura da CASAN, há um intervalo denominado "faixas salariais" inicial e final, sendo então este critério adotado para cada cargo dos 3 grupos ocupacionais, não se tendo distinção salarial por "gênero", visto que o salário é diretamente vinculado ao cargo, independentemente do gênero.

Grupo ocupacional	Gênero	2025	2024	Variação
Atividades técnicas e operacionais	Feminino	R\$ 8.469,51	R\$ 7.776,40	+8,9%
	Masculino	R\$ 8.880,64	R\$ 8.255,12	+7,6%
Atividades de apoio técnico e administrativo	Feminino	R\$ 7.190,48	R\$ 6.756,39	+6,4%
	Masculino	R\$ 9.472,01	R\$ 8.762,96	+8,1%
Atividades de nível universitário	Feminino	R\$ 19.105,49	R\$ 17.397,92	+9,8%
	Masculino	R\$ 20.422,73	R\$ 18.486,21	+10,5%

Tabela 29 - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual (Lei nº 15.177, de 2025)

POLÍTICA DE BENEFÍCIOS

A política de benefícios da CASAN é normatizada através do Plano de Cargos e Salários, Acordo Coletivo de Trabalho e Normas específicas, sendo estendida a todos empregados da Companhia. Os benefícios são oferecidos a todos os empregados do quadro efetivo, mesmo aqueles que por circunstâncias específicas possuem jornada de trabalho diferenciada.

Os benefícios envolvem: abono de férias; abono de Natal; plano de saúde, por adesão individual, estendido a dependentes; plano odontológico, por adesão individual, estendido a dependentes; auxílio creche/babá destinado a empregados com filhos com idade entre 0 e 6 anos de idade; auxílio e licença ao empregado com filho ou dependente portador de necessidades especiais; auxílio educação na forma de subsídio de 50% no valor das mensalidades e matrículas para cursos de formação técnico, superior e pós graduação; auxílio funeral; CASANPREV – plano de previdência complementar; complemento de salário auxílio doença – destinado a empregados afastados pelo INSS por doença ou acidente de trabalho; licença maternidade estendida por 60 dias mediante solicitação da trabalhadora; licença paternidade estendida por 15 dias mediante solicitação do trabalhador; plano de cargos e salários; programa de alimentação ao trabalhador (PAT) – vale alimentação/refeição; vale cultura; e vale transporte.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A CASAN mantém em seu Plano de Cargos e Salários o processo de avaliação de desempenho que consiste na mensuração e acompanhamento do empregado face à demanda do seu cargo em relação aos padrões de desempenho definidos pela empresa em determinado período. Todos os empregados que estejam com seu contrato de trabalho ativo na Companhia recebem a avaliação periódica anual, conforme os requisitos e demais condicionantes do Plano de Cargos e Salários.

Os objetivos deste processo são: identificar o desempenho dos empregados, reconhecendo o seu potencial e buscando melhores resultados; facilitar o processo de planejamento organizacional e o alcance das metas institucionais; incentivar o comprometimento dos empregados com o alcance dos objetivos da instituição; fornecer informações que proporcionem melhoria de desempenho; estimular o fluxo de informação entre os diversos níveis hierárquicos para a melhoria das relações interpessoais e a qualidade dos serviços prestados; subsidiar o redimensionamento da força de trabalho em função das competências individuais e institucionais; identificar a necessidade de capacitação e qualificação para a melhoria de desempenho individual e coletivo; fornecer informações que possibilitem ao empregado avaliado conhecer o que a instituição espera de seu desempenho; subsidiar a concessão da progressão por merecimento; verificar empregados em condições de assumirem trabalho de supervisão ou funções mais elevadas.

14. Responsabilidade Social e Ambiental

A responsabilidade social e ambiental é um compromisso permanente da CASAN, refletido em sua atuação voltada à preservação dos recursos naturais e na promoção da qualidade de vida da população. Ao longo dos anos, a empresa tem investido de forma contínua em projetos e ações voltados à recuperação de áreas de preservação permanente, à proteção dos mananciais e ao incentivo ao uso sustentável da água, contribuindo para a segurança hídrica e o desenvolvimento sustentável dos municípios catarinenses.

Dentre as iniciativas, destacam-se o Projeto Mata Ciliar, que busca proteger e recuperar nascentes e cursos d'água estratégicos, o Projeto Produtor de Água do Rio Cubatão, que visa a conservação dos recursos hídricos na Grande Florianópolis, e o Programa de Educação Ambiental. Além disso, a CASAN tem fortalecido sua atuação em segurança hídrica, por meio de parcerias acadêmicas para monitoramento climático e planejamento estratégico.

A Estação Verão é outro marco na atuação da empresa, garantindo a infraestrutura necessária para atender ao aumento da demanda durante a alta temporada, assegurando a qualidade do abastecimento e a balneabilidade das praias. Cada um desses projetos é detalhado ao longo dos próximos itens.

PROJETO MATA CILIAR

A proteção dos mananciais está diretamente associada à redução de vulnerabilidades no abastecimento e ao aumento da segurança hídrica dos municípios. Com esse objetivo, a CASAN desenvolve desde 2006, junto ao Consórcio Iberê, um projeto contínuo de proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) de nascentes e cursos d'água na Região Oeste.

A iniciativa tem como foco a proteção e a recuperação gradual de APPs vinculadas a nascentes, olhos d'água, córregos e trechos de cursos d'água, por meio do isolamento com cercas. Essa ação evita o acesso de animais, reduz o pisoteio e a compactação do solo e contribui para diminuir processos erosivos e o carreamento de sedimentos aos corpos hídricos, favorecendo a recomposição da vegetação ciliar e a melhoria das condições ambientais do entorno. Na prática, trata-se de uma medida preventiva que fortalece a integridade das áreas de recarga e apoia a manutenção da qualidade da água que abastece as cidades.

O projeto é realizado de forma integrada nos municípios que compõem o Consórcio Iberê — São Carlos, Águas de Chapecó, Planalto Alegre, Guatambú, Caxambu do Sul, Chapecó e Cordilheira Alta — e atende também demandas relacionadas a áreas prioritárias em mananciais de abastecimento público e seus afluentes, conforme as necessidades de proteção definidas pela CASAN. Essa articulação territorial amplia o

alcance do programa e assegura que os esforços de conservação estejam alinhados aos pontos mais sensíveis para a segurança hídrica regional.

Em 2025, a continuidade e o fortalecimento dessa cooperação foram assegurados com a formalização do Convênio nº 898/2024 entre o Consórcio Iberê e a CASAN. No mesmo ano, as ações do projeto beneficiaram diretamente 39 famílias, com investimento de R\$ 409.813,68, direcionado à execução das atividades previstas e à manutenção do trabalho de proteção das APPs priorizadas.

Ao consolidar, ano após ano, uma agenda conjunta de conservação, a parceria CASAN–Consórcio Iberê reforça o entendimento de que a sustentabilidade do saneamento depende também do cuidado com as áreas naturais que sustentam os sistemas de abastecimento. Em 2025, a iniciativa permaneceu como um componente relevante da estratégia ambiental da Companhia, ao promover proteção efetiva de APPs e contribuir para a resiliência dos mananciais que atendem a Região Oeste.

PROJETO PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO CUBATÃO

Desde 2022, a CASAN executa, de forma cooperativa e por intermédio do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), atual Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (Semae), Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e CASAN, o Projeto Produtor de Água na bacia hidrográfica do Rio Cubatão, importante manancial da região da Grande Florianópolis. Ao longo do ano de 2025, o projeto avançou de maneira significativa, com o fortalecimento da articulação entre as instituições

envolvidas e o aprofundamento das discussões técnicas voltadas à sua efetiva implementação. Mantiveram-se e ampliaram-se os esforços conjuntos entre os signatários do Acordo, contando com a participação ativa do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul, Madre e bacias contíguas, da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e convidados a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Instituto Água Conecta.

A bacia do Rio Cubatão (do Sul) recebeu investimentos da antiga Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDE), atual Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (Semae), e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na elaboração de um planejamento estratégico que, além de fazer um diagnóstico de situação da bacia, apresenta as áreas prioritárias para a execução de intervenções para conservação da água, com necessidades cada vez mais urgentes ao longo dos anos, em virtude da problemática das alterações climáticas e eventos extremos, como as fortes enxurradas com alto índice de precipitação em poucas horas, onde carregam muitos sedimentos para o rio, prejudicando significativamente o sistema operacional da estação de tratamento de água da CASAN, bem como os extensos períodos de estiagem, que tornam o tratamento prejudicado e, por consequência, o abastecimento de água das cidades fica prejudicado, afetando a qualidade de vida dos moradores e o desenvolvimento econômico de setores importantes da região, como o turismo. No período, foi definida a Área de Proteção Ambiental (APA) da Vargem do Braço como área inicial de atuação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), considerando sua localização estratégica a montante das captações da CASAN. Restou definido que

as ações iniciais contemplarão Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais inseridas em propriedades de agricultores familiares, respeitados os critérios legais, sendo vedada a participação de imóveis com autos de infração ambiental vigentes.

No âmbito técnico, avançaram os trabalhos do Grupo Técnico responsável pelo desenvolvimento da ferramenta de cálculo do PSA (calculadora ambiental), com a realização de ajustes metodológicos, inclusão de critérios relacionados à conectividade entre áreas naturais, restauração de topo de morro e definição de limitadores de bonificação, bem como a previsão de simulações em propriedades selecionadas. A ferramenta foi discutida e aprovada pelo Grupo Gestor.

Também em 2025, foram definidos os encaminhamentos para a estruturação do monitoramento ambiental e hidrológico da área do projeto, com a aprovação de proposta preliminar e a deliberação pela elaboração de Termo de Referência específico para o plano de amostragem, incluindo a avaliação do uso de agrotóxicos na região e o aproveitamento de dados históricos existentes de qualidade da água.

No que se refere ao planejamento estratégico e financeiro, foi apresentada e discutida a atualização do Plano de Ação do Projeto Produtor de Água do Rio Cubatão, estruturado para um horizonte de 20 anos, com custos estimados em valores atuais. O Plano distingue as ações passíveis de financiamento por meio do componente financeiro associado à tarifa de água, sujeito à aprovação da ARESC, e aquelas a serem viabilizadas por meio de parcerias institucionais, convênios e outras fontes de recursos.

Dessa forma, o ano de 2025 foi marcado pelo avanço na consolidação institucional e técnica do Projeto Produtor de Água na bacia do Rio Cubatão, viabilizando a operacionalização do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, com foco na segurança hídrica e na resiliência do sistema de abastecimento.

SEGURANÇA HÍDRICA

Desde 2024 a CASAN realizou importante aproximação junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para o desenvolvimento de projeto intitulado "Monitoramento e Previsão de Segurança Hídrica e Riscos Climáticos da CASAN". O projeto tem como objeto o desenvolvimento de uma base de dados hidroclimáticos e de uso de água consolidada, análise de risco climático e um sistema de monitoramento e previsão de disponibilidade hídrica para a CASAN, configurando um importante passo para melhores práticas de gestão hídrica, principalmente pela implantação de um mecanismo robusto de prevenção a eventos climáticos que possam interferir na dinâmica dos mananciais superficiais de abastecimento.

Ao longo de 2025, as instituições mantiveram tratativas técnicas e administrativas visando à formalização do convênio entre a CASAN e a UFSC, permanecendo em andamento os ajustes necessários à consolidação do instrumento jurídico que viabilizará a execução do projeto, o qual possui previsão de duração de 4 anos. Uma vez formalizado, o projeto contemplará, em sua etapa inicial, a realização de análise de tendências de vazão e precipitação dos pontos de captação de água superficial no

Estado de Santa Catarina, produzindo um painel atualizado com a série de dados de cada bacia hidrográfica utilizada na captação de água. Posteriormente será realizada a caracterização meteorológica e das secas hidrológicas pelo Estado.

Todas essas etapas objetivam criar um sistema de análise de risco climático e previsão de curto, médio e longo prazo da disponibilidade hídrica das captações que integram as operações da CASAN e de possíveis novas captações. Este sistema proporcionará informações estratégicas e subsidiará a tomada de decisão sobre a adoção de novos mananciais e/ou execução de ações estruturais e estruturantes, tanto para preparação aos eventos de curto prazo (entre 1 a 2 anos), quanto aos eventos de longo prazo (20-30 anos).

Paralelamente, no âmbito das ações voltadas ao fortalecimento da segurança hídrica, a CASAN avançou, em 2025, no recebimento, organização e atualização da documentação de outorga dos mananciais utilizados para abastecimento, contribuindo para a consolidação da base regulatória e para o aprimoramento do planejamento operacional e estratégico dos sistemas de captação. Totalizaram-se 42 outorgas concedidas ao longo de 2025.

ESTUDO DE VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

A partir dos resultados do primeiro estudo contratado para avaliação da vulnerabilidade climática dos sistemas de esgotamento sanitário (SES), a CASAN passou a dispor de uma análise estruturada dos riscos associados às variáveis climáticas e hidrológicas, incluindo variação das chuvas, das temperaturas e outros

riscos como erosão, deslizamentos de terra, inundações e escassez hídrica. O estudo classificou as condições de risco dos sistemas, permitindo a identificação de pontos críticos das infraestruturas frente a cenários climáticos adversos atuais e futuros.

Essas informações subsidiam a priorização de investimentos, a definição de medidas de adaptação e resiliência e a estruturação de pleitos de financiamento junto a instituições financeiras. Após entender o impacto das mudanças climáticas nos SES, a CASAN passou a estudar os impactos nos sistemas de abastecimento de água (SAA). Foi contratado, em 2025, estudo semelhante, com previsão de conclusão em 2026.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao longo dos últimos anos, a CASAN tem avançado no desenvolvimento de ações relacionadas ao saneamento ambiental, voltadas à promoção da saúde e do bem-estar nos municípios onde atua. Essas iniciativas vão além da distribuição de água tratada e da coleta e tratamento de esgoto, uma vez que buscam, por meio de ações de educação ambiental, incentivar a adoção de boas práticas e iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida nas cidades catarinenses.

Nessa perspectiva, a CASAN oferta, de forma estruturada, o Programa de Educação Ambiental, composto por 3 linhas de atuação voltadas à educação ambiental não formal, com o objetivo de compartilhar com a comunidade conhecimentos sobre a importância da preservação ambiental, com foco especial nas atividades-fim da Companhia, como o tratamento de água e esgoto.

No âmbito desse Programa de Educação Ambiental, destacam-se o Projeto Multiplicadores Ambientais, o Projeto de Trabalho Socioambiental (PTSA) e o Projeto Trato Pelo Saneamento. As ações desenvolvidas incluem visitas às unidades de tratamento de água e esgoto; palestras em universidades, empresas e eventos; aulas expositivas em escolas; participação em eventos e feiras municipais; ações vinculadas ao calendário ambiental; visitas domiciliares; ações de comunicação; orientação, fiscalização e inspeção de redes coletoras de esgoto, entre outras iniciativas.

O público alcançado por essas atividades apresenta elevado potencial de influência na formação de opiniões e na disseminação de informações qualificadas, atuando como agente multiplicador no território e contribuindo para a adoção de hábitos sustentáveis, a mudança de práticas cotidianas e o fortalecimento da consciência ambiental, com reflexos positivos na saúde pública e na qualidade de vida.

PROJETO DE TRABALHO SOCIOAMBIENTAL (PTSA)

Constitui um instrumento estratégico de apoio à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário, tendo como objetivo orientar, informar e preparar as comunidades beneficiadas para a correta utilização e preservação dessas estruturas. Por meio de ações educativas, informativas e participativas, o PTSA busca fortalecer a corresponsabilidade da população, contribuindo para a operação eficiente dos sistemas, a redução de impactos ambientais e a sustentabilidade dos investimentos realizados.

No decorrer do ano de 2025 a GMA coordenou a execução de projetos nos municípios de Balneário Piçarras, Coronel Freitas, Florianópolis (SES Insular e Saco Grande), Ipira-Piratuba, Itá, Mafra, São José (ETE Potecas) e Xanxerê. As ações executadas, entre elas 7.663 visitas domiciliares e institucionais, 1.177 comunicados em rádio, 136 releases, 58 ações socioambientais, com participação de 1.751 pessoas, 18 ações de educomunicação, com 584 crianças participantes, entre outras, totalizaram R\$ 752.496,52 investidos no desenvolvimento de iniciativas voltadas ao bem-estar das comunidades atendidas

Dessa forma, o PTSA se consolida como uma ferramenta essencial para integrar os aspectos técnicos, sociais e ambientais dos empreendimentos de saneamento, promovendo a participação comunitária, o diálogo social e a construção coletiva de práticas que assegurem benefícios duradouros para o meio ambiente e para a sociedade.

PROJETO MULTIPLICADORES AMBIENTAIS

O Projeto Multiplicador Ambiental tem como objetivo capacitar públicos interno (funcionários da empresa) e externo (comunidade em geral) para atuarem como agentes de transformação em seus ambientes de trabalho, comunidades e famílias, disseminando conhecimentos e práticas voltadas à proteção do meio ambiente. Por meio de palestras educativas em escolas, empresas e instituições, bem como de atividades integrativas realizadas nas unidades da CASAN, incluindo visitas às Estações de Tratamento de Água e de Esgoto, os participantes têm acesso a

informações sobre saneamento básico, conservação ambiental, gestão de resíduos e uso racional dos recursos naturais. A iniciativa busca formar uma rede de multiplicadores capazes de estimular mudanças de comportamento e fortalecer uma cultura de responsabilidade socioambiental, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos e para a ampliação do conhecimento da sociedade sobre a importância do saneamento para a qualidade de vida e a preservação ambiental.

Ao longo de 2025, foram registradas 321 solicitações para visitas a unidades, participação em eventos, palestras e feiras, das quais 297 foram atendidas, com a participação de 6.090 pessoas nas diversas ações desenvolvidas pelos multiplicadores ambientais. Apesar das limitações impostas por obras em suas unidades inviabilizando a visita técnica, a CASAN manteve o compromisso com a educação ambiental, adaptando as atividades e ampliando a atuação em ações externas, palestras e eventos.

Em janeiro de 2025, a CASAN lançou a série animada Heróis do Saneamento, voltada à educação ambiental de crianças e adolescentes. Com 6 episódios de curta duração, disponibilizados no canal da CASAN no YouTube e divulgados também nas redes sociais, a série aborda de forma lúdica temas como o uso responsável dos recursos naturais, a poluição das águas, o ciclo da água, a importância das florestas para os mananciais e os impactos do esgoto não tratado. As histórias acompanham os heróis Aquarina, Naraturaninja e Canoserta — personagens cujos nomes foram escolhidos em concurso com estudantes catarinenses — em aventuras educativas com as crianças Sandro e Catarina, combinando narrativas divertidas e canções originais para estimular a conscientização ambiental.



Figura 8 - Ilustração Heróis do Saneamento

https://www.youtube.com/watch?v=eC_2PIRsO6Q&list=PLL8p1kOy3RIPAgv4AuQATLYwvxZUeyGbp&index=1

PROGRAMAS TRATO PELO SANEAMENTO

São programas da CASAN que associam vistorias, orientação técnica gratuita e ações educativas voltadas à regularização das ligações de esgoto e combate à poluição decorrente do descarte irregular. Em 2025 as ações foram executadas em Florianópolis (Trato pela Costa Norte), São José (Trato pelo Araújo), Criciúma (Trato por Criciúma), Laguna (Trato por Laguna) e Chapecó (Trato pelo São José).

Com o trabalho de seus Tratos pelo Saneamento, a CASAN evitou em 2025 que aproximadamente 660,5 milhões de litros de esgoto sem tratamento fossem despejados no ambiente. O dado é equivalente a 264 piscinas olímpicas de 2,5 milhões de litros de esgoto que transbordariam para o solo, rios, mar ou praias.

Para alcançar esse resultado, 21.587 mil imóveis foram vistoriados com o objetivo de verificar a ligação ao Sistema de Esgoto da CASAN. Em quase 18.724 (86,7%) foram identificadas irregularidades, e cerca de 4.727 providenciaram as adequações (21,9%).

Os Tratos pelo Saneamento colaboram para que a Companhia cumpra sua missão de conscientizar e orientar a população a usar adequadamente a infraestrutura de esgoto instalada e operada nas cidades.

OPERAÇÃO VERÃO

Assim como acontece a cada nova temporada, em 2025 a CASAN estabeleceu o seu planejamento de ações e investimentos para garantir a qualidade e a continuidade dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos no período em que a demanda praticamente triplica nos municípios litorâneos.

Esta operação resultou na maior mobilização de recursos operacionais na história da CASAN, para a temporada de verão, incluindo a contratação de novos equipamentos (geradores, caminhões-pipa, hidrojatos, valetadores e escavadeiras), a execução de obras estruturantes, a realocação de colaboradores para as áreas de alta criticidade,

a instalação de novos pontos de monitoramento (pressão/vazão) e a reativação de ativos ociosos.

Foram instalados em diferentes cidades, 36 novos reservatórios e poços para captação de água, além de outras ações estratégicas para a temporada de 2025/2026. Novos sistemas de bombeamento e redes de distribuição de água trouxeram maior garantia à operação nos municípios mais visitados, como Florianópolis, Garopaba, Barra Velha, Balneário Piçarras, Balneário Barra do Sul, Garopaba, Laguna e Passo de Torres.

Nas cidades atendidas com coleta e tratamento de esgoto, foram contratados novos caminhões para intensificar a limpeza periódica de redes e a frequência de manutenções preventivas em ETEs e Estações Elevatórias. Foram contratados novos geradores e distribuídos estrategicamente para assegurar a continuidade da operação das unidades operacionais de esgoto.

Em suporte às equipes operacionais, foi disponibilizada uma nova equipe para apoio 24h/dia ao Centro de Controle Operacional (CCO), ampliando assim a capacidade de supervisão remota da operação dos SAA/SES. Também foi implantada uma rotina de coleta, processamento e análise de dados diários dos SAA/SES, como os volumes de produção de água, coleta/tratamento de esgotos, conserto de vazamentos, além de serviços comerciais e de atendimento aos clientes.

A Operação Verão 2025/2026 cumpriu seu objetivo principal de garantir o abastecimento e o esgotamento sanitário em um cenário de carga extrema. O reforço preventivo de infraestrutura, a estratégia de monitoramento remoto e a integração entre as diferentes áreas da empresa em prol da Operação Verão, para maior

agilidade dos processos internos, foram os pilares que sustentaram a operação regular dos sistemas SAA e SES durante os picos de demanda.

GESTÃO AMBIENTAL DAS OBRAS

A gestão ambiental das obras da CASAN é estruturada de forma sistêmica, preventiva e aderente às exigências dos órgãos ambientais, desde a fase de planejamento até a operação dos empreendimentos. Antes do início das obras, são realizados os estudos ambientais pertinentes ao porte e à tipologia do empreendimento, com a obtenção das licenças ambientais cabíveis e a incorporação das condicionantes ao planejamento executivo. Nessa etapa, são definidos os programas ambientais aplicáveis, como controle de erosão e sedimentos, gestão de resíduos, proteção de recursos hídricos, supressão vegetal autorizada, controle de ruídos e poeiras, bem como os procedimentos de comunicação e educação ambiental junto às equipes envolvidas.

Durante a fase de implantação, a gestão ambiental é conduzida por meio da implementação efetiva desses programas, com acompanhamento técnico e registro sistemáticos das ações executadas pela empresa executora da obra que são validadas pela Gerência de Meio Ambiente da CASAN. Companhia também mantém rotinas de vistorias nas obras e de verificação de conformidade, assegurando que as atividades executadas pelas empreiteiras estejam alinhadas às licenças ambientais, às normas técnicas e às boas práticas do setor. Os procedimentos são devidamente documentados, possibilitando a rastreabilidade das ações e a comprovação

do atendimento às obrigações ambientais perante o órgão ambiental competente.

No ano de 2025 a Gerência de Meio Ambiente fez o acompanhamento da supervisão ambiental de 22 obras com Licença Ambiental de Instalação tanto de expansão como de melhorias operacionais em sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto em diversos municípios de Santa Catarina.

Em alguns casos de licenciamento com acompanhamento de condicionantes mais complexas, a CASAN realiza a contratação de empresa específica para supervisão ambiental das obras, como por exemplo na obra da nova ETE Potecas, em São José, em que a empresa contratada entrega mensalmente para a Companhia os relatórios de acompanhamento dos programas ambientais, tais como programa de sinalização permanente, de qualidade e segurança operacional, de controle acústico, gerenciamento de resíduos da construção civil, comunicação social, monitoramento de odores, corpo receptor e águas subterrâneas.

Por fim, a gestão ambiental das obras é integrada à política corporativa da Companhia, refletindo o compromisso institucional com a sustentabilidade, a proteção dos recursos naturais e a saúde pública. Essa abordagem integrada garante que os sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgoto sejam implantados de forma ambientalmente responsável, tecnicamente segura e em conformidade com a legislação vigente, reforçando a credibilidade da empresa junto aos órgãos de controle, à sociedade e às comunidades diretamente afetadas pelos empreendimentos.

15. Governança Corporativa

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 2025, o Capital Social da Companhia finalizou o ano totalizando o montante de R\$ 1.407.315.280,89, representados por 1.194.827.477 ações, sendo 592.975.802 ações ordinárias e 601.851.675 ações preferenciais. A Figura 9 apresenta a composição acionária da CASAN em 2025. O Governo do Estado de Santa Catarina, detentor de 90,49% das ações, é o acionista majoritário da Companhia, enquanto a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) é a segunda maior acionista, detentora de 9,50% das ações. As demais ações estão pulverizadas no mercado entre pessoas físicas e jurídicas totalizando 0,01% das ações conforme descrito na Tabela 30.

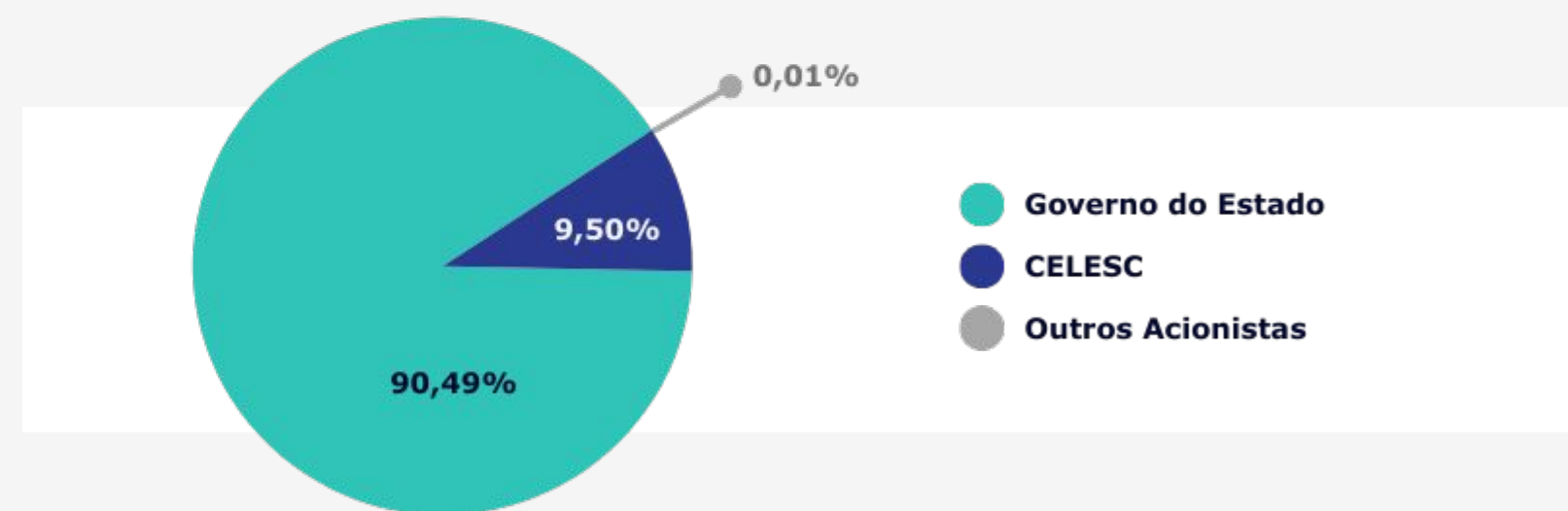


Figura 9 - Composição acionária da CASAN em 31/12/2025

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de ações	%
Governo do Estado de Santa Catarina	536.198.707	90,43	545.021.963	90,56	1.081.220.670	90,49
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	56.713.251	9,56	56.778.178	9,43	113.491.429	9,50
Outros Acionistas	63.844	0,01	51.534	0,01	115.378	0,01
Total	592.975.802	100	601.851.675	100	1.194.827.477	100

Tabela 30 - Composição acionária da CASAN em 31/12/2025

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

A administração da CASAN é exercida pela:

- Assembleia Geral, com funções deliberativas;
- Conselho de Administração, com funções deliberativas;
- Diretoria Executiva, com funções representativas e executivas;
- Conselho Fiscal, com função fiscalizatória.

A Assembleia Geral de Acionistas é o órgão superior da Sociedade, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da Sociedade, reunindo-se, ordinariamente dentro dos 4 primeiros meses de cada ano, e, extraordinariamente, quando convocada observadas as prescrições legais. É constituída pelos representantes legais dos acionistas, com qualidade para comparecer e deliberar sobre matérias submetidas à ordem do dia.



Figura 10 - Organograma de governança corporativa

O Conselho de Administração, órgão independente, é composto por 9 membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 indicado pelos empregados, com mandato unificado de 2 anos, permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas. Além disso, participam do Conselho o Diretor-Presidente, um Conselheiro Independente, e um representante dos acionistas minoritários. O Conselho de Administração é assessorado por 5 comitês, compostos por no mínimo 2 Conselheiros de Administração, sendo eles: Comitê de Eficiência, Sustentabilidade e Inovação; Comitê de Governança, Risco e Conformidade; Comitê de Recursos Humanos; Comitê Financeiro e Comitê Jurídico e Regulatório. Com reuniões regulares e assuntos específicos, os comitês analisam previamente e detalhadamente as questões que serão tratadas pelo Conselho de Administração emitindo parecer ou recomendação sobre o assunto.

O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, composto por 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, sendo pelo menos 1 membro indicado pelo ente controlador, com pré-requisitos definidos no Estatuto. Eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 2 reconduções consecutivas. Ordinariamente, o Conselho Fiscal se reúne uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando necessário.

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão independente, que auxilia o Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e efetividade dos sistemas de controle interno e de Auditoria Interna e Independente. Composto por 3 membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de

Administração para um mandato de 2 anos, permitidas 2 reeleições. Para cumprir com o objetivo de avaliar a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controle interno, inclusive das auditorias interna e independente, o Comitê de Auditoria Estatutário reúne-se no mínimo 2 vezes por mês.

O Comitê de Elegibilidade é órgão colegiado, de caráter permanente, que tem por finalidade auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Ele é constituído por 3 membros efetivos, nomeados, empossados e destituídos pelo Conselho de Administração, dentre empregados da Companhia, com reputação ilibada.

A Diretoria Executiva é órgão executivo de administração e representação, orientada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, responsável por assegurar o funcionamento regular da Companhia, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente. Com membros eleitos pelo Conselho de Administração, em conformidade com a Lei Federal nº 6.404/1976, a Diretoria Executiva é composta de 6 membros, sendo eles: Diretor-Presidente, Diretor Administrativo, Diretor de Operação e Expansão, Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, Diretor Comercial e Diretor de Inovação e Negócios. O Diretor-Presidente é membro integrante do Conselho de Administração, e o Diretor Comercial é eleito pelos empregados.

AUDITORIA INTERNA E GESTÃO DE RISCOS

Os processos de governança da CASAN seguem o modelo das Três Linhas, delineado no art. 9º da Lei Federal 13.303/2016, com a adoção de regras de estruturas e práticas de gestão de riscos, controles internos, compliance e auditoria. Nesse modelo, o papel da primeira linha é agir dentro de suas competências e autoridade para atingir os objetivos da organização e conduzir suas atividades em conformidade às leis, normas e regulamentos aplicáveis, gerenciando os riscos operacionais que possam impedi-la nessa missão e implantando os controles internos necessários para mantê-los em níveis aceitáveis.

A segunda linha provê estrutura, apoio e integração na gestão de riscos realizado na primeira linha, sendo constituída pela Gerência de Planejamento e Riscos, que atua nos riscos estratégicos; pela Gerência de Compliance, que atua nos riscos de integridade e conformidade; e também por outras unidades especializadas que atuam em setores e riscos específicos, como segurança do trabalho e riscos inerentes aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A terceira linha é formada pela Auditoria Interna, responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

A atuação integrada dessas três linhas fortalece a governança corporativa e proporciona à alta administração maior transparência e visibilidade dos riscos e controles, permitindo decisões estratégicas mais informadas e embasadas.

COMPLIANCE

A Gerência de Compliance (GCP) da CASAN exerce papel estratégico no fortalecimento da governança corporativa da Companhia, atuando de forma preventiva, corretiva e orientativa na gestão dos riscos de integridade. Suas atividades são conduzidas com observância permanente aos princípios da legalidade, transparência, efetividade, justiça e segurança jurídica, contribuindo para a consolidação de uma cultura organizacional ética, responsável e alinhada às melhores práticas de governança.

A atuação da GCP ocorre de maneira integrada com os gestores das diversas áreas da Companhia, possibilitando a identificação de processos e atividades mais suscetíveis a riscos, bem como a priorização de ações voltadas à mitigação de eventuais vulnerabilidades. Nesse contexto, destacam-se como atribuições relevantes a instauração, condução e acompanhamento de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) e Sindicâncias; a orientação e supervisão das comissões designadas; a apuração de irregularidades e a responsabilização dos agentes envolvidos; o encaminhamento de Tomadas de Contas Especiais à Diretoria Executiva; o reporte de irregularidades relevantes aos órgãos competentes; além da orientação contínua aos gestores quanto à correta aplicação das normas internas e do acompanhamento das recomendações decorrentes dos processos administrativos.

Vinculada à Procuradoria-Geral da CASAN, a Gerência de Compliance atua sob a coordenação de profissional integrante do quadro funcional da Companhia, contando com estrutura própria enxuta e com o apoio de membros de comissões indicados por Diretores e Gerentes Regionais. Esses colaboradores exercem tal atribuição como

dever funcional, de forma concomitante às suas atividades regulares, sendo a composição das comissões definida conforme a natureza e a complexidade de cada processo instaurado, assegurando tecnicidade, imparcialidade e observância ao devido processo legal.

O Código de Conduta e Integridade da CASAN orienta a conduta profissional com base em valores éticos e morais que devem ser observados em todas as relações institucionais, apresentando, inclusive, exemplos de condutas e infrações passíveis de responsabilização. As sanções aplicáveis em casos de violação ao referido Código encontram-se previstas no Regulamento Disciplinar e nas demais legislações específicas aplicáveis à Companhia.

Como instrumento adicional de fortalecimento da cultura de integridade, a CASAN disponibiliza o Canal de Denúncias, serviço de comunicação independente e seguro, destinado ao registro de relatos sobre ações ou condutas praticadas por empregados, administradores, fornecedores ou demais partes relacionadas que não estejam em conformidade com o Código de Conduta e Integridade, bem como com as leis e regulamentos vigentes, assegurando o adequado tratamento das informações recebidas.

OUVIDORIA

Instituída como instrumento permanente de diálogo institucional, a Ouvidoria da CASAN atua como elo qualificado entre a Companhia e a sociedade, viabilizando o acolhimento das manifestações e assegurando respostas fundamentadas.

Sua atuação está orientada pelos princípios da transparência, da eficiência administrativa e do aprimoramento contínuo dos serviços públicos.

No exercício de suas atribuições, a Ouvidoria participa dos Grupos Internos de Gestão de Crise, contribuindo para a identificação de demandas recorrentes, a análise de suas causas estruturais e a formulação de soluções voltadas à melhoria dos serviços operacionais e da qualidade do atendimento aos consumidores.

Compete à Ouvidoria o registro, o encaminhamento, o acompanhamento e o tratamento das manifestações recebidas, cabendo às áreas técnicas responsáveis a emissão das respostas conclusivas. Todo o tratamento das informações observa rigorosamente o dever de sigilo, os princípios constitucionais e a legislação vigente, especialmente no que se refere às comunicações e denúncias.

Nos termos do Estatuto Social da CASAN e em conformidade com o art. 9º, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 13.303/2016, a Ouvidoria integra a estrutura de Governança da Companhia, sendo responsável pela gestão do canal de denúncias e pela garantia dos mecanismos de proteção à identidade do denunciante.

Em observância a esse princípio, a Ouvidoria da CASAN utiliza a plataforma Fala.BR, que possibilita ao manifestante optar pela identificação, pela reserva de identidade ou pelo anonimato. Independentemente da forma de manifestação, a identidade do denunciante é preservada, e a Ouvidoria atua de maneira contínua na aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como na coordenação da Comissão Permanente de Proteção de Dados Pessoais da Companhia.

Os prazos para o tratamento das manifestações seguem o disposto no Decreto nº 1.933, de 18 de maio de 2022, que regulamenta o Sistema Administrativo de Controle Interno e Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, bem como, quando aplicável, as Resoluções Normativas das Agências Reguladoras do Estado de Santa Catarina.

No exercício de 2025, a Ouvidoria da CASAN registrou 2.453 manifestações, alcançando índice de resolutividade de 95,19%. Esse desempenho reafirma o papel estratégico da Ouvidoria como pilar da estrutura de governança da Companhia, essencial para a mediação de conflitos, a redução da judicialização e a otimização de processos. Ao garantir o fluxo de atendimento, promover a transparência e otimizar recursos, a Ouvidoria da CASAN fortalece a integridade, a eficiência e as boas práticas de gestão pública, contribuindo para uma atuação institucional íntegra, eficiente e orientada aos usuários e clientes da Companhia.

16. Transformação Contínua

Os próximos anos impõem desafios estruturais ao setor de saneamento. A CASAN está preparada para enfrentá-los com planejamento, disciplina e responsabilidade.

O Novo Marco do Saneamento estabelece metas claras de universalização e elevação do padrão de eficiência. Diante desse cenário, revisamos nossa estratégia de longo prazo, com foco em sustentabilidade econômico-financeira, governança e capacidade de execução.

A Companhia avança na consolidação de um novo ciclo de gestão, com cultura organizacional orientada a desempenho, modernização de processos e fortalecimento dos mecanismos de governança.

Estamos estruturando um modelo de negócios apoiado em tecnologia, eficiência operacional e gestão qualificada, posicionando a CASAN como uma empresa competitiva, sustentável e preparada para os desafios regulatórios e de mercado.

A excelência financeira já alcançada, refletida em ratings elevados e na ampliação da capacidade de investimento, assegura as condições necessárias para a expansão estruturada da Companhia.

Estão previstos investimentos que superam R\$ 700 milhões por ano até 2030, destinados à construção de reservatórios, modernização de estações de tratamento, ampliação da cobertura de água e esgoto e fortalecimento da segurança hídrica em Santa Catarina.

A CASAN consolida-se como protagonista do saneamento no Estado, com atuação técnica, responsável e alinhada às demandas da sociedade catarinense.

Como representante do Governo do Estado no setor, a Companhia reafirma seu compromisso com a ampliação do acesso aos serviços, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

2025

Em 31 de dezembro, em milhares de Reais.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 193 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 182 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, dos quais 174 possuem as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios, a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento dos Contratos de prestação de serviços:

Nº DE MUNICÍPIOS POR ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS										
2025	0		2034	7		2043	14		2052	1
2026	25		2035	2		2044	7		2053	1
2027	2		2036	18		2045	3		2055	1
2028	11		2038	3		2046	8		2056	2
2029	4		2039	1		2047	5		2065	2
2030	12		2040	3		2048	11		Sem ou vencido	12
2031	1		2041	2		2049	13			
2032	3		2042	12		2050	8			
Total de 194 municípios										

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e na execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e das metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e alterada pela Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis n.º 6.404/76, n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem, ainda as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- A. Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com o CPC 48/IFRS 9, conforme sua classificação em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI); ou (iii) valor justo por meio do resultado (FVTPL). A classificação considera o modelo de negócios e o teste SPPI. A Categoria “disponível para venda”, foi revogada no CPC 48.
- B. O ativo atuarial de benefício definido (BD) é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e das perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis e as notas explicativas são apresentadas em milhares de Reais, a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis são aplicadas de maneira consistente pela Companhia. As principais políticas e práticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações foram:

3.1. Transações e posições em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

ATIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

Recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

- **Recebíveis:** são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A compensação de instrumentos financeiros é efetuada em conformidade com as disposições estabelecidas no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os recursos em espécie, os depósitos à vista em contras bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que funcionam como reserva de liquidez imediata, sem risco relevante de mudança no valor.

3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (impairment), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos por mais de 180 dias, representando um saldo considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas. O valor assim determinado pode ser ajustado quando excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes.

3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

3.7. Imobilizado e Intangível

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível. Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

CUSTOS SUBSEQUENTES

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

DEPRECIÇÃO OU AMORTIZAÇÃO

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.8. Capital Social

- **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto nas assembleias de acionistas.
- **Ações preferenciais:** São classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.9. Redução ao Valor Recuperável – *Impairment*

ATIVOS FINANCEIROS, INCLUINDO RECEBÍVEIS

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa a Companhia, devido à sua estrutura tarifária única em todos os municípios operados, pelo amparo regulatório das agências;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos e mantidas estáveis do 6º ano em diante, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2025 avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10. Benefícios a Empregados

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CASANPREV

É um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos,

consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA INCENTIVADA - BENEFÍCIO DE TÉRMINO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

É reconhecido como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam

pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO A EMPREGADOS

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11. Provisões

São reconhecidas, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.12. Receita por Serviços Prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais. A Companhia reconhece a receita quando:

1. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
2. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
3. É provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.13. Receita de Construção

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

3.14. Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.15. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.16. Impostos sobre Receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18. Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.19. Informações por Segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.20. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras. A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

1. Se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
2. Qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
3. Juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
4. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS		
Vencimento das Prestações	Ano 2025	Ano 2024
2024	-	11.941
2025	26.698	31.854
2026	41.954	19.687
2027	4.394	1.044
2028	2.036	696

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO <i>Não Circulante</i>	31/12/ 2024	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	31/12/ 2025
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	41.395	16.638	(345)	(29.096)	28.592

PASSIVO	31/12/ 2024	Revisão / novos contratos	Amorti- zação.	Ajuste a valor presente	31/12/ 2025
Contratos de Arrendamento Mercantil	54.142	16.638	(22.644)	(1.392)	46.744
Circulante	29.851				39.898
Não Circulante	24.291				6.846

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24 de julho de 2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+ (bra)', elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

RISCO DE CRÉDITO

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

RISCO DE MERCADO

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- **Risco de taxas de juros:** relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- **Risco de taxas de câmbio:** refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

RISCO FINANCEIRO

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE A TAXA DE JUROS

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

INDEXADOR		01/2026 a 12/2026	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Projeção dos Juros		258.299	285.874	222.346	317.638	190.583	381.165	127.055
CAIXA	UPR	9.900	11.138	8.663	12.376	7.425	14.851	4.950
Debêntures Simples	CDI	96.300	108.338	84.263	120.375	72.225	144.450	48.150
Debêntures Incentivada	IPCA	104.585	117.658	91.511	130.731	78.439	156.877	52.292
Banco do Brasil	CDI	18.750	21.093	16.406	23.437	14.062	28.124	9.375
NC1 Banco do Brasil	CDI	22.939	21.093	16.406	23.437	14.062	28.124	9.375
ABC	CDI	5.826	6.554	5.097	7.282	4.370	8.739	2.913
Indexador:	CDI	14,90	16,7625	13,0375	18,625	11,175	22,35	7,45
IPCA		- 0,18	-0,12	0,20	0,16	0,23	0,14	0,09
UPR		23,15059	26,04441	20,25676	28,938238	17,36294	34,72588	11,57529

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE A TAXA DE CÂMBIO

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

		MOEDA	31/12/2025	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
PASSIVO FINANCEIRO			737.644	829.850	645.439	922.055	553.233	1.106.466	368.822
AFD	Euro		97.647	109.853	85.441	122.059	73.235	146.471	48.824
JICA	Ien		330.457	371.764	289.150	413.071	247.843	495.685	165.228
FONPLATA	Dolar		309.540	348.233	270.848	386.925	232.155	464.310	154.770
COTAÇÃO									
	Euro		6,46920	7,27785	5,66055	8,0865	4,8519	9,7038	3,2346
	Ien		0,03514	0,0395325	0,0307475	0,043925	0,026355	0,05271	0,01757
	Dolar		5,50240	6,1902	4,8146	6,8780	4,1268	8,2536	2,7512

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.789.282	2.378.188
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(4.786)	(351.382)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(552.827)	(100.815)
Dívida Líquida	2.231.669	1.925.991
Total do Patrimônio Líquido	2.600.843	2.258.409
Capital Total	5.390.125	4.636.597
Índice de Alavancagem	41%	42%
Participação de Capital Próprio	48%	49%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.786	351.382
Aplicações Financeiras e Títulos	552.827	100.815
Contas a Receber de clientes (líquido de PDD)	372.180	355.158
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(2.051.638)	(1.465.611)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(737.644)	(912.577)

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras

São classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários

São classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes. A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de impairment em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do impairment dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas resultantes desses processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Conseqüentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

RECEITA OPERACIONAL E RESULTADO:	31/12/2025		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.853.627	539.867	2.393.494
Deduções da receita bruta	(174.563)	(50.811)	(225.374)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	1.679.064	489.056	2.168.120
Amortização operacional			(136.685)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(907.691)
Lucro bruto			1.123.744
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(477.635)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			9.732
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			655.841

RECEITA OPERACIONAL E RESULTADO:	31/12/2024		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.684.206	466.726	2.150.932
Deduções da receita bruta	(157.164)	(43.358)	(200.522)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	1.527.042	423.368	1.950.410
Amortização operacional			(131.778)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(839.114)
Lucro bruto			979.518
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(436.387)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			10.917
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			554.048

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

RECEITA OPERACIONAL POR SUPERINTENDÊNCIA:	31/12/2025		31/12/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	806.315	334.870	722.806	297.578
Sul/Serra	350.390	97.453	310.995	75.786
Oeste	384.391	74.767	370.343	66.640
Norte/Vale	312.532	32.776	280.062	26.722
Total	1.853.628	539.866	1.684.206	466.726

RECEITA OPERACIONAL POR MUNICÍPIO:	31/12/2025		31/12/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	419.350	246.566	376.118	220.597
Chapecó	120.369	50.713	103.755	42.529
Criciúma	135.941	58.642	120.838	51.396
Rio do Sul	48.382	2.107	42.577	1.780
São José	175.190	67.518	159.440	61.710
Outros	954.396	114.320	881.478	88.714
Total	1.853.628	539.866	1.684.206	466.726

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, conforme tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	4.786	351.382
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	4.786	351.382

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R\$552.827 em 31 de dezembro de 2025 (R\$100.815 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de R\$14.187, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para realizar a venda dessa participação.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários (sob o nº 19957.013002/2022-10).

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, considerou irregular a aceitação, a manutenção e a aquisição de cotas de fundos de investimentos pela Companhia, em decorrência de acordo extrajudicial realizado com a Fundação CASAN (Fucas) para quitação de dívida via dação em pagamento.

A decisão condenou os responsáveis à época (ex-gestores da Companhia) à devolução dos R\$14.187 milhões investidos. A Companhia está acompanhando os desdobramentos desse processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

Conforme descrito na Nota 13.3 – Outros Créditos a Receber, a Companhia obteve recuperação parcial de valores relacionados a este mesmo evento, por meio do ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença, resultando em Termo de Acordo no valor de R\$3.785 com condições de pagamento parcelado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, como parcelamentos de dívidas vincendas em mais de 12 meses, está apresentadas no ativo não circulante.

CIRCULANTE	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores finais	316.102	294.979
Entidades públicas	34.420	30.054
Consumo a faturar	104.245	98.556
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(96.624)	(84.196)
Total Circulante	358.143	339.393

NÃO CIRCULANTE	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores finais	9.237	9.814
Entidades públicas	4.800	5.951
Total Não circulante	14.037	15.765

TOTAL CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	372.180	355.158
---	----------------	----------------

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2025, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	<90 dias	>90 dias e <180 dias	>180 dias e <720 dias	TOTAL
Comercial	29.875	6.779	2.354	8.665	47.673
Industrial	5.719	1.120	334	701	7.874
Pública	16.810	9.139	4.268	19.588	49.805
Residencial	124.297	52.074	15.166	67.669	259.206
Consumo a faturar	104.245	-	-	-	104.245
	280.946	69.112	22.122	96.623	468.803
PCLD	-	-	-	(96.623)	(96.623)
Total Contas a Receber	280.946	69.112	22.122	-	372.180

As perdas reconhecidas relativas às faturas vencidas há mais de 720 dias totalizam R\$398.444 (R\$ 357.943 em 31 de dezembro de 2024).

REAJUSTE TARIFÁRIO E NOVA TARIFA SOCIAL

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 321/2025, de 21 de janeiro de 2025; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 048/2024, de 13 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 276/2024, de 21 de novembro de

2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 183/2024, de 13 de dezembro de 2024, autorizaram o reajuste de 5,56% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicado a partir do mês de março de 2025.

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 313/2024, de 30 de dezembro de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 042/2024, de 06 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através do Processo Administrativo nº 3858/2024, de 10 de dezembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 177/2024, de 09 de dezembro de 2024 autorizam Nova Tabela de Tarifa Social da CASAN, com desconto de 50% no valor na TFDI e na primeira faixa de consumo, em linha com a Lei Federal nº 14.898/2024.

Intervalo R\$/m ³	Residencial Social - Lei Federal 14.898/2024
TFDI* R\$/mês	R\$22,85
0 a 15	R\$1,52
16 a 25	R\$14,12
26 a 50	R\$18,88
Acima de 50	R\$23,76

(*) **TFDI** = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura
 (***) **Tarifa de Esgoto** = 100% do valor da Tarifa de Água

ESGOTO SOBRE RODAS:

Implantando um novo formato de prestação de serviços de esgotamento sanitário, que leva em conta a característica de baixa densidade populacional, da maioria dos municípios em que a CASAN opera, as Agências Reguladoras: ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Deliberação nº 021/2025, de 10 de junho de 2025 autorizam a Tabela Tarifária aplicável à nova prestação do serviço de gerenciamento, coleta e tratamento de efluentes provenientes de soluções individuais de esgotamento sanitário pela CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), conforme apresentado a seguir:

Intervalo R\$/m ³	Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário
Residencial	R\$31,84
Social	R\$15,92
Comercial	R\$35,02
Industrial	R\$35,02
Pública	R\$35,02

(*) **TFDI** = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura

9.1. Redução tarifária

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 281/2024, de 25 de abril de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 027/2025, de 09 de outubro de 2025 ; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 310, de 15 de outubro de 2025; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 225, de 09 de outubro de 2025, aprovaram a redução de 4,21% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que foram aplicadas a partir do mês de dezembro de 2025.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e equipamentos são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e das atividades de suporte. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	131.438	116.404

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, possuem seu principal montante relacionado a impostos sobre o lucro, que possuem fechamento anual. Apresentam a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda a compensar	-	82.604
Contribuição Social a compensar	-	30.463
Impostos retidos a recuperar	29.016	11.881
Outros	16.629	106
Total	45.645	125.054

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante. Casos em que a realização ocorre em período superior a um ano após a data da demonstração, saem desse grupo e passam a figurar no ativo não circulante. Apresentam a composição a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	7.598	7.709
Convênios com prefeituras	198	342
Adiantamentos a empregados	923	1.395
Pagamentos reembolsáveis	1.197	1.085
Outros créditos	1.162	972
Total	11.078	11.503

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parcerização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, que possuem prestação de contas posterior à CASAN.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que conseqüentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025, R\$948.694 (R\$895.534 em 31 de dezembro de 2024) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Ajustes	Saldo em 31/12/2025
Ativos Financeiros de Contrato	895.534	154.312	(101.152)	948.694

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiros) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continuam cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2024	Saldo Contábil 31/12/2025
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2.450
Porto Belo	7.469	934	8	-	7.469
Caçador	8.242	1.880	8	-	8.242
Concordia	100.867	12.608	8	-	100.867
Total	141.496	18.554		19.725	121.771

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto. Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Joinville	2005	135.000
Itapoá	2007	3.469	Papanduva	2005	800
Imbituba	2014	25.037	Três Barras	2011	2.281
Massaranduba	2010	2.486	Timbó	2005	5.000
Meleiro	2009	571	Itapema	2005	4.000
Palhoça	2007	10.000	São José do Cedro	2014	3.584
Penha	2012	8.896	Lages	2005	110.000
Praia Grande	2013	1.078	Garuva	2012	475
Presidente Getúlio	2010	4.536	Gravatal	2015	8.308
São João Batista	2005	1.900	Videira	2018	9.000
Bombinhas	2017	7.100	Guabiruba	2018	3.072
Princesa	2017	191	Concórdia	2025	128.000
Caçador	2019	26.000			
Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:					606.705

13.3. Outros Créditos a receber

A Companhia proferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo no valor de R\$3.785 com a CASAN (com as seguintes condições de pagamento: 10% de entrada e o saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior).

Esses valores referem-se à recuperação parcial dos investimentos mencionados na Nota 8.2 – Reconhecimento de perda em investimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Outros Créditos a Receber	2.228	2.947

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza da Provisão:	31/12/2025				31/12/2024
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	96.623	24.156	8.696	32.852	28.626
Contingências trabalhistas	6.547	1.637	589	2.226	2.206
Contingências cíveis	75.867	18.967	6.828	25.795	25.864
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-
Total	179.037	44.760	16.113	60.873	56.696

Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo	-	-	-	60.873	56.696

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO ATIVO	01 de janeiro de 2024	Creditado/Debitado à DRE	31 de dezembro de 2024	Creditado/Debitado à DRE	31 de dezembro de 2025
Provisão crédit. liquid. duvidosa	25.058	3.568	28.626	4.226	32.852
Provisão para contingências	26.286	1.784	28.070	(49)	28.021
Prejuízo Fiscal	1.982	(1.982)	-	-	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	53.326	3.370	56.696	4.177	60.873

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2024 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31/12/2025 Líquido
Sistema de Água	652.103	(95.414)	(33.528)	144.376	667.537
Sistema de Esgoto	1.051.425	(81.253)	(67.076)	278.487	1.181.583
Total	1.703.528	(176.667)	(100.604)	422.863	1.849.120

15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Produção	568.189	413.315
Distribuição	93.962	56.547
Projetos e obras de operação Imediata	109.052	74.334
Total Água	771.203	544.196
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	1.019.787	1.027.323
Projetos e obras de operação Imediata	31.313	11.748
Total Esgoto	1.051.100	1.039.071
Projetos e obras administrativas	31.727	12.264
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	25.202	19.534
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	56.929	31.798
TOTAL ATIVOS DE CONTRATO	1.879.232	1.615.065

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025
Ativos de Contrato	1.615.065	698.766	(434.599)	1.879.232

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2024 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31/12/2025 Líquido
Ativos Administrativos	53.546	(8.889)	(426)	5.488	49.719

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos reavaliados	198.891	219.282
Tributos sobre a reavaliação	(50.465)	(55.639)
Saldo da reavaliação	148.426	163.643

15.4. Investimentos no período

De janeiro a dezembro de 2025, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de R\$745.238. Abaixo, destacamos as maiores obras em andamento durante o período.

Município	Sistema	Obra
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Chapecó	Esgoto	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Chapecó (São Pedro, Unochapecó e Mantelli)

15.5. Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	31/12/2025	31/12/2024
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados primordialmente a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, visando ampliar a oferta de água e o esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas a seguir:

	31/12/2025		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	101.654	(4.006)	97.648
Japan International Cooperation Agency - JICA	346.821	(16.364)	330.457
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	408.690	(99.150)	309.540
Total de Operações líquidas no exterior	857.165	(119.520)	737.645
Caixa Econômica Federal – CAIXA	246.025	(73.792)	172.233
Debêntures	2.303.702	(787.318)	1.516.384
Banco do Brasil CCB`s	196.071	(46.444)	149.627
Banco do Brasil Nota Comercial – 1ª Emissão	293.068	(124.217)	168.851
Banco ABC	62.543	(18.002)	44.541
Total Operações Líquidas no país	3.101.409	(1.049.773)	2.051.636
Total Empréstimos e Financiamentos	3.958.574	(1.169.293)	2.789.281

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2025, pelos seus valores líquidos e os encargos incidentes sobre cada fonte de recursos:

	PASSIVO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE		ENCARGOS INCIDENTES A.A.
	31/12/ 2025	31/12/ 2024	31/12/ 2025	31/12/2024	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	65.380	65.609	32.267	96.309	5,39%, 3,59% e 3,68%
Japan International Cooperation Agency - JICA	35.602	36.777	294.855	373.153	1,20%
Fundo Financ. Desenv. da Bacia do Prata - FONPLATA	6.908	152	302.632	340.577	3,59%+SOFR
TOTAL DE OPERAÇÕES NO EXTERIOR	107.890	102.538	629.754	810.039	-
Caixa Econômica Federal	15.285	14.197	156.948	168.348	8,5% + TR
Debêntures CASN12	-	169.832	-	116.757	CDI + 5,75%
Debêntures CASN13	165.788	30.376	300.378	458.227	CDI + 5,5%
Debêntures CASN23	42.059	3.225	253.812	261.630	IPCA + 10,32%
Debêntures CASN14	885	-	121.032	-	CDI + 2,3%
Debêntures CASN24	6.804	-	309.428	-	IPCA + 9,98%
Debêntures CASN34	3.731	-	152.958	-	IPCA + 10,65%
Debêntures CASN15	693	-	158.817	-	CDI + 1,68%
Banco Safra	-	3.939	-	-	CDI + 0,2304%
Banco ABC 25	12.891	6.668	6.250	18.750	CDI + 3,6%
Banco ABC 47	17.107	8.849	8.294	24.882	CDI + 3,15%
Banco do Brasil 25	12.638	5.343	7.292	19.791	CDI + 2,1%
Banco do Brasil 45	15.315	24	30.000	45.000	CDI + 2,1%
Banco do Brasil 47	11.855	7.691	2.938	14.687	CDI + 2,5%
Banco do Brasil 50	13.247	7.809	15.217	28.261	CDI + 2,6%
Banco do Brasil 70	17.792	10.491	23.333	40.834	CDI + 2,45%
Banco do Brasil Nota Comercial	1.851	-	167.000	-	CDI
TOTAL DE OPERAÇÕES NO PAÍS	337.941	268.444	1.713.697	1.197.167	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	445.831	370.982	2.343.451	2.007.206	-

A. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.

B. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

ANO	31/12/2025
Amortizações para 2026	426.640
Amortizações para 2027	473.629
Amortizações para 2028	501.639
Amortizações para 2029 em diante	1.387.374
TOTAL	2.789.282

C. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo: 1 EURO equivalente a R\$ 6,43630 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 6,46920 em 31 de dezembro de 2025; 1 IENE equivalente a R\$ 0,03947 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 0,03514 em 31 de dezembro de 2025; e 1 DÓLAR equivalente a R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 5,50240 em 31 de dezembro de 2025.

A seguir, descrição de montantes, prazos e condições de cada fonte de recursos:

AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$97.647 equivalente a €14.963.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total foi de ¥11.877.997 para as obras e de ¥2.529.198 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$ 330.457 equivalente a ¥ 9.378.020.

EUROPEAN INVESTMENT BANK -BEI

Em 14 de dezembro de 2023, foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank (BEI), no valor de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31 de dezembro de 2025 não ocorreu nenhum desembolso

FONPLATA

Em 19 de dezembro de 2024, foi celebrado contrato de financiamento entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de R\$339.267 mil (equivalente a USD 55.000 mil).

O objetivo do financiamento é contribuir para a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, com foco na ampliação da oferta de água potável e na expansão do sistema de esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A operação possui taxa de juros composta pela SOFR (Secured Overnight Financing Rate) acrescida de margem fixa de 3,59% ao ano. O desembolso integral dos recursos ocorreu em 30 de dezembro de 2024.

O contrato estabelece prazo total de 8 anos, sendo 2 anos de carência, durante os quais serão pagos apenas os encargos financeiros, e 6 anos de amortização do principal. O pagamento das parcelas semestrais tem início em 15 de setembro de 2027, com a última parcela prevista para 15 de setembro de 2032.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor é de R\$309.540 equivalente a US\$56.125.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA – OBRAS

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31/12/2025	31/12/2024
2010 a 2012	2034 a 2036	172.233	182.545

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

DEBÊNTURES - 2ª EMISSÃO

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

A totalidade das Debêntures da Série única da 2ª Emissão foi integralmente resgatada em 08 de maio de 2025.

DEBÊNTURES - 3º EMISSÃO

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta");

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor das 3ª Debêntures é de R\$762.037.

DEBÊNTURES - 4º EMISSÃO

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 27 de fevereiro de 2025 ("Aprovação Societária"), aprovou a 4ª (quarta) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até três séries, para Distribuição Pública.

O valor da emissão ficou em 125.000 mil (cento e vinte e cinco mil) referente às Debêntures da primeira série, 330.000 (trezentos e trinta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série, e um lote adicional de 170.000 (cento e setenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de terceira série, com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 9,9878% (nove inteiros, nove mil oitocentos e setenta e oito décimos de milésimo por cento) ao ano.

Remuneração das Debêntures da Terceira Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 10,6573% (dez inteiros e seis mil quinhentos e setenta e três décimos de milésimo por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2030 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2027. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2032 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028. O vencimento final das Debêntures da Terceira Série ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2037 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor das 4ª Emissão de Debêntures é de R\$594.838.

DEBÊNTURES – 5ª EMISSÃO

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (“Emissora”), realizada em 14 de novembro de 2025 (“Aprovação Societária”), foi aprovada a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160.

O valor total da emissão é de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), correspondente à emissão de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na data de subscrição.

Remuneração das Debêntures da Primeira Série: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de spread de 1,68% (um inteiro e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de efetivo pagamento.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização – A data de emissão das Debêntures é 18 de dezembro de 2025, sendo o vencimento final das Debêntures estabelecido ao término do prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de dezembro de 2032. A amortização do principal ocorrerá em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, com início em 18 de janeiro de 2027

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor das 5ª Emissão de Debêntures é de R\$159.510.

BANCO DO BRASIL - CCB

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$14.793.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$28.464.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$41.125.

Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$19.930.

Em 30 de dezembro de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de janeiro de 2026 e final em 15 de dezembro de 2028. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$45.315.

BANCO DO BRASIL - NOTAS COMERCIAIS – 1ª EMISSÃO

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de novembro de 2025 (“Aprovação Societária”), foram aprovadas as condições da 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, de distribuição privada, da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (“Emissão” e “Notas Comerciais”, respectivamente), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e das demais disposições legais aplicáveis.

O valor total da emissão é de R\$ 167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de reais), correspondente à emissão de 167.000 (cento e sessenta e sete mil) Notas Comerciais Escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Início da Rentabilidade.

Remuneração das Notas Comerciais – Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de efetivo pagamento, não havendo atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização – O vencimento final das Notas Comerciais ocorrerá ao término do prazo de vigência estabelecido no Termo de Emissão, vencendo em 19 de novembro de 2033, com pagamento de principal e juros realizados de forma semestral, conforme cronograma previsto contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$168.851.

BANCO ABC

Em 24 de Maio de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com remuneração de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 27 de junho de 2024 foi formalizado um aditivo contratual prorrogando o pagamento da amortização e ajustando a taxa de juros para 3,40% ao ano. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$25.400.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (vinte e cinco milhões de reais), com remuneração de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 29 de setembro de 2023 foi formalizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros. Em 27 de junho de 2024 foi realizado o 2º aditivo contratual prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,40%. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$19.141.

BANCO SAFRA

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e liquidado em 12 de fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$3.939.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos.

	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE:		
Provisão para férias e 13º salário	50.361	46.197
INSS	9.456	8.734
FGTS	2.163	2.982
IR s/folha de pagamento	11.082	9.791
Consignações	190	164
Salários	16.390	14.936
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	743	-
Outros	707	656
Total Circulante	91.092	83.460
NÃO CIRCULANTE:		
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	11.343	-
Passivo atuarial Plano Previdência Complementar	8.840	4.292
Total Não Circulante	20.183	4.292

17.1. Plano Previdenciário CASANPREV

Aprovado em 6 de agosto de 2008, é oferecido aos funcionários da Companhia, que patrocina o plano de previdência privada operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

O plano estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido, não está mais aberto para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial desse Plano BD, o montante de R\$8.840 (R\$4.292 em 31 de dezembro de 2024).

Desde dezembro de 2025 um novo plano CD "Futuro Melhor" está disponível para adesões e migrações. Esse novo plano foi desenvolvido para atender a um novo contexto previdenciário, marcado por maior longevidade, mudanças nas relações de trabalho e necessidade de modelos mais flexíveis e sustentáveis, sem risco de déficit atuarial, mantendo a paridade de contribuições da patrocinadora, ampliando a liberdade de escolha quanto a contribuições, beneficiários e forma de recebimento dos benefícios.

Para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada a empresa Mirador Assessoria Atuarial, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2025:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2026	31/12/2025
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(2.618)	(1.526)
1 Custo do serviço corrente bruto	33.965	830
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(33.645)	(2.356)
Custo líquido dos juros	317	175
Custo do benefício pós-emprego no período	(1.981)	(1.351)

17.2. Equacionamento Déficit Atuarial CASANPREV

Em 28 de março de 2024, o Conselho de Administração, em sua 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV, referente ao Exercício de 2022. O déficit totaliza R\$24.775, conforme as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e da Resolução CNPIC nº 30/2018, o equacionamento do déficit será realizado de forma paritária entre a Patrocinadora (CASAN), os participantes e os assistidos do plano CASANPREV. A Companhia será responsável pelo montante de R\$12.234, a ser pago em parcelas mensais, com vencimento inicial em abril de 2024, ao longo de um período de 18 anos. O valor nominal da primeira parcela é de R\$92.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contabilizado o montante total de R\$11.468, sob o título de Equacionamento do Déficit Atuarial – CASANPREV. A amortização das parcelas segue o método da Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86%. As parcelas são atualizadas mensalmente, a partir da data-base, conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) ou outro índice adotado no Plano CASANPREV.

18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE:		
REFIS	714	149
COFINS	11.705	12.332
COFINS PARCELAMENTO	27.482	24.615
PIS	2.522	2.670
PIS PARCELAMENTO	5.945	5.324
Imposto de Renda - retenções	354	177
Imposto de Renda sobre lucro real	-	75.565
PIS/COFINS/CSLL - retenções	1.075	485
INSS de terceiros	3.060	1.412
Contribuição social sobre lucro real	-	29.341
Outros	2.256	1.118
TOTAL CIRCULANTE	55.113	153.188
NÃO CIRCULANTE:		
REFIS	2.049	468
COFINS PARCELAMENTO	46.252	66.023
PIS PARCELAMENTO	10.005	14.282
TOTAL NÃO CIRCULANTE	58.306	80.773

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento de março a dezembro de 2023, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011.

Em 2025 a Companhia optou pelo Parcelamento Convencional da PGFN - Débitos Previdenciários, modalidade 0014 - Parcelamento sem garantia - Pessoa Jurídica - Dívida Previdenciária - até 15 milhões de reais. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 21 de fevereiro de 2025. Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	149	4.367	468	577
Transferências	405	148	(405)	(148)
Consolidação	497	-	1.986	-
Atualizações (TJLP)	299	65	-	39
Amortizações	(636)	(4.431)	-	-
TOTAL	714	149	2.049	468

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$50.465 em 31 de dezembro de 2025 (R\$55.639 em 31 de dezembro de 2024), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são constituídas com base na avaliação da Administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, sendo registradas em montante considerado suficiente para fazer face às perdas classificadas como prováveis em processos judiciais.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a liquidação da obrigação e quando o valor dessa obrigação pode ser estimado de forma confiável.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão contingências cíveis	75.867	76.072
Provisão contingências trabalhistas	6.547	6.487
Total Provisões	82.414	82.559
Total Depósitos dados em garantia	(96.780)	(100.348)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(14.366)	(17.789)

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados como perdas possíveis ou remotas.

As ações judiciais com grau de risco classificado como possível, pela área jurídica da Companhia, fecharam em R\$439.201 (R\$290.855 em 31 de dezembro de 2024).

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem trânsito em julgado.

20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

21. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA INCENTIVADA – PDVI 2017

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017. As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações, com as últimas prestações sendo quitadas ao longo de 2026.

	31/12/2025	31/12/2024
PDVI 2017 – Passivo Circulante	32.799	89.937
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	-	30.434
Total PDVI	32.799	120.371

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participava de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

DESCRIÇÃO	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Gov. do Estado -SC (Precatórios) ¹	-	-	56.912	41.084	-	-	-	-
Sec. do Estado da Fazenda-SEFAZ	6.783	6.099	-	-	51.919	45.134	-	-
Celesc	54	122	-	-	964	-	138.790	126.213
TOTAL	6.837	6.221	56.912	41.084	52.883	45.134	138.790	126.213

¹ A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o período de maio de 2025 a abril de 2026 foi aprovada pela 55ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2025, no montante global de até R\$5.315. Em 2024 a aprovação se deu pela 54ª/2024 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, no montante de até R\$4.827 para o período de maio de 2024 a abril de 2025. Ao lado, apresentamos o quadro do acumulado no ano com remuneração dos administradores:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Salário ou Pró-labore	2.597	2.549
Benefícios diretos e indiretos	1.114	1.114
Representações	157	151
Diárias	96	61
TOTAL	3.964	3.875

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 31 de dezembro de 2025 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

Em 2025, o capital social da Companhia subscrito e integralizado totalizou R\$1.407.315, representado por 1.194.827.477 ações, das quais 592.975.802 são ações ordinárias e 601.851.675 são ações preferenciais.

O capital social é composto por ações nominativas e sem valor nominal, sendo as ações ordinárias dotadas de direito a voto e as ações preferenciais dotadas de prioridade no reembolso do capital e no recebimento de dividendos não cumulativos.

Nos termos da legislação societária e do Estatuto Social, as ações garantem dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido, proporcionalmente à quantidade de ações detidas. As ações preferenciais conferem,

ainda, o direito ao recebimento de dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária. A composição acionária apresenta-se conforme discriminado a seguir:

31/12/2025				
ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%
Governo do Estado de Santa Catarina	536.198.707	545.021.963	1.081.220.670	90,49%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,50%
Demais Acionistas	63.844	51.534	115.378	0,01%
TOTAL DE AÇÕES	592.975.802	601.851.675	1.194.827.477	100%
31/12/2024				
ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,13%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,86%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
TOTAL DE AÇÕES	572.078.479	578.578.081	1.150.656.560	100%

24.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 22 de abril de 2025, conforme deliberado na 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) e na 143ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o Governo do Estado de Santa Catarina aprovou a reversão do montante de R\$52.022, anteriormente destinado ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

24.3. Aumento de Capital

Em 22 de julho de 2025, a 469ª Reunião do Conselho de Administração (RCA) da Companhia aprovou a abertura de nova operação de Aumento de Capital conforme deliberado pela 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO).

O Aumento de capital foi homologado em 21 de Outubro de 2025, com subscrição de 44.170.917 ações (20.897.323 ações ordinárias e 23.273.594 ações preferenciais), passando o capital social da Companhia para R\$1.407.315.280,89 (Um bilhão, quatrocentos e sete milhões, trezentos e quinze mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos), representados por 592.975.802 (Quinhentos e noventa e duas milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e duas) Ações Ordinárias - ON, e 601.851.675 (Seiscentos e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco) Ações Preferenciais - PN, todas nominativas e sem valor nominal.

24.4. Reserva de Lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 79º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

24.5. Destinação do Lucro do Exercício

	2025	2024
Lucro Exercício	387.059	243.028
Reserva Legal (5%)	19.353	12.151
Reserva para Fundos de Investimentos	275.779	173.157
Dividendos Propostos (25%)	91.927	57.719

24.6. Dividendos Propostos

Em dezembro de 2025 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$91.159 sendo R\$0,768 referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte -IRRF, à alíquota de 15% sobre JCP (Juros sobre Capital Próprio), relativos ao 2º decêndio do mês de dezembro de 2025.

24.7. Resultado por Ação

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	387.059	243.028
Quantidade total de ações	1.194.827.477	1.150.656.560
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,32395	0,21121

24.8. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado como ganhos em outros resultados abrangentes o montante de R\$20.426 (R\$25.150 em 31 de dezembro de 2024).

Os referidos ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Dessa forma, a variação no saldo de Outros Resultados Abrangentes reflete o impacto dos ajustes atuariais sobre as obrigações da Companhia em relação aos seus planos de benefícios, contribuindo para uma melhor transparência e entendimento dos efeitos financeiros decorrentes da avaliação atuarial.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2025 e 2024 estão apresentadas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Tarifas de água	1.828.399	1.660.880
Tarifas de esgoto	538.917	466.632
Outras receitas de serviços de água	25.227	23.325
Outras receitas de serviços de esgoto	950	94
TOTAL DO FATURAMENTO	2.393.493	2.150.931
Impostos sobre vendas e outras deduções	(225.373)	(200.521)
TOTAL RECEITA LÍQUIDA	2.168.120	1.950.410

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas, com margem nula, e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$693.206 (R\$550.086 em 31 de dezembro de 2024).

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos*	591.215	536.311
Materiais	104.333	105.768
Serviços de terceiros	377.121	338.242
Gerais e tributárias	61.759	55.938
Depreciações, amortizações e provisões	173.561	170.241
Amortização direito de uso de bem	29.718	30.131
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	53.281	51.639
Recomposição de pavimentação	37.415	39.663
Fundos para programas municipais	93.608	79.346
TOTAL	1.522.011	1.407.279

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	216.961	202.246
Férias, Abono e 13º Salário	62.628	57.192
Custos previdenciários	113.003	97.550
FGTS	25.713	23.873
Programa de alimentação	53.752	50.810
Programa de saúde	55.996	45.111
Gratificações e cargos comissionados	43.186	39.760
PDVI – Demissão voluntária incentivada	4.011	5.619
Outros benefícios	15.965	14.150
TOTAL	591.215	536.311
NÚMERO DE EMPREGADOS	2.730	2.784

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS FINANCEIRAS		
Descontos obtidos	2.233	1.348
Juros ativos	5.544	5.449
Rendimento de aplicações financeiras	57.250	26.669
Acréscimos por inadimplências contratuais	21.403	26.066
Ganho com recuperação de crédito	12	52
Total Receitas Financeiras	86.442	59.584
DESPESAS FINANCEIRAS		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(232.452)	(217.375)
Multas e juros*	(11.915)	(17.698)
Correção monetária	(4)	(266)
Outras	(6.218)	(4.619)
Total Despesas Financeiras	(250.589)	(239.958)
Variações monetárias e cambiais (Líquidas)	41.542	(34.373)
Resultado Financeiro Líquido	(122.605)	(214.747)

*Valores de multas e juros referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	31/12/2025	31/12/2024
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Indenizações e ressarcimento de despesas	986	4.705
Comissão prestação de serviços/convênios	1.122	1.088
Reversão causas trabalhistas	53	10.772
Reversão causas cíveis	202	10.713
Contribuições e doações	4.366	3.525
Outras	766	1.067
Total Outras Receitas Operacionais	7.495	31.870
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
Provisões causas cíveis	(17)	(21.322)
Fiscais e tributárias	(1.984)	(104)
Total Outras Despesas Operacionais	(2.001)	(21.426)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS "NÃO OPERACIONAIS"		
Vendas de bens do imobilizado	4.577	1.019
Baixa de imobilizado	(339)	(546)
Total Outras Receitas e Despesas Não Operacionais	4.238	473
Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas	9.732	10.917

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.125. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados.

A Companhia aluga 570 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31. CONCESSÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

A Companhia participou do processo licitatório do município, para permanecer com a concessão, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e apesar de ter ficado em segundo lugar no processo, a CASAN segue atuando perante o referido Município, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de manter a operação do sistema e resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.

32. BALANÇO SOCIAL

A Companhia apresenta o Balanço Social referente ao ano de 2025, onde evidencia informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidos aos empregados, investidores, acionistas e à comunidade. A CASAN adota o modelo conforme Manual de Procedimentos Contábeis da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

1. BASE DE CÁLCULO	2025 <i>Valores em R\$ mil</i>	2024 <i>Valores em R\$ mil</i>
Receita Operacional Líquida (ROL)	2.168.120	1.950.410
Resultado Operacional (RO)	655.841	554.048
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	612.524	571.792

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
	R\$ mil	FBP	RL	R\$ mil	FBP	RL
Alimentação	66.473	10,85%	3,07%	52.931	9257,12%	2,71%
Encargos Sociais Compulsórios	125.722	20,53%	5,80%	108.618	18996,00%	5,57%
Previdência Privada	17.831	2,91%	0,82%	5.071	886,82%	0,26%
Saúde	50.564	8,26%	2,33%	31.689	5542,01%	1,62%
Segurança e Saúde no Trabalho	1.565	0,26%	0,07%	2.422	423,58%	0,12%
Educação	18.322	2,99%	0,85%	14.733	2576,57%	0,76%
Cultura	1.223	0,20%	0,06%	1.199	209,69%	0,06%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.209	0,20%	0,06%	745	130,27%	0,04%
Creches ou Auxílio-Creche	3.716	0,61%	0,17%	3.669	641,67%	0,19%
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	10.704	1,75%	0,49%	14.355	2510,50%	0,74%
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	297.330	48,54%	13,71%	235.431	41174,21%	12,07%

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
	R\$ mil	RO	RL	R\$ mil	RO	RL
Cultura	3.114	0,47%	0,14%	1.884	0,28%	0,05%
Saúde e Saneamento	1.662	0,25%	0,08%	1.201	0,23%	0,07%
Esporte	550	0,08%	0,03%	875	0,05%	0,01%
SUB TOTAL	5.326	0,81%	0,25%	3.959	0,56%	0,13%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	398.197	65,01%	18,37%	320.400	55,97%	16,47%
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	403.523	65,82%	18,61%	324.359	56,53%	16,60%

4. INDICADORES DO AMBIENTE CONFORME ATUAÇÃO DA COMPANHIA	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
	R\$ MIL	RO	RL	R\$ MIL	RO	RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	745.238	114%	34,37%	601.986	91%	30,86%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	1.204	0,18%	0,06%	18	0,00%	0,00%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE	746.442	113,81%	34,43%	602.004	91,36%	30,87%
Quanto ao Estabelecimento de "metas anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	Não possui Metas			Não possui Metas		

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2025	2024
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	2.730	2.743
Nº de Admissões Durante o Período	2	77
Nº de Empregados(as) Terceirizados	725	634
Nº de Estagiários(as)	76	96
Nº de Empregados(as) Acima de 45 anos	1.441	1.250
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	539	550
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	25,60%	23,13%
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa	54	44
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	0,27%	1,07%
Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais	101	76

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2025			Metas 2026		
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	23,56 vezes			REDUZIR		
Número Total de Acidentes de Trabalho	136			REDUZIR		
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	Direção e gerências			Direção e gerências		
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	Direção e gerências			Direção e gerências		
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as) a Empresa:	Segue normas OIT			Segue normas OIT		
A Previdência Privada Contempla:	Todos os empregados			Todos os empregados		
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	Não se aplica			Não se aplica		
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	São exigidos			São exigidos		
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	Apoia			Apoiará		
NÚMERO TOTAL DE RECLAMAÇÕES E CRÍTICAS DE CONSUMIDORES	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
% DE RECLAMAÇÕES E CRÍTICAS SOLUCIONADAS	20.223	798	947	0	0	0
	69,60%	98,87%	0,00%	71,13%	100,00%	0,00%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2025			2024		
	Governo	457.103		Governo	376.330	
	Colaboradores	495.858		Colaboradores	448.621	
	Acionistas	91.927		Acionistas	57.719	
	Terceiros	209.047		Terceiros	274.331	
Retido	295.132		Retido	185.309		

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

"A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Contrato de Concessão Chapecó

A CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento informa que, em relação ao anúncio realizado pela Prefeitura de Chapecó em 05 de fevereiro de 2026, acerca do rompimento do Contrato de Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário com a Companhia, recebeu, em 06 de fevereiro de 2026, notificação formal acompanhada de cópia do Decreto Municipal nº 51.470/2026, que declara a caducidade do referido contrato.

O ato foi submetido à Procuradoria Jurídica da Companhia, com o objetivo de subsidiar a adoção das medidas judiciais cabíveis e demais providências administrativas pertinentes. Nesse contexto, a CASAN informa que obteve decisão favorável junto à 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que determinou a suspensão imediata dos efeitos do referido Decreto Municipal nº 51.470/2026, anulando, assim, os efeitos da declaração de caducidade do contrato de concessão anunciada pela Prefeitura de Chapecó.

A decisão judicial também estabelece que o Município deve se abster de qualquer ato que vise a retomada dos serviços, transferência de titularidade ou intervenção na gestão da Concessionária.

Dessa forma, a CASAN reforça que permanece executando regularmente a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Chapecó, mantendo a continuidade operacional, bem como a realização dos investimentos, obras e melhorias previstas, reafirmando seu compromisso com o saneamento básico e a qualidade de vida da população.

33.2. Reforma Tributária

A Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, que instituíram a reforma do sistema tributário sobre o consumo no Brasil. A referida emenda prevê a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS e ISS, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios. A reforma também institui o Imposto Seletivo (IS), incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O novo modelo tributário prevê um período de transição, com início da implementação previsto para 2026 e conclusão em 2033, quando o novo sistema passará a vigorar integralmente.

Considerando que o processo de regulamentação da reforma tributária ainda está em andamento e que diversos aspectos relevantes dependem de regulamentações adicionais e definições de alíquotas, a Administração da Companhia encontra-se avaliando os potenciais impactos da nova legislação em suas operações, processos e demonstrações financeiras. Com o objetivo de assegurar a conformidade da Companhia com o novo regime tributário a partir de 2026, foram iniciadas adequações em sistemas e cadastros, revisões de processos operacionais e contratuais, bem como treinamentos de colaboradores quanto aos potenciais impactos da nova legislação nas operações da Companhia.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar eventuais efeitos decorrentes da implementação da reforma tributária.

Notas Explicativas



Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (“Companhia”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CASAN, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Eventos Subsequentes

Contrato de concessão Chapecó

Chamamos atenção a Nota Explicativa nº 33.1., a CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento informa que, em relação ao anúncio da Prefeitura de Chapecó sobre o rompimento do Contrato de Concessão, recebeu em 06 de fevereiro de 2026 notificação formal com o Decreto Municipal nº 51.470/2026, que declara a caducidade do contrato. Conforme divulgado pela Administração, a Companhia obteve decisão judicial favorável junto à 1ª Vara da

Fazenda Pública da Capital, que determinou a suspensão imediata e integral dos efeitos do referido decreto, vedando ao Município a adoção de quaisquer atos de retomada dos serviços, transferência de titularidade ou intervenção na gestão da Concessionária. Na data-base deste parecer, a Companhia permanece responsável pela prestação regular dos serviços no Município de Chapecó, mantendo a continuidade operacional e a execução dos investimentos previstos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Reforma Tributária

Chamamos atenção a Nota Explicativa nº 33.2, que a Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, prevê a substituição gradual de PIS, COFINS, ICMS e ISS pela CBS e pelo IBS, além da instituição do Imposto Seletivo (IS). O novo modelo terá transição de 2026 a 2033. A Administração da Companhia encontra-se avaliando os potenciais impactos da nova legislação em suas operações, processos e demonstrações financeiras e iniciou adequações em sistemas, revisões de processos e treinamentos. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar eventuais efeitos decorrentes da implementação da reforma tributária. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício em análise. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras. Logo, não expressamos uma opinião separadas sobre esses assuntos.

Teste de Impairment (Notas explicativas 3.9 e 5.2)

Para apurar o valor recuperável dos Ativos, adotou-se o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso desses ativos. Foram consideradas como unidades geradoras de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, em virtude das características peculiares. Avaliados os itens:

- Vida útil, baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente;
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC)

regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;

- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX foram projetadas conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável. Esse procedimento foi adotado em virtude de os contratos de concessões e de programa preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em resposta ao risco relacionado ao teste de recuperabilidade, obtivemos entendimento do processo adotado pela administração, incluindo a identificação das unidades geradoras de caixa, a metodologia aplicada e as premissas utilizadas, avaliando sua conformidade com o CPC 01 (IAS 36). Com apoio de especialistas internos, analisamos criticamente premissas-chave como taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa, taxas de crescimento e coerência entre premissas operacionais e financeiras comparando-as com informações externas, dados de mercado e desempenho histórico. Reperformamos cálculos relevantes, verificamos a integridade dos modelos e analisamos sensibilidades preparadas pela administração, complementando-as com testes independentes. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas ao impairment apresentadas nas demonstrações contábeis.

Benefícios a Empregados (Notas Explicativas 3.10, 17.1 e 21)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 8.840 mil (R\$ 4.293 mil, em 31 de dezembro de 2024). Consideramos este um dos principais assuntos de auditoria em virtude das estimativas complexas, com saldos relevantes, e subjetivas por parte da administração, como, por exemplo, as tábuas biométricas, as projeções de aumentos salariais e as taxas de desconto. Variações nesses saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Verificamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Companhia, avaliamos a razoabilidade das principais premissas, das taxas de descontos, das projeções de crescimento salarial e das tábuas biométricas

(mortalidade, invalidez e mortalidade de inválidos) utilizadas para os cálculos atuariais e analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos. Consideramos que as premissas utilizadas para determinar a provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da CASAN, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da CASAN. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis das divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 13 de março de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP Eliane Tânia Resmini Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

Eliane Tânia Resmini Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei n.º 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e no relatório da auditoria independente Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, que apresentou opinião não modificada sobre as demonstrações financeiras, os conselheiros fiscais registram não ter conhecimento de qualquer fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras e opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos se encontram em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Florianópolis, 24 de março de 2026.

MARCELO MENDES
Presidente do Conselho Fiscal

GABRIELA SOARES PEDERCINI
Conselheiro

FABIO WAGNER PINTO
Conselheiro

LETICIA PEDERCINI ISSA
Conselheira

RICARDO EUCLIDES GRANDO
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE - 2025

Ao Conselho de Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

1. Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da CASAN é órgão de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação independente, responsável por acompanhar e supervisionar aspectos relacionados às demonstrações financeiras, auditoria interna e externa, controles internos, gestão de riscos, compliance e integridade.

No exercício de 2025, o Comitê desenvolveu suas atividades de forma regular, com foco no fortalecimento da governança corporativa, na melhoria do sistema de controles internos e no acompanhamento da situação econômico-financeira da Companhia.

2. Atividades Desenvolvidas no Exercício

Durante o exercício de 2025, o CAE realizou 18 reuniões ordinárias, nas quais foram analisados temas relevantes relacionados à governança, auditoria, riscos e integridade da Companhia.

Entre os principais assuntos acompanhados pelo Comitê destacam-se:

Auditoria Interna

- acompanhamento da execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI);
- revisão de metodologias e recomendações para aprimoramento dos relatórios e monitoramento de achados;
- participação em processos de fortalecimento institucional da área.

Controles Internos e Gestão de Riscos

- acompanhamento da evolução da estrutura de gestão de riscos corporativos;
- recomendações para aprimoramento da matriz de riscos e sua integração com planejamento estratégico e indicadores corporativos.

Compliance e Integridade

- acompanhamento de temas relacionados ao Programa de Integridade;
- recomendações para atualização do Código de Conduta, aprimoramento da política de consequências e integração entre compliance, gestão de riscos e ouvidoria.

Ouvidoria e Canal de Denúncias

- monitoramento da evolução da Ouvidoria e do processo de implantação do novo canal de denúncias;
- recomendações para aprimoramento da qualidade analítica dos relatórios e da tipificação das manifestações.

Demonstrações Financeiras e Auditoria Externa

- análise das demonstrações financeiras periódicas;
- acompanhamento da atuação da auditoria externa e discussão de aspectos relevantes relacionados a fluxo de caixa, investimentos e endividamento da Companhia.

Previdência Complementar (CASANPREV)

- acompanhamento de temas relacionados ao plano de previdência complementar, incluindo novos planos de benefícios e aspectos atuariais.

3. Avaliação do Comitê

Com base nas informações apresentadas pela Administração, pela Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, o Comitê entende que:

- a estrutura de controles internos e gestão de riscos apresenta evolução, embora ainda demande aprimoramentos;
- a Auditoria Interna tem avançado em sua estruturação e fortalecimento institucional;
- o sistema de governança, integridade e supervisão financeira da Companhia vem sendo progressivamente consolidado.

4. Conclusão

As opiniões e julgamentos do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE baseiam-se nas informações, relatórios e esclarecimentos apresentados pela Administração da Companhia, em especial pelas áreas Contábil, Financeira, Jurídica, de Gestão de Riscos, Compliance, Auditoria Interna e demais áreas responsáveis pelos processos analisados, bem como nas manifestações da Auditoria Independente.

Com relação à Auditoria Independente, o CAE não identificou situações que pudessem afetar sua independência, tampouco tem conhecimento de divergências técnicas relevantes entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio Comitê no que se refere às demonstrações financeiras ou aos critérios contábeis adotados.

Quanto à estrutura de controles internos e à gestão de riscos, o Comitê entende que a Companhia possui mecanismos institucionais compatíveis com o porte e a complexidade de suas operações, embora continue recomendando o aprimoramento progressivo de determinadas práticas relacionadas à consolidação da gestão de riscos corporativos, à integração entre controles internos e planejamento estratégico e ao fortalecimento de instrumentos do Programa de Integridade.

No que se refere à Auditoria Interna, os trabalhos acompanhados pelo CAE ao longo do exercício de 2025 indicam evolução institucional da função de auditoria, não tendo sido identificadas falhas relevantes que comprometam a efetividade geral dos controles internos da Companhia, sem prejuízo da continuidade das medidas de aperfeiçoamento recomendadas.

O CAE entende que os assuntos relevantes relacionados às suas atribuições foram adequadamente tratados no curso do exercício, mediante reuniões, análises técnicas e interações com a Administração, Auditoria Interna e Auditores Independentes.

Diante do exposto, e com base nas informações e relatórios analisados, o Comitê de Auditoria Estatutário considera que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, estando acompanhadas do respectivo relatório dos auditores independentes.

Assim, o CAE recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas.

Florianópolis, 09 de março de 2026.

Comitê de Auditoria Estatutário – CASAN

Bruno Basso – Coordenador

Anderson Malgueiro – Membro

Sandro Furst – Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Florianópolis, 17 de março de 2026.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor-Presidente

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

Rosane Vettori
Diretora Administrativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Florianópolis, 17 de março de 2026.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor-Presidente

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

Rosane Vettori
Diretora Administrativa